Informe-se

Boletim Informativo do STJ - Ano II - Nº 1 Brasília, 1ª quinzena de fevereiro/99

Começa o ano judiciário

O Superior Tribunal de Justiça retomou suas atividades para 1999, no dia 1º de fevereiro, com uma sessão da Corte Especial. No ano passado, o Tribunal julgou mais de 101 mil processos. Para este ano, cerca de 53 mil ações aguardam julgamento nas Turmas e Seções da Casa. Para se ter uma idéia, somente no período do recesso e férias forenses, o STJ recebeu mais de seis mil processos. Desses, 270, que exigiam uma tramitação mais rápida, foram despachados pela Presidência da Corte, que trabalhou em ritmo acelerado. Pág. 4 e 5

NESTA EDIÇÃO

Congresso aprova projeto do STJ para arrecadar R$ 100 bi
pág. 2

STJ PUSH é um sucesso entre advogados
pág. 6

Agenda e calendário de cara nova
pág.7

Presidente do STJ recebe medalha do Mérito do Judiciário

Pádua Ribeiro é condecorado por Tasso Jereissati

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, Antônio de Pádua Ribeiro, recebeu das mãos do governador Tasso Jereissati a Medalha do Mérito do Poder Judiciário, durante solenidade de inauguração das novas instalações da Escola Superior da Magistratura do estado do Ceará, na presença de sua esposa, Ívis Gloria Ribeiro. Na ocasião, o ministro Vicente Leal também foi agraciado.

Estiveram presentes os ministros Costa Leite, Fontes de Alencar e Cesar Rocha, do STJ, o presidente do TJ-CE, José Maria Melo, o prefeito de Fortaleza, Juraci Magalhães e o ex-governador Ciro Gomes, dentre outras autoridades.

União ganha instrumento para cobrar R$ 100 bi em dívidas

O plenário do Senado aprovou no último dia 28 de janeiro, por unanimidade, o projeto de lei que cria cem varas de execução fiscal da Justiça Federal de primeira instância. O projeto é considerado pelo governo federal mais um passo no esforço de ajuste das contas do país. A União tem mais de R$ 100 bilhões em dívidas a receber por conta de tributos não pagos e outras dívidas judiciais, cujos processos vêm tramitando na Justiça Federal. Esse valor representa 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, estima que até o final do ano as varas federais especializadas em execução fiscal e tributária estarão funcionando nas cinco regiões jurisdicionais federais do país - sediadas em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife.

Aprovado pela Câmara ainda durante a convocação extraordinária, o projeto foi encaminhado pelo STJ, no ano passado, como sugestão ao Congresso. Seu principal objetivo é acelerar a tramitação dos processos que envolvem os créditos tributários e de natureza fiscal devidos por empresas e contribuintes à Previdência e à Receita Federal.

O projeto de lei será submetido agora à sanção do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. O ministro Pádua Ribeiro mostrou-se satisfeito com a aprovação do projeto sem grandes dificuldades nos plenários da Câmara e do Senado. "Este é um projeto que pode ajudar o governo a recuperar com mais facilidade esses recursos", disse.

De acordo com levantamento do Conselho da Justiça Federal, existiam, até novembro de 1997, cerca de R$ 70 bilhões de dívidas inscritas na Justiça a favor da União, que ainda não foram cobradas devido ao acúmulo de processos de outra natureza tramitando na Justiça Federal.

Segundo dados da Receita Federal, outros R$ 30 bilhões em dívidas ainda aguardam inscrição. "Mesmo que num primeiro momento consigamos recuperar apenas 10% deste valor, ainda assim será um volume expressivo de recursos", afirma o presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Expediente

Boletim Informativo do Superior Tribunal de Justiça - Publicação quinzenal
Edição: Gabinete da Presidência
Assessoria de Imprensa

Endereço: SAFS Q. 06 Lote 01
Ed. Ministros I - Sala 305
70.095-900 - Brasília - DF
E-mail: Imprensa@stj.gov.br
Telefone: (061) 319-6531/6537
Fax: (061) 319-6538

Assessor-Chefe: Viriato Gaspar

Jornalista responsável:
Deuza Lopes - MTB 1.578

Redação:
Carina Nucci, Deuza Lopes, Elaine Rocha, Olímpio Cruz Neto, Regina Célia Amaral, Rosângela Oliveira e Vanina Carvalho

Revisão: Regina Célia Amaral

Projeto gráfico e diagramação:
Taís Villela
Núcleo de Programação Visual/STJ

Fotografia:
Luiz Carlos Xavier

Impressão:
Seção de Reprografia e Encadernação

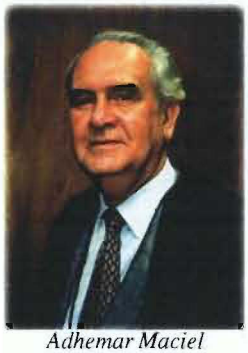
Despedida em dose tripla

Três despedidas emocionadas marcaram, no Superior Tribunal de Justiça, as aposentadorias dos ministros José Dantas, Adhemar Maciel e Anselmo Santiago, no ano passado.

As homenagens prestadas não só pelos ministros que permanecerão na luta diária de fazer justiça, mas por advogados e representantes do Ministério Público foram o reconhecimento ao talento desses homens que dedicaram boa parte de suas vidas à defesa dos direitos alheios. Os discursos de adeus serviram para dar uma pálida idéia da falta que esses magistrados farão ao Judiciário brasileiro.

José Dantas

A primeira, em setembro, foi do ministro José Dantas. Decano do Tribunal, ele começou a carreira como promotor de Justiça no Rio Grande do Norte e não parou até chegar ao STJ, Corte máxima brasileira em direito infraconstitucional. Fiel ao sonho realizado, o ministro afirmou, feliz, que faria exatamente o que fez.


Adhemar Maciel

Dois meses depois, despedia-se o ministro Adhemar Maciel. Parafraseando um trecho da Bíblia, Eclesiastes 3, 1-8, que fala sobre tempo determinado para tudo o que acontece, ele afirmou que chegou o seu tempo de brincar com os netos. O que fará, com certeza, e para a sorte das crianças, com o mesmo entusiasmo e dedicação com que defendia direitos.

Ainda em novembro, o ministro Anselmo Santiago também se despediu do STJ, onde, segundo ele, nunca imaginou que chegaria. Teria sido uma grande perda para o Judiciário. Juiz por convicção, tinha apenas oito anos quando decidiu abraçar a profissão.

A aposentadoria foi o fechamento com chave de ouro para estes homens que, com sabedoria, serenidade e imparcialidade, souberam conquistar a admiração, o respeito e a gratidão de todos aqueles que sabem da importância do Judiciário num estado democrático, num país melhor.

Já foi definido o nome para a vaga deixada pelo ministro José Dantas. Hamilton Carvalhido, do Ministério Público do Rio de Janeiro, foi o escolhido pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, da lista tríplice encaminhada em novembro pelo STJ. O futuro ministro do Tribunal será sabatinado pelo Senado Federal, para só então ser nomeado e empossado na Corte.

Anselmo Santiago

O Tribunal Pleno deve decidir nos próximos dias os nomes - que deverão vir da Justiça Federal - para compor as listas tríplices para as outras vagas.

Intranet ganha inteiro teor do acórdão

Jorge Loureiro, secretário de Informática

O inteiro teor dos acórdãos do Superior Tribunal de Justiça já está disponível para os servidores da Casa no sistema de consulta. A partir deste mês, a base de dados também está à disposição na Intranet - rede de comunicação interna do Tribunal -, graças à parceria das secretarias de Informática, responsável pela tecnologia e formatação para a rede, e de Jurisprudência, que alimenta o sistema.

No período de 1989 a 1998, o STJ julgou cerca de 450 mil processos, sendo 212.866 decisões monocráticas e 237.134 colegiadas. Das últimas são originados os acórdãos, que estarão disponíveis na rede. E mais, a base é atualizada diariamente. "Todos os acórdãos do STJ estarão na Intranet, a partir deste mês, com total segurança. A base de dados foi gravada em um disco magnético, que será disponibilizado para as consultas, e em um disco óptico, que guarda a imagem dos documentos, sendo um arquivo de segurança. Os cerca de 237 mil acórdãos correspondem a 1,473 milhão de páginas à disposição dos usuários", relata Jorge Loureiro, secretário de Informática.

E o trabalho conjunto das duas secretarias continua. O *link* do Inteiro Teor do Acórdão também será disponibilizado pelo site do Tribunal na Internet (http:www.stj.gov.br) para consulta e impressão. "O sistema foi implantado internamente para que sejam feitos ajustes, no período de um mês. Depois desse prazo, pretendemos oferecê-lo também na Internet", destaca Loureiro.

Segundo o secretário de Informática, ainda este ano, a base do Sistema Justiça também deverá estar disponível. Isso significa que o usuário não precisará mais acessar a imagem do inteiro teor do acórdão, como é feito hoje. Estará à disposição para consulta o texto do acórdão, o que vai melhorar, entre outros fatores, a visualização e a impressão dos documentos.

Presidência julga 270 processos durante o recesso

O recesso judiciário desde o dia 18 de dezembro e as férias forenses do mês de janeiro não significaram "descanso" para a Presidência do Superior Tribunal de Justiça. Muito pelo contrário. O STJ recebeu, nesse período, mais de 6 mil processos. Desses, 270, por exigirem uma tramitação mais rápida - alguns incluíam pedidos de liminar -, foram despachados pela Presidência. O restante será distribuído às Turmas e Seções do Tribunal, que retomaram suas atividades na semana passada.

Uma importante decisão a favor dos usuários da rede bancária foi destaque no início do ano novo. Os bancos não podem retirar dinheiro das contas dos seus clientes a pedido do depositante, sem a devida autorização do correntista. Foi o que afirmou o STJ ao rejeitar o recurso do Banco de Brasília, que pretendia justificar o estorno do pagamento indevido feito pelo Governo do Distrito Federal na conta de Jovecy Cândido de Oliveira, em 1993. O ministro Waldemar Zveiter, relator do processo, acentuou que a relação entre o correntista e o banco não está sujeita a nenhuma outra estabelecida com terceiros, alheios ao poder sobre a conta. Segundo o STJ, antes de efetuar o crédito, o órgão pode pedir o cancelamento do valor a ser pago. Mas, já estando a quantia depositada na conta do correntista, este deve autorizar sua devolução.

Também foi julgado o pedido de habeas corpus de Irakitan Dantas de Souza e Afonso Júnior, acusados de envolvimento no furto de jóias, relógios e dólares do apartamento do senador Antônio Carlos Magalhães, em fevereiro do ano passado. O presidente Pádua Ribeiro negou a solicitação dos réus, confirmando a decisão anterior do Tribunal de Justiça da Bahia. Irakitan Souza e Afonso Júnior devem continuar presos.

Pádua Ribeiro presidiu a sessão de abertura do ano judiciário

Fernando de Miranda Iggnácio também teve seu pedido de liminar em habeas corpus negado pelo Tribunal. O réu foi denunciado pelo Ministério Público Federal juntamente com Castor de Andrade, José Caruzzo Escafura, o "Piruinha", Luiz Pacheco Drumond, conhecido como "Luizinho", Carlos Teixeira Martins, o "Carlinhos Maracanã", e mais oito pessoas, por formação de quadrilha com o objetivo de facilitar as atividades do jogo do bicho no Rio de Janeiro. O ministro José Arnaldo, no exercício eventual da Presidência, negou a liminar, alegando que os autos não apresentaram elementos suficientes para a concessão. Este mês, com a retomada das atividades judiciárias, o processo deverá ser distribuído para julgamento do mérito da questão.

Um recado para os pais que se recusam a pagar parcelas atrasadas de pensão alimentícia: ordem de prisão por esse motivo não pode ser anulada. Foi o que decidiu o ministro Antônio Pádua Ribeiro, presidente do STJ, ao negar o pedido de liminar de R.L.T., de Minas Gerais. Em seu despacho, Pádua Ribeiro afirmou que os credores não podem ser penalizados por terem agido de boa-fé. E acrescentou que, de qualquer forma, não se podem discutir em habeas corpus justificativas para o não-pagamento da pensão.

As decisões do recesso não param por aí. O presidente do STJ concedeu a suspensão do pagamento, pela agência do Banco do Brasil de São Luís (MA), de uma indenização por danos morais e materiais no valor de 260 mil reais à empresa Vidraceiro do Norte Ltda. Segundo Pádua Ribeiro, o valor arbitrado representa um absurdo se comparado à ordem de pagamento que originou o litígio, a qual não superava três salários mínimos. O ministro determinou que o pagamento fique sustado até o julgamento do recurso especial que tramita no Tribunal de Justiça do Maranhão.

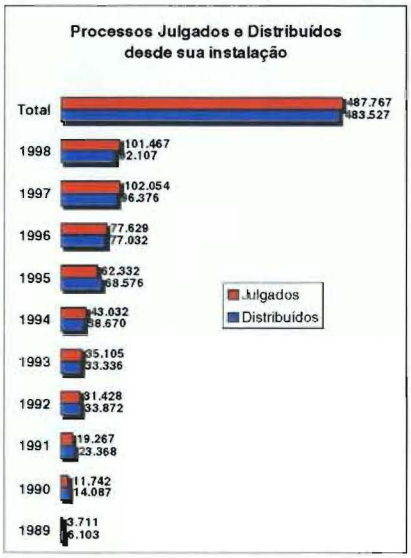
Uma liminar concedida pelo ministro Cid Flaquer Scartezzini, vice-presidente do STJ, quando no exercício da Presidência, alegrou os mais de três mil integrantes da escola de samba fluminense Unidos da Ponte. A escola vai desfilar no Grupo Especial do Carnaval carioca. Para Scartezzini, a decisão atendeu à urgência do pleito visando a sua eficácia, pois, se depois do Carnaval fosse reconhecido o direito da escola, como declarado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, este não poderia mais ser alcançado.

Este mês, com a retomada das atividades judiciárias, as Turmas e Seções do STJ reiniciam seus trabalhos. Mais de 53 mil processos esperam os ministros da Casa.

STJ julga quase 500 mil processos desde sua criação

Desde 7 de abril de 1989, quando o Superior Tribunal de Justiça foi instalado, 487.767 processos já foram julgados por esta Corte. O volume de julgamentos é maior que o número dos que dão entrada, pois os embargos de declaração e os agravos regimentais não estão incluídos entre os 483.527 processos distribuídos nesses anos.

A quantidade de causas que chegam ao Tribunal vem aumentando ano a ano. Em 1998, o índice de julgados foi 2.634,22% maior que o do ano da instalação, enquanto o de processos distribuídos cresceu 1.448,4% no mesmo período. Pela primeira vez houve um decréscimo no montante de processos distribuídos: foram 4.269 ações a menos em relação a 1997, o que significa uma diferença de 4,42%. Uma ocorrência atípica em uma Corte cujas demandas crescem, em média, 270,17% anualmente.



Nos anos anteriores, ainda que julgando um número de processos equivalente ou muito próximo aos que entraram, algumas pendências ficaram de um ano para outro. São pouco mais de 47 mil ações - 9,76% do total, nesses quase dez anos de funcionamento. Esse volume equivale a um semestre de trabalho do Tribunal. Em 1994, foi possível "zerar" os processos, tanto distribuídos como pendentes de anos anteriores – uma grande proeza, já que, naquele ano, foram 39.034 decisões. O ano seguinte, no entanto, trouxe um crescimento de 44,85%: 68.576 processos contra os 38.670 distribuídos em 1994.

Decisões de repercussão

No ano passado, 101.467 processos foram julgados no STJ, muitos de suma importância para a sociedade e de grande repercussão na mídia, como o leilão de privatização da Telebrás, a Banda B da telefonia celular, o índice de correção dos cruzados bloqueados pelo Plano Collor, a concessão de "habeas corpus" aos líderes do Movimento Sem-Terra, dentre outras decisões que repercutiram internacionalmente.

Para o presidente do STJ, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, esse alto índice de julgados só pôde ser alcançado em virtude do esforço conjunto de ministros e servidores, pois a Corte passou grande período do ano incompleta – quase o primeiro semestre inteiro e boa parte do segundo. Apenas em maio e junho, com a posse dos ministros Aldir Passarinho Junior e Gilson Langaro Dipp, respectivamente, o Tribunal conseguiu ter sua composição completa. No entanto, em pouco tempo três novas vagas estavam abertas, com as aposentadorias do decano José Dantas, em setembro, e dos ministros Anselmo Santiago e Adhemar Maciel, em novembro.

Grandes julgamentos para este ano

Com o início do ano judiciário em 1° de fevereiro, serão levados a julgamento pelo Tribunal vários casos de interesse para a população e a mídia em geral.

Na Corte Especial, o ministro Bueno de Souza deve concluir o inquérito que definirá se o governador de Santa Catarina será processado ou não por envolvimento no caso dos precatórios daquele estado. O ministro deve analisar, ainda, o pedido do Banco de Brasília – BRB para bloquear os bens do governador de modo a garantir reparação civil pelo prejuízo de mais de oito milhões de reais, se ele for considerado culpado.

Neste ano, mais um caso envolvendo o índice a ser aplicado no reajuste da casa própria no período do Plano Collor está para ser julgado aqui no Tribunal. O Banco Bradesco recorreu ao STJ, tentando reverter decisões anteriores que dão ganho de causa a um mutuário. Se a decisão for mantida, o banco deverá, além de devolver valores, quitar o imóvel do mutuário. O processo encontra-se em fase de conclusão ao ministro Cesar Rocha, relator na Segunda Seção.

Vistas

O STJ deve também decidir onde será o julgamento dos 155 policiais militares e quatro civis acusados pela morte de 19 trabalhadores sem-terra, em Eldorado dos Carajás, no Pará. O relator, ministro Vicente Leal, da Sexta Turma, aguarda o processo retornar do Ministério Público Federal, com parecer, para concluí-lo.

Outro caso que também está dependendo de parecer ministerial para ser julgado é o da indústria de tabaco Philip Morris Brasil contra decisão que lhe foi desfavorável na ação civil em que a Associação de Defesa de Saúde dos Fumantes a acusa de, ao omitir que seu produto causa dependência, acarretar reais riscos à integridade física dos fumantes, utilizando-se de publicidade enganosa e abusiva. São um recurso especial e uma medida cautelar sob a relatoria do ministro Cesar Rocha, da Quarta Turma.

Outro processo com conclusão prevista para este ano envolve a Interfilmes do Brasil Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda. e a Xuxa. A empresa está tentando receber indenização por quebra de contrato. O relator é o ministro Waldemar Zveiter e o recurso especial encontra-se com vistas ao ministro Carlos Alberto Menezes Direito, da Terceira Turma.

STJ PUSH tem mais de mil advogados cadastrados

O *STJ PUSH*, lançado pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça, Antônio de Pádua Ribeiro, em dezembro do ano passado, já tem mais de 1.100 advogados inscritos. O que representa mais um sucesso do *site* do Tribunal na Internet.

Com o *PUSH*, advogado, parte ou qualquer interessado podem receber em seu endereço eletrônico os resultados dos julgamentos dos processos que cadastrou, não correndo o risco de perder a questão por decurso de prazo. "O que nos levou a desenvolver o *PUSH* foi o grande número de solicitações que recebemos de advogados. O sistema, sem dúvida, está facilitando o acompanhamento de processos pelos profissionais, principalmente, dos escritórios localizados fora de Brasília. Todo dia é verificado o andamento processual e, se houver alguma novidade, automaticamente o sistema envia para o usuário interessado, que não precisa mais se deslocar para a capital para obter essas informações", destaca Cleiton Pereira Lobo, supervisor da Seção de Atendimento Externo e Internet da Secretaria de Informática do Tribunal.

Cleiton Lobo, da Informática

Alguns escritórios de advocacia acompanham, por meio do *STJ PUSH*, mais de 200 processos. Como é o caso do escritório Approbato Machado Advogados (jurídico@contabil.com.br), com 243, o advogado Cláudio Lacombe (clacombe@zaz.com.br), com 252 processos, e a seção jurídica de Brasília do Banco Real S.A. (jurídicodf@tba.com.br), que recebe através do *PUSH* o andamento de 247 ações.

O cadastro no sistema é bem simples. Basta entrar no *site* do STJ na Internet (http:www.stj.gov.br) e em seguida no *link* Sistema PUSH. Surgirão duas opções: cadastros de novos usuários e usuário cadastrado, nas quais o interessado poderá cadastrar-se e incluir ou excluir processos para acompanhamento. Para isso, a pessoa deve fornecer nome, endereço eletrônico (*e-mail*), uma senha de, no máximo, oito dígitos e os números de cada um dos processos de seu interesse. O cadastro estará pronto em menos de dois minutos. A partir daí, qualquer andamento será enviado imediatamente ao *e-mail* fornecido.

SUCESSO

Desde a implantação do PUSH, o Tribunal já recebeu vários agradecimentos de advogados e escritórios, por mais uma facilidade disponibilizada em sua página. Confira algumas mensagens:

"Quero me cadastrar no sistema *STJ PUSH*, gostaria de saber qual o procedimento, pois tenho processos nesse Egrégio Superior Tribunal de Justiça. Aproveito a oportunidade para parabenizar, na pessoa do inovador presidente, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, todos os responsáveis pela inserção do STJ no primeiro mundo da tecnologia cibernética" - *Fábio Luiz Monte de Hollanda (Paraíba).*

"Congratulo V. Exa. pelo sistema de acompanhamento dos feitos através de *PUSH*" – *Francisco Ricardo Moreno Dias (São Paulo).*

"É um prazer encerrar o ano de 1998 com novidades como o Sistema PUSH. Excelente! Está ótimo o site do STJ. Parabéns ao ministro Antônio de Pádua Ribeiro, a todos os ministros e ao funcionalismo dessa Casa da Justiça brasileira!" – *Geraldo Vidigal (São Paulo).*

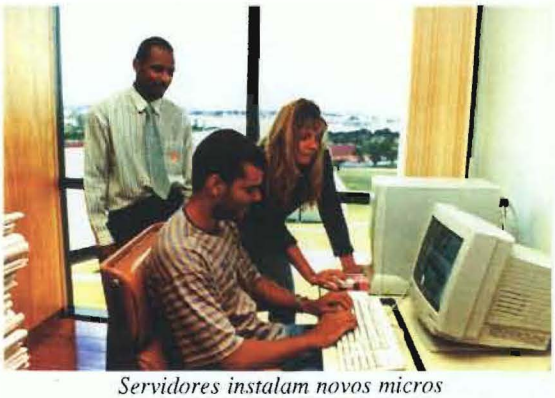
Tribunal renova parque tecnológico

Maior eficiência em menos tempo, mais segurança e menos quebra-cabeça na realização de tarefas. É o que promete Jorge Loureiro, secretário de Informática do STJ, com a instalação de cerca de 1.200 microcomputadores Pentium II, da marca Novadata, até o dia 15 de fevereiro.

São mil micros com capacidade de processamento de 266 Mhz e 200, de 300 Mhz. A atualização do parque tecnológico vai acelerar os procedimentos internos, facilitar o trabalho nos gabinetes, secretarias, divisões e seções e, conseqüentemente, agilizar o funcionamento da Justiça.

Os gabinetes receberão os micros mais velozes, de 300 Mhz. O critério de distribuição para a área fim é de um micro para cada funcionário. Na área meio, que receberá o 266 Mhz, haverá um para cada dois funcionários, podendo ser de um para um, quando houver disponibilidade.

O secretário espera também que os novos correios eletrônicos já estejam instalados até a mesma data. Já estão previstos cursos de aperfeiçoamento para os funcionários.



Servidores instalam novos micros

Todos os micros possuem as mais recentes versões de softwares existentes no mercado.

STJ inova agenda e calendário 1999

Ano novo é sempre assim. Nova agenda, novo calendário. No STJ não é diferente. A cada ano, o Tribunal dispõe de modelos únicos e originais. Mas, o que muita gente não sabe é que são os próprios funcionários da Casa que confeccionam estes instrumentos de trabalho tão essenciais no nosso dia-a-dia.

Os projetos são de setores diferentes. A elaboração do conteúdo da agenda ficou a cargo da Seção de Especificação e Codificação de Materiais e Serviços, enquanto os profissionais do Núcleo de Programação Visual fizeram o projeto gráfico e a diagramação da nova agenda. A Divisão de Compras ficou encarregada da distribuição. Já o calendário foi todo feito pela Secretaria Judiciária.

Produtos da Casa

Os funcionários envolvidos nos projetos são unânimes em afirmar que dá muita "mão-de-obra" fazer este trabalho. Por não ser uma agenda comum, levou quatro meses para ficar pronta. Direcionada ao público do Judiciário, ela mostra toda a composição e competência do Tribunal e apresenta um manual de consulta à jurisprudência e ao Sistema de Push, na Internet, bem como fotos e pensamentos.

É a primeira vez que a agenda é impressa no Tribunal, antes ela passava por um processo de licitação. A experiência deu certo. O funcionário Clayton Soares, um dos responsáveis pelo trabalho da Divisão de Compras, disse que os colegas envolvidos ficaram satisfeitos com o resultado final e, o mais importante, o Tribunal teve uma economia de 80% no custo das agendas.

A Secretaria Judiciária também trabalhou na elaboração do calendário. Alguns funcionários fizeram até curso de *Corel Draw*. A maior preocupação do grupo foi com o *layout* do calendário. "Queremos sempre fazer algo diferente dos outros anos", diz Chirleide Freitas.

Para inovar, o grupo apostou na criatividade e na tecnologia. Composição de cores, fotos nas laterais, efeitos de sombra e textura. Segundo Rodrigo Campos, mesmo depois de muitas provas, o calendário não ficou como eles gostariam: "É muito difícil reproduzir no papel, exatamente aquilo que está na tela do computador, mas mesmo assim foi gratificante", disse.

Um dos destaques do novo calendário é a foto em preto-e-branco da primeira sede do Tribunal Federal de Recursos, no Rio de Janeiro, em 1947. Hoje, ele não existe mais, foi derrubado para a construção de um prédio de 40 andares.

de olho no futuro

Curso de Windows 95 (12 vagas por turma)

Turmas A e B
Período: 8 a 12/02/99.
Inscrições: 3 e 4/02/99, das 13 às 18h, na SDRH.

Turmas C, D e E
Período: 22 a 26/02/99.
Inscrições: 10 e 11/02/99, das 13 às 18h, na SDRH.

Curso de Word 7.0 (12 vagas por turma)

Turmas A, B e C
Período: 8 a 12/02/99.
Inscrições: 3 e 4/02/99, das 13 às 18h, na SDRH.

Turmas D e E
Período: 22 a 26/02/99.
Inscrições: 10 e 11/02/99, das 13 às 18h, na SDRH.

Maiores informações pelo ramal 9205.

Dicas de Português

Regina Célia Amaral

Bem-vindos a 99! O ano é novo, mas muitas dúvidas ainda pairam de outros carnavais. Por isso, apesar de já termos falado do hífen, retomamos o tema, agora, nas palavras compostas. Para o gramático Celso Cunha, neste caso esse "tracinho complicado" é simples convenção. A regra geral é que: hífen só quando os elementos das palavras compostas mantêm sua independência fonética, cada um conservando sua acentuação, o conjunto, porém, formando perfeita unidade de sentido. Entenderam? Melhor ver caso a caso!

O hífen é empregado com os compostos em que os elementos, reduzidos ou não, perderam sua significação própria (é o caso de *pé-de-meia*, quando igual a pecúlio) e naqueles em que o primeiro elemento tem forma adjetiva, reduzida ou não (*greco-romano*). Trocando em miúdos, os compostos podem ser formados por **substantivo + substantivo** (*decreto-lei*); **substantivo + preposição + adjetivo** (*pé-de-moleque*); **substantivo + adjetivo**, ou vice-versa (*sangue-frio, bom-tom*); **verbo + substantivo** (*guarda-chuva, pára-quedas*); **adjetivo + adjetivo** (*sócio-econômico*); **verbo + verbo** (*pisca-pisca*); **advérbio + adjetivo** (*abaixo-assinado*) e uma infinidade de outras combinações, como *capitão-de-mar-e-guerra, deus-nos-acuda*.

Estejam atentos para um detalhe da regra geral: o conjunto forma **unidade de sentido**. É por isso que, em alguns casos, o uso do hífen depende do sentido. **À-toa**, é um deles: se, como diz o Chico Buarque, você "estava à toa na vida", é sem hífen; mas, se no caso você for (sem ofensa) uma pessoa à-toa, o hífen é obrigatório. Nessa mesma linha, encontramos: **ano-novo**, que tem hífen quando se referir (desculpe-me o galicismo) ao *reveillon* - assim, desejamos "Feliz ano-novo" a todos, mas dizemos que "um ano novo inicia". Outro exemplo é **bom-senso**: tem hífen quando significa discernimento (Eu tenho bom-senso), mas o dispensa com outras conotações (Ele tem um bom senso crítico) – perceberam que, neste último caso, a unidade de sentido se desfez? É o que ocorre também com **dia-a-dia** – se tiver a conotação de cotidiano, rotina, tem hífen; mas com o sentido de um dia após o outro fica separado (Dia a dia tentamos ter sucesso).

Observe que, em uma palavra composta, distingue-se um elemento determinado (que contém a idéia geral) e outro determinante (que encerra a noção particular). Assim palavras como ministro-relator e ministro-presidente, **podem ter** hífen, pois um elemento determina o outro.

Observe sempre a conotação da palavra e saberá se tem hífen ou não. Na dúvida, pesquise!

STJ e CJF promovem um final de ano diferente

Descontração, alegria e a apresentação de muitos talentos marcaram os festejos do final do ano do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal. Os organizadores da festa, coordenados por Jandira de Moura, secretária de Recursos Humanos, trabalharam durante um mês para que tudo estivesse pronto no dia 18 de dezembro, data de encerramento das atividades da Corte. Os servidores da Casa aprovaram o esforço. Enfim, a confraternização, que teve início com um culto ecumênico no auditório do Tribunal, foi um sucesso!

Muitos talentos ...

O ministro Antônio de Pádua Ribeiro, presidente do STJ, queria uma festa animada, com a participação de todos os servidores. "A princípio ficamos preocupados, pois tudo era novidade no Tribunal. Tínhamos medo do desconhecido", relata Jandira de Moura, que completa: "Mas estamos satisfeitos com os resultados da festa. Não imaginávamos que tanta gente participaria. Outro fator que nos surpreendeu foi o grande número de talentos no Tribunal, que animaram, e muito, a gincana. Realmente, foi um grande momento para todos os servidores".

A gincana, que contou com a participação de treze equipes, promoveu várias tarefas, entre elas, a "Caça aos Talentos", na qual os servidores apresentaram vários números artísticos e trabalhos manuais, e a arrecadação de cestas básicas, uma maneira encontrada pela organização para estender a festa aos menos favorecidos. "O clima de final de ano, o espírito natalino, novos planos para 1999, tudo isso contribuiu para que os servidores participassem ativamente dos festejos, principalmente, da prova das cestas básicas", destaca a secretária de Recursos Humanos. Ao todo foram arrecadadas 553 cestas: 503 foram distribuídas a todos os empregados das firmas prestadoras de serviços do Tribunal, que recebem pequenos salários, e as 50 restantes doadas ao "Sopão do Dom Ávila", oferecido pela Arquidiocese de Brasília a famílias carentes.

... foram revelados

O final da prova foi disputadíssimo, sendo a grande vencedora a equipe "Milton Nascimento", da Secretaria Judiciária. Com a primeira colocada, foram premiadas mais quatro equipes (veja quadro). Além dos prêmios para as campeãs do STJ e CJF, a organização da festa também sorteou brindes para os servidores. "Foram confeccionadas duas mil camisetas com o patrocínio da Credisutri. Dessas, 872 foram vendidas, e, com o dinheiro arrecadado, pudemos comprar os prêmios dos competidores e brindes para os servidores que prestigiaram a festa. Já o *buffet* da confraternização foi patrocinado pelos três bancos que têm PAB no Tribunal: Banco do Brasil, CEF e Banco Real. Trabalhamos bastante e conseguimos o apoio de todos", conta Jandira de Moura.

Com o sucesso de 1998, segundo a secretária, o final deste ano merece um destaque especial. "Queremos repetir a dose, pois tivemos uma avaliação bastante positiva da festa. No entanto, queremos desta vez promover ainda mais a integração dos setores do Tribunal. Pretendemos organizar a festa em conjunto, com muitas idéias e, é claro, muita animação".

Confira o resultado final da Gincana "Caça aos Talentos":

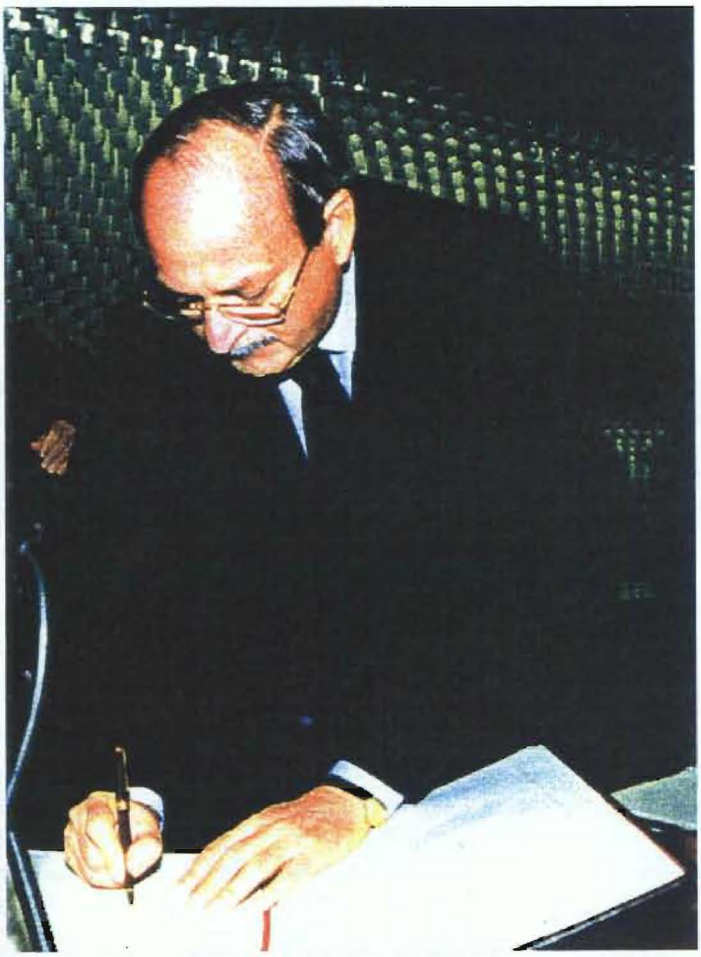
COLOCAÇÃO	EQUIPE	SETORES	PONTUAÇÃO	PREMIAÇÃO
1º	Milton Nascimento	SEJUD	1.429	Um microsystem Sony e uma lava-louças
2º	Saudoso Tom Jobim	Sec. de Documentação, SCI e SAF	1.050	Um aparelho celular com linha e um videocassete
3º	Cora Coralina	Gabinetes do Edifício Ministros I	1.008	Um microondas e um CD player para carro
4º	Elis Regina	Gabinete da Pres., SCI, Sec. Geral e Assessoria Técnico-jurídica **do CJF**	640	Um freezer e uma TV 14''
5º	Geração Saúde	SESIS e Segurança	558	Uma TV c/ videocassete e uma TV 14''
6º	Raquel de Queiroz	Presidência, Vice-presidência, Assessorias de Apoio aos Ministros Aposentados, de Imprensa, de Cerimonial, de Articulação Parlamentar e das Comissões Permanentes.	538	Sem premiação
7º	Vinícius de Moraes	Jurisprudência e SRH	419	Sem premiação
8º	Coordenadorias	Coord. das Turmas, Seções e Corte Especial	415	Sem premiação
9º	Charles Chaplin	Gabinete do Diretor-geral, Assessoria Técnico-Jurídica, Comissões Permanentes Administrativas e SEINF	397	Sem premiação
10º	Bit & Money	SEINF e SOF **do CJF**	265	Sem premiação
11º	Darci Ribeiro	SAD **do CJF**	255	Sem premiação
12º	Os mutantes	Coordenadoria-geral da Justiça Federal, Sec. de Pesquisa e Doc. e Sec. de Ensino **do Centro de Estudos Judiciários**	160	Sem premiação
13º	Bossa Nova	SRH **do CJF**	157	Sem premiação

Observação: A equipe formada pelos Gabinetes do Edifício Ministros II não pôde participar da gincana.

PORTE PAGO
DR/BSB
PRT/BSB/06/068/95

Informe-se
Boletim Informativo do STJ - Ano II - Nº 2 Brasília, 1ª quinzena de março/99

Tribunal Pleno empossa novo vice-presidente



O Superior Tribunal de Justiça já tem novo vice-presidente. O ministro Costa Leite foi eleito e empossado no cargo pelo Tribunal Pleno no último dia 3.

Gaúcho de Porto Alegre, tendo ingressado na Corte pelo quinto dos advogados ainda no extinto Tribunal Federal de Recursos, em 1984, Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite, aos cinqüenta anos, é o ministro mais novo a ocupar a Vice-presidência do Tribunal.

O ministro foi o primeiro diretor da Revista após a instalação do STJ em 1989, exercendo, posteriormente, as funções de diretor do Centro de Ensinos Judiciários e corregedor-geral da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral. Até novembro do ano passado, exercia a presidência da Terceira Turma desta Corte.

No magistério, lecionou Teoria Geral do Processo e Direito Processual Civil na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal - AEUDF, instituição onde implantou os cursos de pós-graduação em Direito Público Interno e Direito Processual Civil e Penal.

Costa Leite é o sétimo ministro a ser eleito e empossado vice-presidente do STJ. Nas seis presidências que esta Corte já teve, desde sua criação, a do ministro Antônio de Pádua Ribeiro é a primeira a ter dois vice-presidentes em sua gestão.

Pág. 3

NESTA EDIÇÃO

Concluído enquadramento de servidores da Casa *pág. 4*

Restaurante baixa os preços *pág. 6*

Novidades na Informática *pág.8*

Pádua Ribeiro recebe presidente da CCJ

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ do Senado Federal, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), esteve, no último dia 29 de janeiro, com o presidente do STJ, ministro Antônio de Pádua Ribeiro. Cabral felicitou o presidente do Tribunal pela aprovação, ocorrida na véspera, naquela Casa legislativa, do projeto de lei que criou cem novas varas federais, incluindo as de execução fiscal e tributária.

Proposto no ano passado por Pádua Ribeiro ao Congresso, o projeto foi sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no dia 19 de fevereiro. Cabral foi um defensor entusiasta do projeto no Senado. Ele ressaltou a importância da criação das cem varas federais no momento em que o País atravessa uma grave crise econômica. "A União tem hoje mais de R$ 100 bilhões a receber de empresas e contribuintes; esse projeto vai permitir agilizar a cobrança dessa dívida fiscal", afirmou o senador, lembrando que a proposta foi aprovada por unanimidade no Senado.

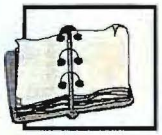
Novo ministro

O Diário Oficial da União de 29 de janeiro trouxe o nome do futuro ministro do Superior Tribunal de Justiça. Carioca, 58 anos incompletos, professor e escritor, Hamilton Carvalhido vem compor o Tribunal vindo do Ministério Público, na vaga deixada pelo aposentadoria do ministro José Dantas.

Carvalhido iniciou sua carreira em 1966 como defensor público. Promovido por merecimento, galgou aos cargos de promotor substituto e promotor público, até chegar a Procurador de Justiça, em 1985. A partir daí, foi primeiro subprocurador-geral de Justiça, de 1994 a 95, e, de 1995 a 97 e de 1997 a 99, eleito e reeleito procurador-geral de Justiça. No ano passado, foi eleito presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil.

No magistério, lecionou na faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro e da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis. É membro da Academia de Letras daquela cidade e fundador do Centro de Estudos e Pesquisas do Menor do Juizado de Menores do Estado do Rio de Janeiro.

No último dia 17, Hamilton Carvalhido foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. O futuro ministro será nomeado nos próximos dias pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.



Agenda dos Ministros

Inauguração da nova sede do TRF da 3ª Região

No último dia 22, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Antônio de Pádua Ribeiro, e o então vice-presidente Cid Flaquer Scartezzini participaram da inauguração da nova sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, a convite do presidente daquela Corte, JorgeTadeo Flaquer Scartezzini, irmão do nosso vice-presidente.

A solenidade foi marcada por forte emoção, pois foi o último ato oficial do ministro Scartezzini, a quem o presidente Pádua passou a palavra para representar o Tribunal. Cid Flaquer Scartezzini aposentou-se no dia seguinte ao evento, ao completar 70 anos.

A inauguração foi prestigiada por vários ministros da Casa e pelos ministros do STF Ilmar Galvão e Marco Aurélio de Mello. Pedro Parente, representando o ministro da Fazenda, e Sérgio Cutolo, secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, também estiveram presentes ao evento, que contou, ainda, com a presença de diversas autoridades.

Ministro Gomes de Barros recebe homenagem a seu pai

O ministro Humberto Gomes de Barros recebeu, no dia 1º de março, as homenagens, *in memoriam*, a seu pai, o juiz Carlos Gomes de Barros, na solenidade de inauguração da Seção Judiciária da Justiça Federal de Alagoas. O fórum alagoano recebeu o nome do juiz. O ministro Pádua Ribeiro, presidente do STJ, esteve presente à homenagem, assim como vários ministros do Tribunal.

Expediente

Boletim Informativo do Superior Tribunal de Justiça - Publicação quinzenal
Edição: Gabinete da Presidência
Assessoria de Imprensa

Endereço: SAFS Q. 06 Lote 01
Ed. Ministros I - Sala 305
70.095-900 - Brasília - DF
E-mail: Imprensa@stj.gov.br
Telefone: (061) 319-6531/6537
Fax: (061) 319-6538

Assessor-Chefe: Viriato Gaspar

Jornalista responsável:
Deuza Lopes - MTB 1.578

Redação:
Catarina França, Cecília Barroso, Elaine Rocha, Luciana Assunção, Olímpio Cruz Neto, Regina Célia Amaral, Rosângela Oliveira e Vanina Carvalho

Revisão: Regina Célia Amaral

Projeto gráfico e diagramação:
Taís Villela
Núcleo de Programação Visual/STJ

Fotografia: Luiz Carlos Xavier

Impressão:
Seção de Reprografia e Encadernação

Boas-vindas e despedida a um só tempo

O Pleno do Superior Tribunal de Justiça elegeu seu novo vice-presidente. No último dia 3, Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite foi empossado no cargo. É o sétimo ministro a ocupar a Vice-presidência da Corte.

A sessão de 17 de fevereiro da Corte Especial, por sua vez, marcou a despedida do antigo vice-presidente Cid Flaquer Scartezzini, que aposentou-se ao completar 70 anos, no dia 23. O sempre alegre e brincalhão vice-presidente emocionou-se com as homenagens recebidas e por despedir-se da Casa em que passou grande parte de sua vida, reiterando a fé que tem nesta Corte na tarefa de garantir a concórdia, a paz e a justiça.

Solenidade de transmissão do cargo

Hora de descansar

"A maior meta do juiz é encontrar a verdade para atingir a justiça".

Ao se aposentar no dia 23 de fevereiro, o ministro Cid Flaquer Scartezzini pôde respirar aliviado e feliz, tendo na alma a tranqüilidade daqueles que sabem ter cumprido bem o seu dever: de juiz federal no Estado de São Paulo a vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, foram quase 50 anos de vida dedicados a uma perseguição implacável contra as injustiças.

E para quem pensa que o reconhecimento e a gratidão vêm apenas daqueles que puderam usufruir de seus ensinamentos e decisões, uma correção: já recebeu a visita de um homem que condenado por ele e que, após deixar a cadeia, queria agradecer porque havia realmente errado e a experiência o tornara melhor.

Ministro Flaquer Scartezzini

Humilde, o ministro reconhece as limitações e dificuldades do Judiciário na busca de justiça e afirma que o juiz não é infalível. Deve, no entanto, ao perceber a falha, voltar atrás e corrigir. "O juiz não é um ser superior. Ele é igual aos outros. Se assim não fosse, não poderia julgar, pois não conheceria o problema dos seus semelhantes", afirma, com a mesma convicção e entusiasmo com que sustenta seus votos.

Para maior eficiência do Judiciário, o ministro Scartezzini defende a modificação de leis processuais, para se impedir a procrastinação e punir quem insiste no achincalhe das decisões. Acredita também que o aumento do número de juízes e uma maior especialização do Direito significariam mais segurança para as partes e rapidez nas decisões. Ele sabe do que fala. Só de decisões monocráticas, foram mais de nove mil no ano passado.

Para esse homem, que, aos dezessete anos, já dava aulas para crianças, que como ministro tinha o poder de mudar com o seu voto toda a jurisprudência e que, ao se aposentar, já pensa em escrever um livro, o futuro é radioso. Juiz *full time*, como se definiu, agora terá mais tempo para passear com a esposa.

Para os admiradores do homem e do juiz fica o exemplo de abnegação e humanidade que tanto faz falta na construção de um país melhor, mais justo.

Definidas listas tríplices

O Pleno do STJ definiu, no dia 4 de março, os nomes que concorrerão às vagas dos ministros Adhemar Maciel, Anselmo Santiago e Cid Flaquer Scartezzini – todos de Tribunais Regionais Federais.

Os três novos ministros desta Corte estão entre Francisco Cândido de Melo Falcão Neto, do TRF da 5ª Região (PE), que teve 21 votos; Eliana Calmon Alves, com 20, e Plauto Afonso da Silva Ribeiro, com 19, ambos da 1ª Região (DF); Ellen Gracie Northfleet, da 4ª Região (RS), com 18 votos, e Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini, da 3ª Região (SP), que teve 17 votos em segundo escrutínio.

Os cinco juízes eleitos pelo STJ serão distribuídos em três listas tríplices. Os três nomes mais votados compõem a primeira lista. Os dois desta relação não escolhidos pelo Presidente da República serão incluídos na segunda lista, acrescida do nome do quarto magistrado mais votado. A terceira será composta pelos dois remanescentes da lista anterior mais o nome do quinto juiz eleito.

SRH reestrutura quadro de pessoal

O Plano de Carreira do Poder Judiciário, aprovado no final de 1996, continua provocando mudanças no Superior Tribunal de Justiça. A última novidade é o "enquadramento dos servidores do Tribunal", que foi concluído pela Secretaria de Recursos Humanos - SRH e homologado pelo presidente do STJ, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, no dia 28 de dezembro do ano passado, quando da assinatura do Ato n.º 487.

A organização do quadro de pessoal do STJ de acordo com as mudanças previstas no Plano de Carreira era uma necessidade, principalmente ao destacarmos que os 33 cargos antes existentes foram transformados em apenas três – auxiliar, técnico e analista judiciário. "O enquadramento veio para posicionar cada servidor em um dos três cargos criados pelo Plano, sem deixar, é claro, as características e exigências de cada um, como, por exemplo, as especialidades", explica Sinésio Matos Filho, diretor da Divisão de Seleção, Carreira e Avaliação e Desempenho da Subsecretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

O cargo de auxiliar abrange todos os servidores concursados em nível de 1º grau; o de técnico, os de nível médio, e os servidores que ingressaram no STJ em concurso para 3º grau estão agrupados nos cargos de analista judiciário. De acordo com a SDRH, o Tribunal tem 2.049 cargos efetivos, divididos entre as três carreiras.

Fazendo uma rápida retrospectiva sobre o Plano de Carreira do Poder Judiciário fica mais fácil entender a importância do enquadramento dos servidores da Casa. O Plano, instituído pela Lei 9.421/96, foi dividido em quatro etapas, tendo sua integralização prevista para o ano 2000. Antes, os servidores do Judiciário recebiam uma única gratificação - a "extraordinária". Com o Plano, essa gratificação foi extinta e foram lançados a Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ e o Adicional de Padrão Judiciário - APJ, o que representou uma melhoria no aspecto financeiro.

Mesmo com as mudanças, o enquadramento, que é uma das etapas do Plano, não permite ascensão funcional – proibida pela Constituição –, porém prevê o estabelecimento de uma política de promoções para os servidores, ainda em estudo pela SDRH. "O Plano de Carreira não trouxe somente o benefício financeiro, nos dias de hoje pouco percebido pelos servidores, pois já se passaram três anos. Ele também reviu toda a política de desenvolvimento de recursos humanos. Um dos resultados positivos dessa revisão é o novo sistema de avaliação de pessoal. Outras mudanças estão sendo estudadas pela administração atual, que tem como um dos seus principais objetivos a valorização dos servidores", completa Sinésio Matos.

SITUAÇÃO

ANTERIOR			NOVA
NÍVEL	CARGO	QUANTIDADE	CARGO
Superior	Administrador	06	Analista Judiciário
	Analista de Sistemas	39	
	Arquiteto	03	
	Arquivista	02	
	Assistente Social	04	
	Bibliotecário	19	
	Contador	14	
	Enfermeiro	01	
	Engenheiro	05	
	Inspetor de Segurança Judiciária	24	
	Médico	12	
	Nutricionista	02	
	Odontólogo	03	
	Oficial de Justiça Avaliador	03	
	Psicólogo	13	
	Taquígrafo Judiciário	81	
	Técnico em Comunicação Social	08	
	Técnico Judiciário (áreas fim e meio)	442	
TOTAL		681	681
NÍVEL	CARGO	QUANTIDADE	CARGO
Intermediário (2º grau)	Agente de Segurança Judiciária	201	Técnico Judiciário
	Agente de Serviços de Engenharia	01	
	Ag. de Telecomunicações e Eletricidade	24	
	Agente de Vigilância	13	
	Artífice de Eletricidade e Comunicação	02	
	Artífice de Carpintaria e Marcenaria	01	
	Artífice de Mecânica	05	
	Atendente Judiciário	250	
	Auxiliar de Enfermagem	10	
	Auxiliar Judiciário	578	
	Auxiliar Judiciário (Taquigrafia)	78	
	Aux. Operacional de Serviços Diversos	20	
	Operador de Computador	19	
	Programador	37	
	Telefonista	10	
TOTAL		1.249	1.249
NÍVEL	CARGO	QUANTIDADE	CARGO
Auxiliar (1º grau)	Agente de Vigilância	21	Auxiliar Judiciário
	Artífice de Carpintaria e Marcenaria	04	
	Artífice de Eletricidade e Comunicação	05	
	Artífice de Mecânica	11	
	Aux. Operacional de Serviços Diversos	79	
TOTAL		120	120

Situação atual não muda

Segundo o diretor, os servidores da Casa não precisam se preocupar com o enquadramento, pois ninguém será retirado da área na qual está atuando devido à nova sistemática, que segue os requisitos de escolaridade, atribuições do cargo e formação profissional para os cargos que exigem especialidades. "Muitas pessoas confundem o enquadramento com a movimentação de pessoal, que são assuntos muito diferentes. O enquadramento reflete a situação do servidor no quadro da instituição, de acordo com o concurso que determinou sua entrada. Já a movimentação de pessoal analisa o perfil do servidor de forma específica, na unidade onde está lotado, e a necessidade de cada área do Tribunal. Por exemplo, quem era auxiliar (nível médio) agora é técnico judiciário, tanto para a área administrativa, como para a judiciária, e, mesmo que tenha concluído o 3º grau, não pode ser enquadrado como analista, porque o concurso que determinou seu ingresso no STJ foi para nível médio. O mesmo vale para os servidores que tenham concluído o 2º grau, mas fizeram concurso para o 1º – estes serão auxiliares. Já quem fez concurso para médico não pode atuar em outra área – somente no Serviço de Saúde, pois fez o concurso para o nível de 3º grau, com especialidade em Medicina. Outro exemplo é o do analista de sistemas, que hoje é enquadrado no cargo de analista judiciário com especialidade em Informática, não podendo atuar em outra área do Tribunal. É claro que cada caso é diferente e deve ser analisado".

Um aspecto positivo dessa divisão criteriosa é a facilidade com que a SRH poderá recrutar servidores para as áreas mais carentes do Tribunal, além de proporcionar um conhecimento mais específico das necessidades de cada um quanto a treinamento, o que promoverá melhorias nos serviços oferecidos pela Casa.

O enquadramento dos servidores foi publicado no Diário da Justiça do dia 30 de dezembro do ano passado e no Boletim de Serviço nº 3/99, de 12 de fevereiro deste ano. Mais informações podem ser obtidas pelos ramais 9105 (Anderson), 9196 (Air) e 9026 (Sinésio).

Segurança mais efetiva nos estacionamentos

Diariamente, os estacionamentos do STJ recebem cerca de 800 veículos, entre carros de servidores, advogados e visitantes. Viabilizar uma rotina de segurança capaz de manter a tranqüilidade de quem utiliza estes estacionamentos sempre foi uma prioridade para a administração atual, que possui um esquema de vigilância baseado na observação permanente das três áreas de paragem.

Contudo, o número expressivo de automóveis aliado à grande extensão dos espaços a ser vigiados acabam dificultando o trabalho da Subsecretaria de Segurança e Apoio aos Ministros, que, visando pôr fim às ocorrências de pequenos furtos e roubos de carros, sugeriu à Presidência que os estacionamentos do Tribunal fossem cercados.

Apesar de nunca ter havido um assalto dentro dos estacionamentos do STJ e do registro de apenas dois roubos de carro até o presente momento, o clima de intranqüilidade estava crescendo entre os servidores. Atento ao problema, o presidente Antônio de Pádua Ribeiro decidiu que o Tribunal seguiria os passos de outros órgãos vizinhos, como a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União, que fecharam todos os lados de seus estacionamentos.

No Tribunal, a solução será menos radical. Dada a peculiaridade da sede, só será possível cercar as laterais e os fundos de cada estacionamento, operação que já está sendo realizada. Quando tudo estiver concluído, os servidores e visitantes passarão com seus carros por uma entrada vigiada, onde receberão um cartão numerado de acesso e específico para aquele estacionamento. A placa do carro e a hora da chegada serão anotados. Na saída, o motorista devolverá o cartão ao vigilante, que também anotará a hora da partida.

Cada estacionamento terá apenas uma entrada e uma saída, além de três guaritas: duas laterais – na entrada e na saída - e uma central, elevada, onde estará a postos um policial militar. Vigilantes que já prestam serviço na Casa serão remanejados para as atividades nas guaritas laterais, promovendo, assim, uma real sistematização da segurança em todos os estacionamentos.

Como todo novo procedimento exige uma fase de adaptação e como há momentos específicos de maior fluxo de veículos chegando e saindo do STJ simultaneamente, já está prevista pela Subsecretaria de Segurança uma operação mais ostensiva nos horários de *rush*. José Waterlôo, secretário de Segurança e Apoio aos Ministros, avisa que haverá reforços de pessoal entre 11 e 13h, o chamado período crítico, para que o trânsito não engarrafe.

Estacionamentos ganham mais segurança

Waterlôo também pede a colaboração dos servidores no sentido de intensificar o uso dos adesivos do Tribunal em seus carros. A medida agiliza, e muito, a localização de qualquer servidor em suas dependências, caso ocorra algum incidente. E, para terminar, o secretário enfatiza: "A idéia da Administração atual é melhorar o grau de segurança oferecido aos servidores para que eles possam ter mais tranqüilidade em seu trabalho. É uma visão nova, é uma situação nova que vamos estar vivenciando. Eu gostaria de contar com a cooperação e com críticas construtivas, e que os servidores nos ajudassem a ajudá-los".

Garantindo Qualidade

O Núcleo de Qualidade do Superior Tribunal de Justiça está animado com o curso que irá adequar as rotinas de trabalho do Tribunal com as Normas ISO 9000, nas quais estão estabelecidos os requisitos de qualidade para um produto ou serviço, segundo critérios internacionais.

Para viabilizar o projeto, o Núcleo destacou uma equipe composta de servidores de áreas estratégicas da Secretaria do Tribunal, que acompanhará a implantação do Sistema de Garantia de Qualidade nas diversas atividades desenvolvidas pelas unidades do STJ. A equipe conta com nove servidores da Secretaria Judiciária, três da Secretaria de Recursos Humanos, dois da Secretaria de Serviços Integrados da Saúde, três da Secretaria de Informática, dois da Secretaria de Administração e Finanças e seis servidores da Assessoria Técnico-Jurídica.

Para a sua capacitação foi contratado o Centro de Qualidade, Segurança e Produtividade para o Brasil e América Latina – QSP, que fará uma palestra sobre a importância estratégica da ISO 9000 e ministrará cursos sobre interpretação, implantação e documentação do sistema e de formação para auditores internos.

Com a implantação do projeto e com a viabilização do curso, o Núcleo de Qualidade espera garantir a qualidade na prestação dos serviços do Tribunal, além de contribuir para a divulgação desta Corte no cenário nacional.

Videoteca jurídica ganha novos títulos

A videoteca jurídica da Subsecretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos ganhou novos títulos. Desde o dia 1° deste mês, mais 45 fitas sobre Direito Civil, Imobiliário, Tributário e Comercial estão disponíveis para todos os servidores do Tribunal. Os temas, discutidos por renomados juristas do País, são variados: contratos, direito das obrigações, teoria geral do recurso, redigindo a sentença cível.

Com o objetivo de criar alternativas que auxiliem o autodesenvolvimento e a reciclagem do servidor, a subsecretaria criou em setembro do ano passado a videoteca jurídica com a aquisição de 44 fitas sobre Direito Processual Civil. Elas são produzidas pela Tele-jur, única empresa brasileira especialista em vídeos de cursos jurídicos. No mesmo mês, o *Informe-se* publicou uma matéria divulgando a videoteca.

A experiência deu certo e superou as expectativas da Subsecretaria. Até o começo deste mês, já foram realizados mais de 340 empréstimos. Os servidores de gabinetes, assessorias, coordenadorias e secretarias da área fim são os maiores interessados. Mas, segundo a SDRH, a seção que mais procura os vídeos é a Jurisprudência. O chefe da seção, Sandro dos Reis, diz que o material é tão rico que a unidade tomou a iniciativa de realizar semanalmente sessões em grupo para exibi-los. "Além de ajudar a relembrar alguns conceitos, os juristas citam muitos exemplos e discutem os temas de forma bem atualizada", disse. Sandro acredita que as sessões foram uma ótima idéia porque estimulam o debate entre os colegas, reforçando o aprendizado de cada um.

Quem bate recorde no empréstimo das fitas é Maria Fátima Melo Novaes, lotada na Coordenadoria da Primeira Turma. Estudante do 5° semestre do curso de Direito, ela levou, todos os dias durante as férias, duas fitas para assistir em casa. "Acho a iniciativa um espetáculo. Aprendemos muito e ainda nos reciclamos. Queria apenas que aumentassem as áreas de abrangência, principalmente para incluir Direito Penal e Processual Penal", afirma.

A intenção da Subsecretaria é adquirir o restante da coleção Tele-jur. Faltam aproximadamente 40 títulos. Segundo a funcionária Suzana Coêlho, são os próprios servidores que procuram os títulos que faltam, como, por exemplo, o de Direito Penal.

Suzana Coêlho e o acervo do setor

Quem quiser aproveitar para fazer uma reciclagem ou conhecer melhor o universo do Direito deve dirigir-se à SDRH e escolher até duas fitas de cada vez, por cinco dias. Para assistir ao vídeo no próprio Tribunal, o servidor deve reservar a sala com antecedência, pelo ramal 9205.

Alimentação a preços mais justos

Fornecendo alimentação aos servidores do Superior Tribunal de Justiça desde junho do ano passado em caráter emergencial, o Restaurante Bom Tempero agora está definitivamente contratado pelo Tribunal: ele foi o ganhador da licitação concluída em janeiro para este fim.

O contrato não só efetivou a empresa, como trouxe algumas boas novas. A primeira delas é o preço – agora o quilo do *self-service* da refeição e do lanche custa R$ 5,99 e o prato para duas pessoas no restaurante *à la carte* está custando R$ 7,50. Os itens da lanchonete também estão mais baratos.

Quando estabeleceu os critérios para a licitação do restaurante, a Administração procurou proporcionar aos servidores a possibilidade de pagar um preço justo por uma alimentação saudável. A contratação da empresa, portanto, é o resultado de uma fórmula que atribui peso a cada serviço prestado.

Dentro desse objetivo, o Tribunal exigiu um cardápio base, em que não constam guloseimas, churrasco ou produtos mais sofisticados, que passa a ter um preço mais alto e condizente com seus custos, sem majorar o valor dos outros alimentos, de modo a permitir às pessoas consumirem uma alimentação saudável a preços mais acessíveis.

De acordo com o nutricionista Aldemir Mangabeira, da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, responsável pela fiscalização do serviço prestado pela empresa, hoje, até mesmo os itens da lanchonete foram valorados de modo a deixar os produtos mais adequados à manutenção da saúde mais baratos – assim, sucos e vitaminas custam menos que refrigerante, por exemplo. "O servidor pode e deve consultar sempre o *menu* para conferir se o cardápio base está sendo cumprido pela empresa", afirma o nutricionista.

O restaurante do STJ é o primeiro instalado em órgão público a servir churrasco como opção de refeição. No entanto, como esses atrativos não constam no contrato, têm preços diferenciados. Servindo-se no *self-service* e acrescentando churrasco, o cliente pagará R$ 9,50 por quilo; optando só por churrasco, pagará R$ 11,00 por quilo.

Servidoras vêem antigo sonho se tornar realidade

Inaugurado em novembro do ano passado, o lactário do Superior Tribunal de Justiça tem-se revelado um alento para as servidoras, mães de bebês ainda em fase de amamentação.

Constituindo prioridade na administração do Presidente do STJ, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, segundo entrevista que concedeu ao *Informe-se*, na edição de setembro/98, o projeto do lactário foi desenvolvido visando ao objetivo principal de "ajudar aquelas mães que querem amamentar seus filhos e muitas vezes não têm condições de fazê-lo porque voltaram a trabalhar".

Dotado de amplas instalações, além de uma cozinha para seu uso exclusivo, possui duas salas para repouso e entretenimento dos bebês e uma, reservada, para a amamentação, espaço que as creches da cidade geralmente não dispõem e que proporciona a tranqüilidade que o ato requer.

Funcionando de 8 às 19h desde o início deste mês, o lactário, que é vinculado à Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS), conta, em tempo integral, com uma equipe especializada, formada por uma pediatra, uma psicóloga, uma assistente social e um nutricionista, que periodicamente se reúne para avaliar os resultados das atividades ali desenvolvidas e, se for o caso, implementar mudanças nas rotinas de trabalho, além de estagiárias dos cursos de enfermagem, nutrição e magistério.

O cuidado com a higiene é ponto básico no berçário (como é mais conhecido o lactário). Para o acesso às suas instalações, as pessoas usam "pró-pé" descartável, fornecido pelo setor, para minimizar o risco de os bebês pegarem doenças transmissíveis através das sujeiras trazidas nos calçados. Além disso, por determinação do titular da SIS, Bonfim Abrahão Tobias, os alimentos oferecidos passaram a ser preparados na cozinha do lactário, sob a supervisão do nutricionista Aldemir Mangabeira, de modo a erradicar qualquer foco de contaminação.

De acordo com a pediatra responsável pelo lactário, Anita Essinger, as mães ficam mais tranqüilas por poderem manter os horários de amamentação de seus filhos, mesmo depois que voltam a trabalhar.

Para a servidora Mariana Pinheiro Galvão, da Divisão de Treinamento da área de recursos humanos, mãe de Mariana, primeiro bebê a freqüentar o lactário, o setor é "um lugar onde sua filha está sendo tratada por especialistas, que vão saber resolver qualquer problema que aconteça". E a tranqüiliza saber que será chamada para estar ao lado de seu bebê, se houver necessidade.

E não são somente as crianças que ganham atenção especial. Há a preocupação de se passar às mães maior segurança no cuidado com seus filhos e informações especializadas. Para se ter uma idéia do compromisso de toda a equipe com mãe e filho, em breve, a SIS apresentará um Programa de Prevenção às Cáries.

Para melhorar ainda mais, o recém-inaugurado berçário precisa apenas de um espaço externo, onde as crianças possam tomar sol sem a interferência de vidros, e de brinquedos educativos, que já estão sendo pleiteados junto à Receita Federal.

A realidade está bem próxima ao sonho de muitas servidoras. O lactário do STJ tem cumprido bem o seu importante papel de garantir o direito à amamentação, graças às ótimas instalações disponíveis e a uma equipe de profissionais que dispensa toda a atenção e carinho que nossas crianças merecem.

Quem quiser doar algum brinquedo, é só entrar em contato com Robson ou Aldemir, nos ramais 9270 ou 9275.

Dicas de Português

Regina Célia Amaral

O uso correto da linguagem pode abrir muitas portas. Afinal, permite-nos realizar o que só os humanos podem fazer: comunicarmo-nos! No entanto, quando falamos, cometemos vários equívocos que levamos para a nossa língua escrita, comprometendo, em ambas as formas de linguagem, aquilo que queremos transmitir.

Quem de nós já não falou para alguém: "maiores informações no telefone tal" ou "se precisar, estarei no celular"?. Se pensássemos bem, esta última suscitaria uma questão: e coube?! Gente, informações, nem pequenas nem grandes, são obtidas **pelo** telefone.

Significando atravessadamente, por entre ou no decurso, o advérbio **através** é usado quase sempre de forma equivocada por todos. Jamais conseguiremos coisa alguma que seja "através de muito esforço". Da mesma forma, não adianta nada solicitar seja o que for "através de memorando". Melhor seria fazer o pedido **por meio de** memorando, ou por qualquer outra coisa – seria mais eficaz. Observe o contexto e verá se não é o caso de usar **mediante** ou **por** em vez de **através**.

Recordista em erros está o **onde**. De tão freqüente, já nos soam corretas expressões do tipo: "No livro, onde pesquisei...". Ora, **onde** emprega-se para lugar; fora dessa conotação, o correto seria usar **em que**. Afora isso, repetidamente confundimos **onde** com **aonde**. Para evitar essa confusão, lembre-se: onde é em que lugar, enquanto aonde é a que lugar, é para onde se vai – "ir aonde o vento nos levar, onde não exista tristeza".

Outra mania nacional é inserir **inclusive** em qualquer frase, como uma espécie de "elemento de ligação universal". O sentido da palavra é de modo inclusivo ou até, até mesmo. Por isso nada de estar falando do tempo e sair com uma assim: "Inclusive eu estava pensando..."

E o uso de **todo** ou **todo o**? Anote aí: **todo** quer dizer qualquer, cada um (toda pessoa tem direito a ser feliz); e **todo o** tem a conotação de inteiro, total: "todo o país comemorou o tetra" – observe que, sem esse **o**, passaria a ter o sentido que qualquer país participou dessa comemoração. E sabemos que, apesar de frustrados na última copa, só nós poderemos ser penta.

O erro pode sempre ser evitado: para tanto, pesquisem e observem sempre o contexto.

Inteiro Teor do Acórdão já está disponível na Internet

Desde 1º de março, o Superior Tribunal de Justiça está disponibilizando mais um serviço em sua página na Internet: o Inteiro Teor do Acórdão. A novidade é mais uma importante medida implantada no intuito de modernizar e agilizar a Justiça, em conformidade com a filosofia de administração do presidente Antônio de Pádua Ribeiro, de buscar a economia de recursos e o aumento da eficiência dos serviços prestados pelo STJ.

São 240 mil acórdãos disponíveis e para pesquisá-los não é necessário cadastro. Basta escolher o botão com o nome do serviço no menu do *site* do STJ para ter acesso aos acórdãos. A atualização será feita automaticamente, tão logo seja publicado no Diário da Justiça.

Bastante procurado, não só por advogados, juristas e magistrados, mas também por estudantes, o serviço estava sendo oferecido experimentalmente apenas na rede interna do Tribunal – a Intranet. A disponibilização pela Internet significa uma grande economia nos gastos com fotocópias e muitas vantagens para o usuário, pois democratiza o acesso à informação, que pode ser obtida de qualquer lugar do Brasil e do mundo, desobrigando os interessados de se deslocarem até o Tribunal. Além disso, possibilita o aproveitamento do texto – para citações, por exemplo –, bastando apenas que a pessoa disponha de alguns programas adicionais em seu próprio micro.

Novidades no Correio Eletrônico

Outra grande mudança está ocorrendo na área de informática do Tribunal. A Secretaria de Informática - Seinf está trocando o atual programa de envio e recebimentos de mensagens pelo Correio Eletrônico, o MS Mail, pelo Lotus Notes.

Com a mudança, mandar e receber mensagens pelo computador, seja internamente ou para o Brasil e o mundo, vai ficar bem mais simples. Isto porque o novo programa traz vantagens que o antigo não oferece. A começar que, ao contrário do primeiro - que é apenas correio eletrônico -, o Lotus traz as facilidades de uma agenda e, o que é melhor, não tem incompatibilidade com a acentuação gráfica.

Em português claro, isso significa que o novo programa, além de tornar mais fácil a comunicação pelo computador, possibilita agendar seus compromissos, convocar outras pessoas e registrar em suas agendas, com a opção de fazer soar um alarme como forma de aviso – para o compromisso e para a chegada de uma mensagem nova. Permitindo, também, desenvolver sistemas ou aplicações utilizando os recursos da ferramenta.

Segundo o subsecretário de Atendimento, Antônio Matoso Filho, da Seinf, a expectativa é que as pessoas utilizem mais o correio eletrônico, que, afinal, é um meio de comunicação dos mais eficazes, interligando as pessoas tanto dentro do Tribunal como com o resto do mundo.

Com esse objetivo, as secretarias de Informática e de RH estão trabalhando em conjunto: a Subsecretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos promove os cursos de treinamento direcionados para determinada clientela e só então a Seinf disponibiliza o programa para o setor. A Taquigrafia é a primeira unidade a receber o treinamento, pois necessita das ferramentas do Lotus Notes para utilizar seu novo sistema.

de olho no futuro

QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO – 20 VAGAS
Clientela: servidores que tenham, no mínimo, 2º grau completo.
Período: 15 a 19/3, das 9 às 12h.
Inscrições: 9 e 10/3, das 13 às 18h, na Seção de Desenvolvimento Gerencial, ramais 9195 e 9201.

EXCEL BÁSICO – 12 VAGAS
Clientela: servidores que possuam o 2º grau completo.
Período: 22 a 26/3, das 13 às 16h.
Inscrições: 16 e 17/3, das 13 às 18h, na Seção de Treinamento Técnico-operacional, ramais 9205 e 9203.

WINDOWS – 12 VAGAS POR TURMA
Clientela: servidores lotados nas diversas unidades do STJ.
Período: Turmas F e G: de 15 a 19/3, de 13 às 16h. e de 16 às 19h, respectivamente.
Inscrições: 9 e 10/3, das 13 às 18h, na Seção de Treinamento Técnico-operacional, ramais 9205 e 9203.

WORD 7.0 – 12 VAGAS POR TURMA
Clientela: servidores lotados nas diversas unidades do STJ.
Período: Turmas H e I: de 15 a 19/3, das 13 às 16h e de 16 às 19h e
Turma J: 22 a 26/3, das 16 às 19h.
Inscrições: Turmas H e I, de 09 e 10/3, e turma J de 16 e 17/3, das 13 às 18h, na Seção de Treinamento Técnico-operacional, ramais 9205 e 9203.

LOTUS NOTES – 12 VAGAS POR TURMA
Clientela: servidores de gabinetes da Presidência, da Vice-Presidência dos ministros e nas coordenadorias das Turmas, Seções e Corte Especial, com conhecimento sobre Windows.
Período: Turmas A e B: 22 e 23/3, das 13 às 16h e de 16 às 19h, respectivamente.
Turma C e D: 25 e 26/3, das 13 às 16h e de 16 às 19h, respectivamente.
Turmas E e F, das 13 às 16h ; e, G e H, de 16 às 19h, nos dias 29 e 30/3.
Inscrições: Turmas A e B: 15 e 16/3; turmas C e D: 18 e 19/3; turmas E, F, G e H: 22 e 23/3, das 13 às 18h, na Seção de Treinamento Técnico-operacional, ramais 9205 e 9203.

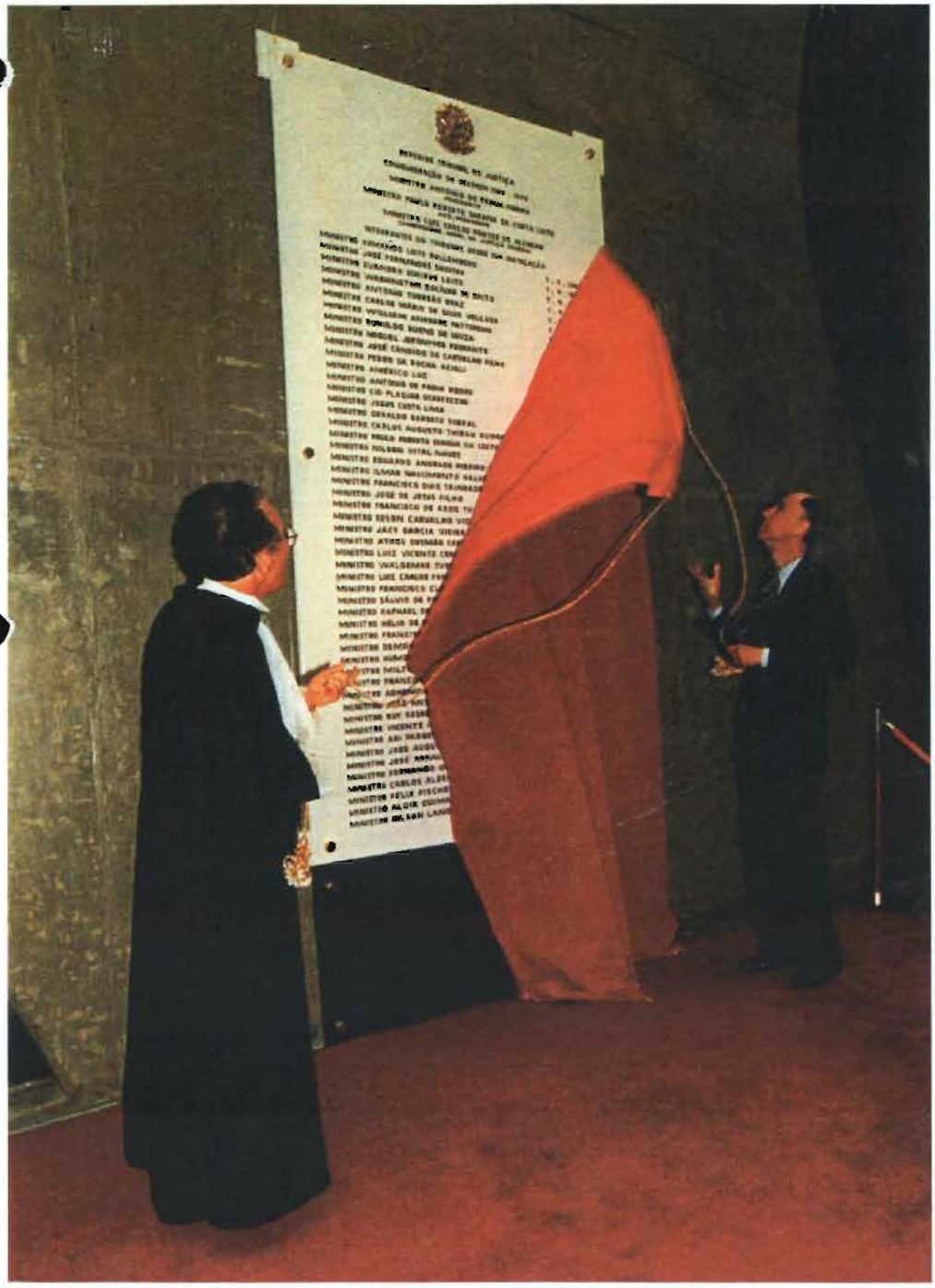
PORTUGUÊS EM MÓDULOS: ANÁLISE SINTÁTICA
20 VAGAS
Clientela: servidores que tenham o 2º grau completo.
Período: 18/3 a 19/04, das 10 às 12h.
Inscrições: 8 e 9/3, das 13 às 18h, na Seção de Treinamento Técnico-operacional, ramais 9205 e 9203.

PORTE PAGO
DR/BSB
PRT/BSB/06/068/95

Informe-se

Boletim Informativo do STJ - Ano II - Nº 3 Brasília, abril/99

STJ: 10 anos dedicados à Justiça



O Superior Tribunal de Justiça comemorou, no último dia 7, dez anos de instalação, com conferência proferida pelo jurista Miguel Reale; lançamento de carimbo comemorativo, cartão-postal e envelope pré-selado; inauguração de placa comemorativa (foto ao lado); exposição da artista plástica Tomie Ohtake e sessão solene com a presença de autoridades dos Três Poderes. Jornalistas e assessores de Imprensa debateram na ocasião a interação do Judiciário com a mídia. Confira!

Páginas 2 a 6.

Pereira rebate críticas ao Judiciário em sessão solene

O ministro Milton Luiz Pereira rebateu as críticas que vêm sendo feitas ao Poder Judiciário, ao discursar na sessão solene, no último dia 7, em comemoração aos dez anos de instalação do Superior Tribunal de Justiça. "Os insensatos não percebem que desacreditando o Judiciário, quando procurarem a Justiça verificarão que o seu direito, apesar de reconhecido, não terá tribunal forte para realizá-lo", afirmou. "São os sinais da desobediência civil, que já se fazem sentir com o esfarinhamento da autoridade judicial. Como bumerangue, as pedras lançadas voltarão ferindo o próprio atirador, encontrando a Justiça enfraquecida, sem crédito institucional para garantir os seus direitos reclamados".

Citando Ruy Barbosa, Milton Pereira mostrou-se preocupado com o tom das reclamações contra o Judiciário e advertiu que o equilíbrio do Estado de Direito está sendo colocado à prova. "O Judiciário não é apêndice ou órgão subordinado", disse: "É um dos Poderes da República e, com o Executivo e o Legislativo, é o pilar da soberania nacional".

Para Pereira, que discursou logo após a abertura da sessão feita pelo presidente Pádua Ribeiro, o descrédito do Judiciário poderá acarretar "desafio à ordem constituída e à segurança jurídica". "Somente os desavisados não compreendem que as afrontas afetam a instituição, quando são lançadas contra o Poder", afirmou.

O ministro reclamou ainda da tentativa de politização do Judiciário. "É o mascaramento da dominação do sistema político sobre o Judiciário," alertou. " É a projeção da barbárie". Ele destacou o fato de o STJ, em dez anos de existência, ter julgado 523.074 processos. Nesse mesmo período, foram distribuídos aos 33 ministros que integram a Corte 508.954 casos. "Em seu decênio, o Tribunal não contou apenas anos, mas computou trabalho, irradiando vida institucional", observou. Os ministros que integram o STJ, segundo Pereira, "sem a aura da imunidade, pagam elevado preço", trabalhando com dedicação diuturna, inclusive em casa, aos sábados, domingos e nas férias.

Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel, Presidente do STJ, Ministro Pádua Ribeiro e Diretor-Geral do STJ, Dr. Miguel Augusto Campos na sessão solene do Pleno

Pereira falou em nome de todos os ministros da Casa que compareceram à sessão plenária, prestigiada também pelo vice-presidente da República, Marco Maciel; o ministro da Fazenda, Pedro Malan; o ministro da Defesa, Élcio Álvares; o 1° secretário da Câmara, deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE); o presidente nacional da OAB, Reginaldo de Castro; o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso; e o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, além de ministros de tribunais superiores e desembargadores. A subprocuradora da República Delza Curvello Rocha saudou os dez anos de instalação do Tribunal, falando em nome do Ministério Público Federal.

de olho no futuro

Seminário Internacional sobre Direito da Biodiversidade
Período: 11 a 14/5/1999
Local: Auditório do STJ
Horário: 8 às 19h

Congresso Brasil-Portugal Ano 2000
Período: 23 a 25/6/1999

Português: Ortografia
Período: 24/5 a 8/6
Horário: 10 às 12h
Inscrição: 10 a 19/5, das 13 às 18h
Instrutoria: Zara Pessoa Cortez

Lotus Note
Período: 3 a 31/5 (diversas turmas)
Inscrições: ramal 9205/9203
Instrutoria: Fundação Instituto de Administração – USP

Expediente

Boletim Informativo do Superior Tribunal de Justiça - Publicação quinzenal
Edição: Gabinete da Presidência
Assessoria de Imprensa

Endereço: SAFS Q. 06 Lote 01
Ed. Ministros I - Sala 305
70.095-900 - Brasília - DF
E-mail: Imprensa@stj.gov.br
Telefone: (061) 319-6531/6537
Fax: (061) 319-6538

Assessor-Chefe: Viriato Gaspar
Assessores: Deuza Lopes, Olímpio Cruz Neto e Renata Gonzaga

Jornalista responsável:
Deuza Lopes - MTB 1.578

Redação:
Catarina França,Deuza Lopes, Elaine Rocha, Luciana Assunção, Olímpio Cruz Neto, Regina Célia Amaral e Rosângela Oliveira

Revisão: Regina Célia Amaral

Projeto gráfico e diagramação:
Taís Villela
Núcleo de Programação Visual/STJ

Fotografia: Gustavo Lima

Impressão:
Seção de Reprografia e Encadernação

Galeria de ex-presidentes é inaugurada

Durante as comemorações dos dez anos de instalação do STJ, foi inaugurada a galeria de fotos de seus ex-presidentes, no Salão Nobre. A primeira foto descerrada da galeria foi a do ministro Gueiros Leite, seguida das de Washington Bolívar, Torreão Braz, William Patterson, Bueno de Souza e Américo Luz.

O ministro Waldemar Zveiter discursou, em nome de todos os integrantes do STJ, em homenagem aos ex-presidentes. "No exercício de suas presidências dignificaram o Tribunal pela proficiência e zelo com que atuaram mercê de seus talentos, do brilho de suas inteligências, de suas culturas jurídicas e capacidade administrativa, com as quais contribuíram de forma inestimável para a consolidação desta Corte, que tem merecido o respeito e acatamento de quantos aqui têm seus pleitos decididos e o reconhecimento da Nação para a qual dedicamos o melhor de nosso lavor", afirmou.

Ministro Costa Leite e Sra. Mônica e Ministro Américo Luz e Dra. Célia inauguram galeria

Reale saúda dez anos do STJ

O professor de Direito e advogado Miguel Reale proferiu a conferência *O Modelo Jurisdicional e o Superior Tribunal de Justiça* durante solenidade comemorativa dos dez anos de instalação. O jurista saudou a criação do STJ como um dos mais importantes avanços na Constituição de 1988, resultado do esforço feito pelos constituintes para o remodelamento do Judiciário. Reale defendeu a retomada das discussões em torno de uma reforma judiciária capaz de atender às necessidades da sociedade brasileira.

"A Constituição de 1988 tem altos méritos, como a criação do STJ ou a inclusão dos direitos individuais, mas existem problemas delicados que precisam ser analisados", disse o jurista.

Ele criticou o que chama de "totalitarismo normativo" dos parlamentares que redigiram o texto constitucional. "A Constituinte elevou à categoria constitucional questões que poderiam ser tratadas apenas em lei ordinária", reclamou. Reale observou que o resultado desse procedimento normativo liberal dos constituintes pode ser visto hoje no crescimento de processos nos tribunais de Justiça. "Se tudo é constitucional, bem se pode compreender o número cada vez mais alto de casos chegando aos tribunais", comentou.

Professor de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Reale foi apontado pelo presidente do STJ, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, como um dos inspiradores da criação do Tribunal. "Tive essa idéia – criação de um grande tribunal nacional infraconstitucional – num congresso da Ordem dos Advogados do Brasil, realizado no Rio de Janeiro, em meados da década de 80, para discutir a reforma do Judiciário", lembrou o jurista.

Ministro Pádua Ribeiro e o jurista Miguel Reale

Ao fazer um balanço sobre os dez anos do Tribunal, o eminente jurista – saudado calorosamente por cada um dos ministros do STJ que assistiram à conferência, bem como por desembargadores, juízes federais, ministros de tribunais superiores e integrantes do Ministério Público – disse que não seria possível fazer uma avaliação da Corte levando-se em consideração apenas aspectos meramente formais, como o número impressionante de processos julgados ao longo desses anos. A análise dos casos julgados pelo STJ, ressaltou, mostra que "as decisões vieram traçar novos rumos para a Justiça".

Além disso, Reale comentou que a inexistência de um tribunal nos moldes do STJ teria provocado há mais tempo uma crise em todo o sistema judiciário, com repercussões mais fortes e imediatas, principalmente sobre o Supremo Tribunal Federal. Ele observou que a divisão das atribuições de competência do Supremo com o STJ foi extremamente benéfica. "Parte da competência foi transferida para o STJ pela Constituição de 1988 e essa divisão foi muito salutar", concluiu.

Comemorando com Tomie Ohtake

Tomie Ohtake – "Uma lição de refinamento!" Assim o artista plástico Athos Bulcão definiu a exposição da japonesa que chegou ao Brasil aos 23 anos para fazer diferença. Seu último trabalho, "Os desafios da forma", foi um presente requintado para comemorar os dez anos do Superior Tribunal de Justiça. A consagrada artista expôs 12 gravuras, concebidas no último verão, como resultado de 30 anos de pesquisa nesta técnica.

"Seu trabalho é uma prova de que idade não é obstáculo para a imaginação e criatividade", acentuou Bulcão, que visitou o Tribunal exclusivamente para apreciar a exposição. Hoje, ambos já superaram oito décadas, mas continuam se aperfeiçoando nas artes. "Estou sempre trabalhando para descobrir formas", diz Tomie. Para ela, é uma satisfação apresentar este novo momento do seu trabalho.

Ohtake começou a pintar aos 39 anos. Foi durante uma visita à exposição do japonês Keisuke Sugano, no Museu de Arte Moderna de São Paulo, que sentiu vontade de experimentar os pincéis. Em 1969, começou a trabalhar com serigrafia, e, posteriormente, produziu inúmeras obras com lito e metal. Aventurou-se ainda pela escultura. Por explorar as diversas possibilidades da arte, participou da Bienal de Veneza, em 1972, de cinco bienais, em São Paulo, e recebeu os prêmios Itamaraty e Museu de Arte Moderna. Em uma carreira de cinqüenta anos, expôs em diversas cidades do Brasil e do exterior, sendo uma das artistas mais respeitadas do país.

A curadora da exposição, Helena Lopes, explica que as gravuras apresentadas foram realizadas em metal, com água tinta, água forte e *soucre* (açúcar). "Esta série expressa a predisposição da artista avançar em novas direções, procurando valorizar o recorte, as formas livres e soltas", diz.

Esta exposição vai percorrer dez cidades brasileiras e cada gravura tem uma tiragem de cem reproduções para cada original. As obras são impressas em papel Biblos importado, utilizando de 3 a 4 matrizes por imagem. Tomie trabalha essas matrizes, acompanhando tanto a preparação das cores, quanto a impressão das gravuras. Os trabalhos foram executados no *Atelier* Cláudio Vasques, em São Paulo, cidade onde a artista mora atualmente.

Tomie Ohtake, Dra. Ivis Glória e o Ministro Pádua Ribeiro

Momentos da comemoração dos 10 anos de instalação do STJ

Culto ecumênico no auditório

Jornalista Luís Nassif e Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

Presidente do STJ hasteia a Bandeira

Marcas da Justiça

As marcas do Superior Tribunal de Justiça estiveram viajando o Brasil durante as cerimônias de comemoração dos seus dez anos. É que qualquer funcionário que enviou cartas pela agência dos Correios do Tribunal teve suas correspondências registradas com um carimbo comemorativo. Além do carimbo, também foram produzidos cartão-postal e envelopes pré-selados para relembrar a data.

A Empresa de Correios e Telégrafos comercializa estes produtos filatélicos para que empresas e instituições divulguem assuntos de relevância nacional. O carimbo é uma marca que registra a geografia, documenta a história e fixa, por meio de sua aposição, os acontecimentos importantes do país, motivo pelo qual o STJ optou por sua adoção. Segundo Verônica Carriço, funcionária do Museu, a iniciativa de produzir estes distintivos é importante para registrar a marca da instituição.

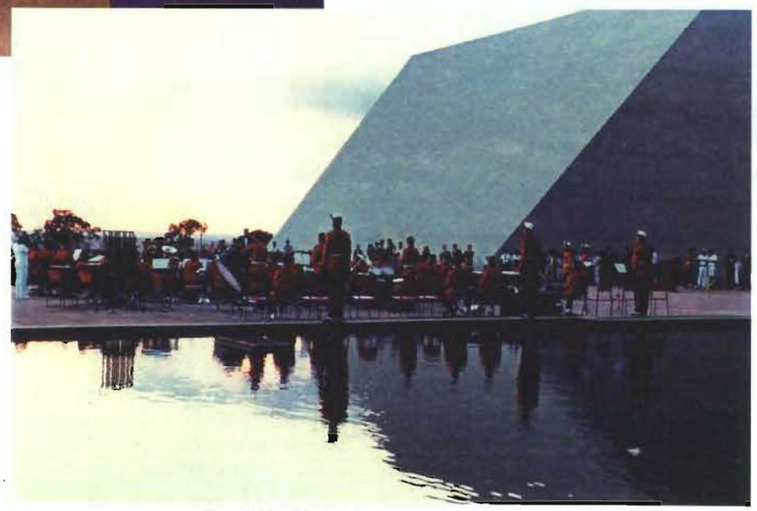
Todas as correspondências que passaram pelo STJ até o dia 15 deste mês estiveram carimbadas com o símbolo da Justiça, representado pelo olho de Deus sobre a mão humana e desenhado pela artista Mariana Perrete. Após esse período, o carimbo foi levado à Central Filatélica dos Correios, onde permanecerá durante 120 dias. O objetivo é atender aos colecionadores de carimbos ou os chamados marcófilos. O STJ recebeu apenas uma réplica positiva, ou invertida, do carimbo, que já está exposta no museu. O original entrou para o acervo da ECT.

A artista Isabel Ramos, servidora do Núcleo de Programação Visual do próprio STJ, criou o *layout* do carimbo, do cartão-postal e do envelope. Ela faz parte do quadro de desenhistas autônomos da ECT e estava capacitada para realizar esta tarefa. "Gostei do resultado", acentua Isabel, que contou com a vantagem de conhecer as etapas de produção desses minuciosos produtos. A ECT exige, por exemplo, que as imagens desenhadas suportem uma grande redução e que o desenho não tenha um traço muito fino ou largo, que possa comprometer a qualidade da reprodução.

Isabel explica que a parte mais difícil foi a criação do cartão-postal, pois não havia consenso quanto a melhor imagem do STJ. "Finalmente, os prazos foram estourando e chegamos à conclusão de escolher uma imagem semelhante à da abertura da página da Internet, só que bem mais definida que na tela", diz.

Foram confeccionados dez mil exemplares de cartões e envelopes. Trinta por cento dos cartões produzidos ficaram na Agência Central dos Correios, para atender colecionadores.

Banda Sinfônica homenageia STJ



Banda Sinfônica faz homenagem ao STJ

A Banda Sinfônica do Grupamento de Fuzileiros Navais fez uma apresentação em homenagem aos dez anos de instalação do STJ. De passagem pela Capital Federal para realizar esta apresentação especial, vinda do Rio de Janeiro, a Banda dos Fuzileiros Navais executou por quase uma hora um repertório musical eclético, indo do popular ao erudito.

Estiveram presentes ao evento o presidente do STJ, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, o vice-presidente, ministro Costa Leite, e outros integrantes da Corte.

Composta por 90 músicos, a Banda Sinfônica foi criada na década de 70 e é uma das mais conceituadas do Brasil, tendo seu trabalho reconhecido em diversas partes do mundo. Recentemente, os músicos receberam um prêmio internacional em Módena, na Itália, pelo valor artístico de seu trabalho.

Jornalistas debatem no STJ relação do Judiciário com a Imprensa

O presidente do STJ, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, abriu o 1º Ciclo de Palestras Judiciário e Imprensa, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça, nos dias 8 e 9 passados, que contou com a presença de assessores de imprensa dos cinco tribunais regionais federais e dos tribunais estaduais de Justiça. O presidente reconheceu haver problemas de comunicação entre magistrados e a sociedade brasileira, justamente pelo convívio atribulado com a imprensa, que faz a ponte com a opinião pública. "Precisamos – Judiciário e imprensa – modificar alguns comportamentos para estreitar relações, possibilitando um convívio transparente e harmônico".

O jornalista Bóris Casoy, apresentador e âncora do Jornal da Record e do programa Passando a Limpo, ambos da *TV Record*, abriu o primeiro dia de debates. Também proferiram palestras os jornalistas Alexandre Garcia, da *TV Globo*, Helena Chagas, do jornal *O Globo*, Luís Nassif, da *Folha de S. Paulo*, André Gustavo Stumpf, do *Correio Braziliense*, Ari Ribeiro, assessor de Imprensa do TST, e Jairo Viana, do *Jornal de Brasília*.

Bóris Casoy defendeu o estabelecimento de uma nova relação entre Judiciário e Imprensa como instrumento de aprimoramento da cidadania brasileira. "Nós precisamos quebrar as barreiras e preconceitos que existem de lado a lado visando ao interesse público", afirmou. Ele considerou que a construção de um canal de interlocução entre juízes e mídia precisa ser feita rapidamente para diminuir as resistências e fortalecer a credibilidade do Poder Judiciário.

Helena Chagas, coordenadora de Política da sucursal de O Globo, em Brasília, fez as mesmas observações. "A mídia erra muitas vezes, mas estamos sujeitos a críticas", ponderou. Ela abordou em sua palestra a reforma do Judiciário e a cobertura dada pela imprensa. "O tema só voltou ao noticiário porque há um momento propício para isso", apontou.

Para o vice-presidente do Tribunal, ministro Costa Leite, que participou da conferência de Helena Chagas, a Justiça precisa estar mais aberta e receptiva às cobranças da sociedade. "O Poder Judiciário sofre porque é muito desconhecido e, é preciso dizer, ele próprio é responsável por isso", afirmou.

Casoy e Ministro Pádua Ribeiro (alto). Helena Chagas e Ministro Costa Leite

Alexandre Garcia abordou a relação entre Judiciário e a democratização do acesso à informação. Ele defendeu maior transparência aos atos do Poder, mas também reconheceu que existem abusos sendo cometidos por profissionais da imprensa. O ministro Edson Vidigal apresentou a palestra de Garcia.

Nassif abre o segundo dia

O segundo dia foi aberto com palestra de Luís Nassif, saudado pelo ministro Pádua Ribeiro como o "paradigma do jornalismo investigativo", cuja atuação tem sido sempre "séria e responsável". O presidente reconheceu que o Judiciário é responsável pelas dificuldades de comunicação. "Precisamos sair do mutismo e deixar de lado a linguagem hermética", afirmou.

Integrante do Conselho Editorial da Folha, Nassif falou sobre a mídia e a cobertura do Judiciário, mas antes fez um balanço do papel da imprensa brasileira nos últimos 30 anos. Do início dos anos 60, quando tinha uma atuação partidária e passional, até a década de 90, quando passou a fiscalizar o poder público, passando pelo combate ao regime militar nos anos 70 e a retomada da cidadania na década seguinte, Nassif acredita que os jornalistas ainda precisam amadurecer.

Ele fez um *mea culpa*, apontando graves erros cometidos pela imprensa nesta última década, em nome da "investigação a qualquer custo".

Assim como Nassif, André Gustavo Stumpf, editorialista do Correio, ressaltou que tanto assessores de imprensa, quanto jornalistas, precisam descobrir novos mecanismos para diminuir as resistências e informar de maneira correta a opinião pública. Stumpf recomendou aos magistrados que falem à imprensa com mais assiduidade. O ministro Humberto Gomes de Barros foi o mediador dessa palestra.

O jornalista Ari Ribeiro, do TST, falou sobre a importância das assessorias de imprensa como instrumento de democratização do acesso à informação e propôs a criação de uma agência de notícias própria do Judiciário. O ministro José Arnaldo da Fonseca mediou a palestra de Ribeiro.

Encerrando o evento, o jornalista Jairo Viana, do Jornal de Brasília, falou sobre as publicações dirigidas sobre o Judiciário e elogiou a iniciativa do Tribunal. O diretor-geral do STJ, Miguel de Campos, apresentou a palestra.

Judiciário e Executivo unidos por uma rede de alta velocidade

Uma parceria entre os poderes Judiciário e Executivo que promete muitos benefícios – é assim que podemos definir o convênio para a criação da Rede de Alta Velocidade da Justiça Federal, assinado em março deste ano.

Dr. Crésio Rolim(INSS), Dr. Almir Bastos(PGFN), Dr. Emílio Carazzai(CEF), Dr. Geraldo Quintão(AGU), Dr. Pedro Parente(MF), Ministro Pádua Ribeiro(STJ e CJF), Dr. Francisco Falcão(TRF-5a Região), Dr. Teori Zawaski(TRF-4ª Região), Dra. Tânia Heine(TRF-2ª Região), Dr. Jorge Scartezzini(TRF-3ª Região) e Dr. Plauto Ribeiro(TRF-1ª Região)

O presidente do STJ, Antônio de Pádua Ribeiro, assinou, junto com o então Ministro interino da Fazenda, Pedro Parente, o convênio de cooperação técnica para viabilizar a interconexão dos bancos de informações da Justiça Federal e das autarquias federais. O advogado-geral da União, Geraldo Quintão, o procurador-geral da Fazenda Nacional, Almir Martins Bastos, o presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai, e o presidente do INSS, Crésio Rolim, também assinaram o convênio. Pela Justiça Federal, firmaram o acordo os presidentes dos cinco Tribunais Regionais Federais: Plauto Ribeiro (1ª Região), Tânia Heine (2ª Região), Jorge Scartezzini (3ª Região), Teori Zawaski (4ª Região) e Francisco Falcão, então presidente da 5ª Região.

"A criação da Rede vai acarretar uma economia de recursos e de esforços, tornando mais eficiente a administração da Justiça, facilitando o trabalho das assessorias jurídicas dos órgãos federais que têm processos de execução fiscal ajuizados e diminuindo o chamado *Custo Brasil*, disse Pádua Ribeiro, que considera a medida uma resposta do Judiciário para o combate à crise. "O importante é trabalhar e muito, com os olhos voltados para os superiores interesses públicos", afirmou o ministro.

O convênio prevê a interligação das redes de comunicação de dados existentes visando ao compartilhamento de informações entre as instituições participantes, facilitando, principalmente, o rastreamento dos processos de execução fiscal em favor da União que estão tramitando na Justiça Federal, o que permitirá um melhor monitoramento por parte do governo, bem como a atualização do cadastro de empresas e contribuintes inadimplentes. Só para se ter uma idéia da importância da Rede de Alta Velocidade, o governo tem hoje R$ 100 bilhões de créditos a receber, em processos que estão na Justiça Federal.

Segundo Roberto Petruff, secretário de Informática do Conselho da Justiça Federal, a assinatura do acordo marca o início dos trabalhos de interligação das redes dos órgãos envolvidos. "As instituições judiciárias e os órgãos do governo deverão trocar informações, por meio do acesso recíproco as suas bases de dados, sem comprometer, no entanto, os aspectos de segurança e desempenho de suas redes", define.

Os órgãos do Judiciário deverão disponibilizar a jurisprudência, o inteiro teor de seus acórdãos, sentenças, decisões e despachos, além das informações atualizadas sobre o andamento dos processos em que são partes o Ministério da Fazenda, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o INSS, a AGU e a CEF, diretamente a esses órgãos.

O STJ e o Conselho, por exemplo, estão conectados à Rede Metropolitana de Alta Velocidade, o que vai facilitar a interligação de suas redes locais. "As adequações necessárias estão sendo estudadas detalhadamente. O principal objetivo deste projeto é propiciar por meio de parcerias, a redução dos custos financeiros", destaca o secretário.

Os primeiros testes já estão sendo preparados. Os trabalhos envolvem as bases de dados do TRF da 4ª Região, em Porto Alegre, e o CJF, em Brasília.

Dicas de Português

Regina Célia Amaral

A raça humana vive constantemente discordando em tudo. Na nossa língua, no entanto, a concordância é regra que não pode ser quebrada, pois é o mecanismo pelo qual algumas palavras alteram suas terminações para se adequarem a outras. Assim, temos a concordância verbal – em que o verbo se acomoda ao seu sujeito em número e pessoa – e a nominal – que é a adequação de um adjetivo, em número e gênero, ao substantivo ao qual se refere. Portanto, nada de expressões do tipo: "A gente somos inútil". Seria uma dupla ofensa: a nós mesmos e à nossa língua.

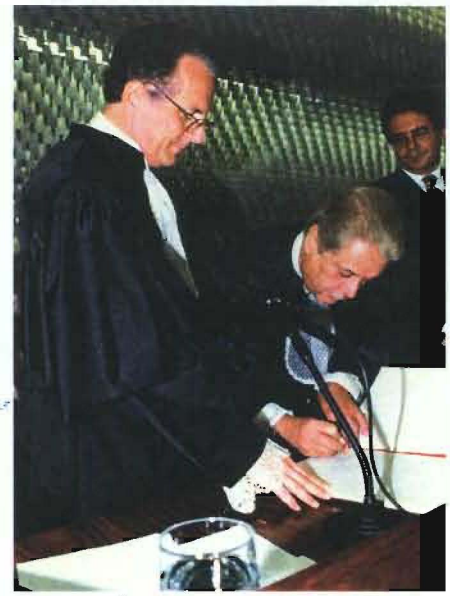
Mantendo tudo nessa perspectiva, nada há – ou seria melhor dizer haveria? – que cause dúvidas ou hesitações. Mas, como tudo em nossa língua, existem os casos especiais. Na concordância verbal, o problema começa com o sujeito composto. Neste caso não se desespere, não ainda pelo menos! Observe onde está o verbo: se **antes** do sujeito, pode ficar no plural ou concordar com o elemento mais próximo; se **depois**, fica no plural, isso se os núcleos do sujeito não forem **sinônimos** ou formados por palavras de um mesmo **conjunto significativo** ou estiverem em **seqüência gradativa**. Caso contrário, o verbo pode ficar tanto no singular como no plural (ex.: Medo e temor me espreita/espreitam). Agora, núcleos resumidos por **tudo**, **nada**, **alguém**, **ninguém** ou **cada um**, não hesite: singular na certa.

E o sujeito **composto de pessoas gramaticais diferentes**? O verbo deve ir para o plural, na pessoa de número menor. Traduzindo: aparecendo 1ª e 2ª pessoas - verbo no plural, na 1ª pessoa gramatical; aparecendo na 2ª e 3ª, verbo no plural, na 2ª pessoa, e assim por diante (Eu e ele estivemos estudando, enquanto vós e elas descansastes). O pronome *tu* mais um elemento de 3ª pessoa, contudo, permite o verbo em qualquer das duas pessoas.

Nos casos de **sujeito coletivo**, fiquem atentos. Se for constituído por um **coletivo no singular**, o verbo usualmente fica no singular (ex.: O bando foi preso). Mas, o **coletivo pode ser plural** se o verbo vier longe do coletivo ou quando este vier antes do verbo e seguido de um adjunto adnominal no plural – neste caso o verbo fica no plural (A multidão dos peregrinos iam lentamente; A matilha, apesar de lutar bravamente, sucumbiram aos caçadores).

E tem... Bem, fica para a próxima.

Hamilton Carvalhido é empossado no STJ



Ministro Carvalhido assina termo de posse

O ministro Hamilton Carvalhido foi empossado, no último dia 15, pelo Pleno do Superior Tribunal de Justiça.

Procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, professor e escritor, o novo ministro tem 58 anos e está ocupando a vaga deixada pela aposentadoria do ministro José Dantas.

Carvalhido iniciou sua carreira em 1966 como defensor público. Promovido por merecimento, galgou aos cargos de promotor substituto e promotor público, até chegar a Procurador de Justiça, em 1985. A partir daí, foi primeiro subprocurador-geral de Justiça, de 1994 e 95, e nos biênios 1995-97 e de 1997-99, eleito e reeleito procurador-geral de Justiça. No ano passado, foi escolhido presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil.

No magistério, lecionou na faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro e na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis. É membro da Academia de Letras daquela cidade e fundador do Centro de Estudos e Pesquisas do Menor do Juizado de Menores do Estado do Rio de Janeiro.

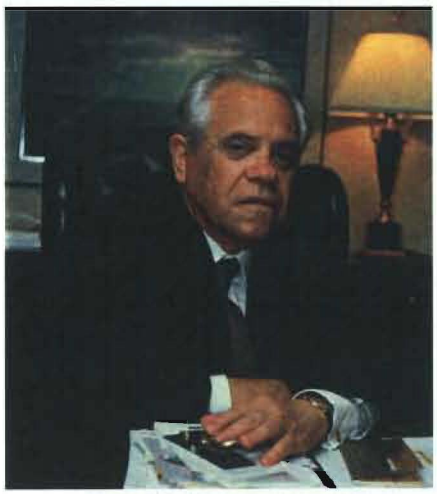
Bueno de Souza se aposenta após 46 anos de vida pública

Após 46 anos de vida pública, dedicados inicialmente à advocacia, despediu-se das atividades no Superior Tribunal de Justiça o ministro Romildo Bueno de Souza, no último dia 8, data em que completava 19 anos nesta Corte.

Nomeado em 1980 para o extinto Tribunal Federal de Recursos (TFR), Bueno de Souza chegou à presidência do STJ no biênio 1995/1997.

Paulista de Iguaí, o ministro é formado pela Universidade de São Paulo, e especializou-se em Direito Processual Civil. Antes de ingressar no STJ, Bueno de Souza percorreu um longo e profícuo caminho profissional.

Em 1953, iniciou como advogado e posteriormente galgou aos cargos de defensor público, juiz de Direito, juiz eleitoral, juiz do Tribunal Regional Eleitoral, corregedor-geral da Justiça Federal, ministro do Tribunal Superior Eleitoral e corregedor-geral eleitoral.



Ministro Bueno de Souza

O ministro foi professor titular da Faculdade de Direito da UnB.

ERRATA

Na edição nº 02 da primeira quinzena de março passado, o *Informe-se* publicou equivocadamente na matéria intitulada *Segurança mais efetiva nos estacionamentos* que "...houve o registro de apenas dois roubos de carro até o presente momento...", quando o correto é ".....houve o registro de apenas dois furtos de carro até o presente momento...".

Dicas culturais

Telas Alternativas

Brasília é a capital do país com mais salas de cinema por número de habitantes. Um grande presente para quem ama a chamada sétima arte e um bom argumento para quem ainda acredita que a cidade não tem opções de lazer.

São tantas as sessões que o brasiliense já fez do cinema o programa predileto do fim-de-semana. Não é raro enfrentar imensas filas para prestigiar os filmes do momento. Mas, para os que reclamam destas filas e do excesso de longametragens comerciais, Brasília também tem seus cineclubes.

Estas pequenas salas de projeção, avessas das multidões, são um verdadeiro tesouro dos *loucos por cinema*. Antes reduto de intelectuais e alternativos, os cineclubes de Brasília começam a ser apreciados por diversos segmentos da população. Cine Dois Candangos; Cine Brasília, que não é pequeno, mas possui a mesma filosofia; Cineclube da Cultura Inglesa; Cine Academia, agora com três salas. Prova de que o público tem ido e tem aprovado a seleção de filmes.

E é o tipo de seleção a diferença fundamental existente entre os cinemas do shoppings e os cineclubes. Nestes espaços, o programador dá preferência aos filmes do chamado circuito alternativo. Talvez por isso as pessoas tenham uma certa resistência em freqüentá-los. Acreditam que todos os filmes também são alternativos. Esta premissa não é sempre verdadeira.

Nem todo filme veiculado nos cines são difíceis de entender, chatos, lentos, cerebrais. Comédias divertidas, romances arrebatadores, suspense. Os cineclubes também passam filmes gostosos de ver. A questão é que estes filmes são alternativos porque não seguem o padrão da indústria hollywoodiana. São longas de baixo custo de produção, com atores nem sempre conhecidos do grande público - mas muito bons - , e pouca verba publicitária. Estas características não são pré-requisitos para um filme sem graça e malfeito. *Central do Brasil* é um exemplo, e que belo que é!

Ir a um cineclube é uma excelente oportunidade de entrar em contato com a cultura de outros países.

Cine Academia – Academia de Tênis
Cine Brasília – entrequadra 107/106 Sul
Cine Dois Candangos – UnB
Cineclube Cultura Inglesa – 709/708 Sul

PORTE PAGO
DR/BSB
PRT/BSB/06/068/95

Informe-se

Boletim Informativo do STJ - Ano III - Nº 4 Brasília, junho/julho/99

STJ ganha quatro novos ministros

O Superior Tribunal de Justiça entrou no segundo semestre com a sua composição completa, com o ingresso de quatro novos membros, dentre os quais a primeira Ministra. O Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, nomeou os juízes federais Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini (TRF/São Paulo), Eliana Calmon Alves (TRF/ Distrito Federal) e Francisco Cândido Falcão de Melo Neto (TRF/Pernambuco), além do desembargador Paulo Benjamin Fragoso Gallotti (Tribunal de Justiça de Santa Catarina). A posse dos novos Ministros do STJ ocorreu em 30 de junho. *Pág. 3*

NESTA EDIÇÃO

Biodiversidade em debate
pág. 6

CJF ganha novos membros
pág. 4

Semana de Saúde é um sucesso
pág. 11

Ministros recebem Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, e o ministro José Delgado, receberam no dia 5 de maio a comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Grã-Cruz e de Grande Oficial, respectivamente. As comendas foram entregues pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Wagner Pimenta, numa cerimônia que contou com a presença do presidente do Superior Tribunal Militar, Edson Alves Mey, e demais ministros e juízes convidados.

Ao abrir a cerimônia, Wagner Pimenta afirmou que a instituição tinha prazer em entregar as comendas "a dois grandes trabalhadores do Judiciário, lugar, talvez, onde mais se trabalha neste país, embora digam por aí que a Justiça é lenta".

Ao agradecer a homenagem, Pádua Ribeiro disse que espera da reforma do Judiciário a correção de defeitos "e não medidas que possam gerar mais problemas que soluções. Mas sei que, ao final, o bom-senso prevalecerá, porque é isso que todos nós desejamos".

Emocionado, o presidente do STJ lembrou dos tempos em que atuou como advogado junto ao TST, enfatizando que desta experiência guarda o exemplo do afinco. "Daqui, a idéia que guardei foi de muito trabalho, de uma justiça que exerce suas atividades muitas vezes vítima da estrutura que a cerca, como todo o Judiciário brasileiro".

Ministros José Delgado e Antônio de Pádua Ribeiro se cumprimentam após a entrega da comenda.

Agenda dos Ministros

Decadência e prescrição

O ministro José Delgado proferiu, no dia 8 de junho, uma palestra sobre "Decadência e Prescrição" para alunos do curso de Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ministro recebe comenda

O ministro Humberto Gomes de Barros recebeu, no último dia 30, a comenda no grau de Grã-Cruz da Ordem do Mérito Ministro Silvério Fernandes de Araújo Jorge, oferecida pelo Tribunal Rgional do Trabalho da 19ª Região. A solenidade aconteceu em Maceió (AL), no Fórum Pontes de Miranda.

Ciclo Internacional

Em junho, o ministro José Delgado esteve em Curitiba-PR, no 5º Ciclo Internacional de Conferências, com o tema "Imunidade Tributária e a Lei 9.532".

José Delgado ofereceu uma grande contribuição jurídica a diversos magistrados e profissionais que compareceram ao Centro de Convenções do Hotel Bourbon. O evento foi promovido pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 23ª Região e contou também com a participação do ministro Waldemar Zveiter.

Expediente

Boletim Informativo do Superior Tribunal de Justiça - Publicação mensal
Edição: Gabinete da Presidência
Assessoria de Imprensa

Endereço: SAFS Q. 06 Lote 01
Ed. Ministros I - Sala 305
70.095-900 - Brasília - DF
E-mail: Imprensa@stj.gov.br
Telefone: (061) 319-6531/6537
Fax: (061) 319-6538

Assessor-Chefe: Viriato Gaspar
Assessores: Cecília Barroso, Deuza Lopes, Olímpio Cruz Neto e Renata Gonzaga

Jornalista responsável: Deuza Lopes - MTB 1.578

Redação:
Catarina França, Deuza Lopes, Elaine Rocha, Olímpio Cruz Neto, Regina Célia Amaral e Rosângela Oliveira
Estagiários:
Alessandra Rossi e Luciana Barbosa

Revisão: Regina Célia Amaral

Projeto gráfico e diagramação:
Taís Villela
Núcleo de Programação Visual/STJ

Fotografia: Gustavo Lima

Impressão:
Seção de Reprografia e Encadernação

Posse de novos ministros completa STJ

O Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, nomeou no dia 11 de julho quatro novos ministros para o STJ. Os juízes federais Eliana Calmon Alves, Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini e Francisco Cândido de Melo Falcão Neto, além do desembargador Paulo Benjamin Fragoso Gallotti, vêm completar a composição do Tribunal.

Anteriormente, os novos ministros passaram pela sabatina da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, onde responderam sobre a CPI e a reforma do Judiciário. Nepotismo, a criação de um órgão de controle externo do Judiciário e do Ministério Público e o ingresso na magistratura foram alguns dos temas abordados pelos senadores ao sabatinarem os quatro indicados.

Proveniente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (DF), Eliana Calmon entra para a História como a primeira mulher a pertencer à cúpula do Poder Judiciário, ingressando nesta Corte superior, instância máxima infraconstitucional. Ela considerou a sabatina um momento muito rico para a Nação: "É a escolha mais complexa que existe, porque é a reunião dos Três Poderes levando o seu aval àquele candidato que chega à cúpula do Poder Judiciário". E ressaltou, na ocasião, a necessidade de esclarecer que a sua ascensão não se trata da conquista de um direito feminino – pois isto se deu quando a mulher conseguiu seu direito a voto –, mas de uma questão cronológica, porque somente agora as juízas estão ascendendo na magistratura. A futura ministra veio ocupar a vaga deixada pela aposentadoria do ministro Adhemar Maciel.

Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP), Jorge Scartezzini ocupou no STJ a vaga deixada pela aposentadoria do ministro Cid Scartezzini. Muito elogiado pelo senador Romeu Tuma pela forma como conduziu aquele tribunal, realizando mutirão para agilizar o trabalho, o juiz federal considerou que o Judiciário perdeu a credibilidade em razão da morosidade, da lentidão. E defende que a saída, em termos emergenciais, para que o Poder possa renascer para a sociedade brasileira é o esforço concentrado: "É necessário que o Judiciário tenha vontade política para realizá-lo para dar uma resposta à insatisfação social". Mas ressalta: "Se se quer uma Justiça célere, tem que se enxugar o processo".

Mais novo entre os ministros empossados, o juiz Francisco Falcão Neto presidia o TRF da 5ª Região (PE), de onde saiu para ocupar a vaga deixada pela aposentadoria do ministro Anselmo Santiago. Naquela Corte, da mesma forma que Scartezzini, convocou juízes para colocar os processos em dia. "Tive a alegria de passar a Presidência a meu sucessor sem nenhum processo pendente. Isso é muito importante em um momento em que se fala da reforma do Judiciário e na celeridade do julgamento", afirmou, completando: "Uma reforma que eu entendo ser inevitável e que precisa ser abrangente".

Ocupando a vaga do ministro Bueno de Souza, o desembargador catarinense Paulo Gallotti afirmou, durante a sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que tem consciência do papel que o Judiciário exerce no fortalecimento, na construção do estado democrático de direito, bem como dos inúmeros problemas estruturais e da necessidade de identificá-los para que se possa promover uma mudança nessa estrutura de modo a tornar a Justiça mais acessível à população, mais próxima da sociedade, "para que o Judiciário possa efetivamente realizar a sua função da melhor maneira e que todos os cidadãos esperam". Galloti ressalta, no entanto, que tal reforma deve, primeiramente, ocorrer no plano constitucional, mas depois deve haver uma reforma das leis infraconstitucionais, que dê condições de melhorar a atividade fundamental do serviço prestado pelo Judiciário.

Com a posse dos novos ministros, o Superior Tribunal de Justiça ficou com sua composição completa pela primeira vez após mais de oito meses.

O presidente do STJ, ministro Pádua Ribeiro (centro), preside a sessão solene do Pleno, ladeado (esquerda) pelo vice-presidente da República, Marco Maciel, o presidente da Câmara, Michel Temer, e o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. À direita, os presidentes do Congresso, Antônio Carlos Magalhães, e do STF, Carlos Velloso.

Pádua Ribeiro prega harmonia entre Poderes da República

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, defendeu a necessidade de se aumentar o entendimento entre os Três Poderes a fim de superar eventuais atritos decorrentes do exercício das funções do Executivo, Legislativo e Judiciário. "Os Poderes são independentes, porém harmônicos entre si", afirmou Pádua Ribeiro. "A independência não exclui a harmonia, e a harmonia só poderá ser obtida mediante conversações, sob a fiscalização da sociedade, que permitam identificar as posições convergentes, a fim de que os problemas do Estado sejam resolvidos".

O ministro fez a afirmação durante a conferência "Exercício da Eficácia do Controle Público", proferida no Ciclo de Palestras sobre Controle e Fiscalização, promovido pelo Tribunal de Contas da União – TCU. Pádua Ribeiro destacou, ainda, que a repartição das funções do Estado, um princípio básico, impede que um Poder se sobreponha aos outros. "É preciso ter-se em conta que, numa república democrática, o governo é das leis e não dos homens", disse.

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro defende entendimento entre os três Poderes

Ele destacou o papel do TCU como órgão auxiliar de controle externo do Poder Legislativo, que tem a função de julgar as contas gerais de responsabilidade do chefe do Poder Executivo, assim como as contas dos demais administradores e autoridades responsáveis pela administração pública. "O Tribunal de Contas da União, como previa Rui Barbosa, é um órgão fundamental para a República e para a democracia", disse Pádua Ribeiro.

STJ empossa novos membros do Conselho da Justiça Federal

Ministro Hélio Mosimann é o novo coordenador-geral do CJF

O Pleno do Superior Tribunal de Justiça empossou, no dia 23 de junho, o ministro Hélio Mosimann no cargo de coordenador-geral da Justiça Federal, para os próximos dois anos. Mosimann vai suceder o ministro Fontes de Alencar frente ao Conselho da Justiça Federal.

Também passam a compor o CJF, como representantes do STJ, os ministros Peçanha Martins e Demócrito Reinaldo. E como suplentes, os ministros Humberto Gomes de Barros, Milton Luiz Pereira e César Asfor Rocha.

O Conselho da Justiça Federal tem como missão a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal e a coordenação central dos sistemas de recursos humanos, informática, desenvolvimento organizacional, orçamento, informação, administração financeira e controle interno da Justiça Federal.

Presidente do STJ defende mudanças no Judiciário

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, defendeu mudanças estruturais no Judiciário brasileiro, como a criação de um órgão de controle do Judiciário, integrado por magistrados, podendo oficiar perante ele um advogado, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e um representante do Ministério Público. Esse órgão teria funções de controle administrativo dos tribunais do País e poderes para punir juízes, desembargadores e ministros de tribunais superiores em caso de falta de decoro ou por falta de trabalho. "Esse órgão – que seria um Conselho Nacional da Magistratura – também traçaria políticas para o Judiciário, definiria normas para a realização de gastos públicos e orçamentários", afirmou.

Pádua Ribeiro defendeu as mudanças no texto constitucional ao participar da reunião de audiência pública da Comissão de Reforma do Judiciário da Câmara. Ele foi convidado pelo presidente da comissão, deputado Jairo Carneiro (PFL-BA), para tratar da reforma constitucional do capítulo do Poder Judiciário, que está sendo analisada por parlamentares.

O ministro também apóia a adoção do efeito vinculante – uniformização das decisões dos tribunais a partir de súmulas do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores – para reduzir o volume de processos em causas repetidas e análogas em questões de Direito Administrativo, Previdenciário e Trabalhista e em outras matérias que envolvam direito econômico. Sustentou ser incabível súmula vinculante em matéria penal e civil. "Ela (súmula vinculante) tem o poder de dar às partes envolvidas em um processo judicial isonomia de tratamento", justificou.

O presidente do STJ concorda, ainda, com a possibilidade de a reforma permitir a condenação de autoridades públicas pelo crime de responsabilidade em caso de descumprimento de uma decisão baseada nas súmulas com efeito vinculante. "Isso vai permitir a redução do tempo de espera por uma decisão judicial e para o seu cumprimento", afirmou.

O ministro sugeriu à comissão, cujo relator é o deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a criação de juizados arbitrais para desobstruir a Justiça de primeira instância. Esses juizados teriam poderes para julgar os casos não incluídos na competência dos juizados especiais de pequenas causas, criados pela Constituição de 1988. Também seriam criados Conselhos de Conciliação nos municípios que não sejam sedes de comarcas e instituídos juizados itinerantes, para atender às comunidades que hoje não têm acesso à Justiça. "Isso não é nenhuma novidade, já ocorreu nos tempos do Império – comentou –, e permitiria às populações residentes em regiões distantes, como as comunidades ribeirinhas na região amazônica, contar com um serviço essencial para a cidadania brasileira. Esses juizados itinerantes poderiam ser também criados para atuar na periferia das grandes cidades, fazendo com que o Poder público estivesse presente para administrar a Justiça em todos os rincões do território brasileiro".

Pádua Ribeiro apóia a mudança nas competências do STF, que seria transformado em corte exclusivamente constitucional, tendo parte de suas atribuições atuais transferidas para o STJ. Os recursos ordinários não poderiam mais subir para o Supremo, a não ser em casos que suscitassem matéria constitucional. "Esse modelo é adotado hoje pela Itália, Portugal, Rússia e Polônia", observou Pádua Ribeiro, que também sugeriu aos parlamentares a criação de um mecanismo para filtrar os processos que sobem hoje aos tribunais superiores, adotando um pressuposto para a admissibilidade desses recursos.

Outra proposta defendida pelo presidente do STJ é a criação da figura do mandado inibitório e o disciplinamento da concessão de liminar em ações civis públicas e outras ações coletivas. Ao contrário da avocatória, criada pelo Pacote de Abril em 1977, o chamado mandado inibitório teria poderes para suspender, em causas repetitivas, os efeitos da decisão judicial nelas proferidas, nos casos de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. "Não se trata de retirar a causa do poder do juiz, mas apenas evitar que a decisão tenha repercussão imediata, enquanto o processo continua tramitando", explicou. Pádua Ribeiro acredita que outra medida importante seria a regulamentação das ações de caráter coletivo, cujas liminares em casos de maior relevância deixariam de ser concedidas por um juiz e passariam a ser analisadas por um colegiado. "Isso pode reduzir os efeitos da chamada guerra das liminares", destacou. O ministro também propôs a criação de uma Escola de Formação dos Magistrados, como existe em alguns países europeus.

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

Além de Pádua Ribeiro, participaram como convidados na sessão pública da Comissão de Reforma do Judiciário os presidentes do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Wagner Antônio Pimenta; do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Néri da Silveira; do Superior Tribunal Militar, tenente-brigadeiro-do-ar Carlos Baptista, e da Comissão Executiva do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça, desembargador José Fernandes Filho.

Seminário Internacional sobre Direito da Biodiversidade

Preocupados com os problemas jurídicos resultantes das conquistas da ciência e com os interesses econômicos de grupos financeiros poderosos, sem compromisso com a ética e a utilização desses avanços em benefício da humanidade, o presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, ministro Pádua Ribeiro, e o coordenador-geral da Justiça Federal, ministro Fontes de Alencar, fizeram realizar de 12 a 14 de maio, no STJ, o Seminário Internacional sobre Direito da Biodiversidade.

Painéis temáticos sobre a biodiversidade

O vice-presidente da República, Marco Maciel, presente à abertura, expressou o apoio do Governo à iniciativa, lembrando da necessidade de se encontrar meios de preservar nossas riquezas naturais. Durante os três dias que durou o evento, o auditório, com capacidade para 800 pessoas, esteve lotado.

No painel sobre a Proteção da Diversidade Cultural e Biológica, a senadora Marina Silva, autora de um projeto de lei que tramita há seis anos no Congresso, falou da falta de tolerância cultural do brasileiro, incapaz de aprender com os índios, detentores de valiosos conhecimentos sobre nossa fauna e flora. A opinião foi compartilhada pelo advogado Ives Gandra da Silva Martins, que ressaltou a importância da preservação da população indígena e do Serviço de Inteligência e Vigilância da Amazônia – SIVAM para a reafirmação da soberania sobre a área. Participaram também desse painel a promotora Patrícia de Amorim Rêgo, do Ministério Público do Acre, e o vice-almirante Ibsen Gusmão Câmara, do Ministério da Marinha.

Falando para uma platéia atenta e impressionada sobre Biodiversidade, Justiça e Ética, Clóvis Wapixana, líder indígena do Conselho Indigenista de Roraima, revelou a realidade difícil da comunidade wapixana, que vive na fronteira do Brasil com a Guiana Inglesa, e cobrou do governo uma política de desenvolvimento econômico para as populações indígenas, que sofrem com a demora na demarcação de terras e a biopirataria: "Patentes ilegais dos conhecimentos indígenas foram feitas por um químico inglês, que saiu da comunidade levando um analgésico extraído de plantas que a gente utiliza", denunciou. Manuela da Cunha, antropóloga da Universidade de São Paulo – USP, lembrou que a Convenção da Diversidade Biológica, assinada em 1992 e ratificada por mais de 190 países do mundo, ainda não teve leis aprovadas para o setor no Brasil, o que dificulta a operacionalização de atividades e projetos por parte dos agentes envolvidos. Segundo os painelistas que falaram sobre propriedade intelectual e comércio internacional, a recusa do governo dos Estados Unidos em ratificar a convenção, justamente por conta da exigência da repartição dos benefícios derivados do uso da biodiversidade levando-se em conta a soberania dos países, foi apontada como o principal entrave para a implementação efetiva do acordo.

O repórter especial da *Folha de São Paulo*, Mário César Carvalho, debatedor do painel, disse que o fato de o projeto de lei da senadora Marina Silva estar há tanto tempo parado no Congresso é a prova do descaso da elite brasileira que não tem interesse no problema. Segundo o repórter, que já publicou diversas matérias sobre biopirataria, "a moeda de troca de bioconhecimento é a miséria em que vivem os índios e as populações ribeirinhas". O especialista mexicano em meio-ambiente, Arturo Argueta também participou dos debates.

Na oportunidade, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Celso Laffer enfatizou que toda esta discussão em torno da biodiversidade não deve perder de vista seu objetivo maior, que é melhorar a qualidade de vida da população mundial.

O vice-presidente da República Marco Maciel e o ministro Pádua Ribeiro

Escassez de recursos naturais

Os especialistas alertaram que, no início do próximo século, a humanidade

vai se defrontar com a perda da variedade genética, inclusive de espécies, e outros problemas como a escassez de água e a elevação da temperatura do planeta. "Conceitos profundos precisam ser mudados", afirmou Rubens Born, que também é coordenador-executivo do Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz. "A verdade é que os governos e os Estados ainda tratam a questão da biodiversidade de forma secundária, quase marginal, e continuamos enfrentando a privatização do patrimônio natural".

De acordo com o professor Celso Pacheco Fiorillo, diretor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a soberania nacional deve ser o princípio fundamental a ser considerado pelo Brasil ao discutir tratados internacionais sobre biodiversidade. "Se existe um valor fundamental a ser considerado nessa discussão é a nossa autodeterminação", recomendou.

O jurista Paulo Affonso Leme Machado, presidente da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente, defendeu a criação no Direito brasileiro da ação popular ambiental, para garantir a qualquer pessoa o direito de recorrer ao Judiciário para defender o direito à preservação da biodiversidade, e a criação de leis que obriguem a realização de estudos de impacto ambiental, para evitar riscos devidos à manipulação genética. "Os agentes públicos e a administração pública podem e devem ser responsabilizados, civil e criminalmente, por permitir que empresas provoquem danos ambientais", afirmou.

O presidente dos Diários Associados e do *Correio Braziliense*, Paulo Cabral de Araújo, parabenizou a iniciativa do STJ, que, segundo ele, "apresenta mais uma vez não apenas sua contemporaneidade, mas sua visão de futuro" ao se lançar no debate de "assuntos que estão a exigir mais da Ciência e do Direito".

Ione Egler, assessora para Assuntos de Meio-Ambiente da Secretaria de Desenvolvimento e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia, destacou a Convenção da Biodiversidade, que estabeleceu princípios para a Ciência e a Tecnologia lidarem com os recursos naturais, e finalizou falando da importância de aproximar a Ciência do Público quando da tomada de decisões nesse processo de evolução.

Cidadania e Biodiversidade

O professor do Departamento de Silvicultura e Manejo da Universidade do Paraná, Miguel Serediuk Milano, afirmou que "é impossível não falar em conservação quando se fala sobre a importância da biodiversidade", numa época em que vários cientistas concluem em seus estudos que o final deste século e o do próximo marcarão a perda de um número incalculável de espécies em todo o planeta. Para evitar a destruição global, o reitor da Universidade de Brasília, Lauro Morhy, defende que "a cidadania deve ser exercida junto ao conceito de biodiversidade".

O professor Volnei Garrafa, da Universidade de Brasília; a advogada e bióloga Maria Artemísia Arraes Hermans, presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB–DF; o pesquisador Sílvio Valle, coordenador dos Cursos de Biossegurança da Fundação Oswaldo Cruz, e Sebastião Pinheiro, assessor do Movimento dos Sem-Terra, falaram sobre a importância da bioética e suas relações sobre a qualidade de vida global. Garrafa teceu considerações sobre alguns dos novos problemas enfocados pela Bioética, denunciando procedimentos que vêm sendo adotados por empresas com prejuízos para as sociedades, como uma farmacêutica que retirou de comunidades indígenas da Amazônia o sangue de índios para que fosse patenteado. "A quem pertence esse DNA? Ao índio, à empresa, à natureza, ao governo?", questionou.

Ex-professora da UnB, Maria Artemísia Arraes Hermans defendeu a participação da sociedade na discussão do uso dessas inovações tecnológicas como forma de evitar que se pratiquem "atentados contra a vida, as liberdades individuais e a inviolabilidade da pessoa humana".

O pesquisador Sílvio Valle, da Fiocruz, cobrou do governo a implantação de um Código de Ética de Manipulações Genéticas, para regulamentar a aplicação da técnica no país e delimitar o campo de atuação de empresas e cientistas. Citando como exemplo a recente polêmica em torno da comercialização da soja transgênica no Brasil, Valle afirmou que um parecer elaborado por cientistas da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTN-Bio, ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, cobrava informações da empresa responsável pela comercialização do produto sobre o impacto no meio-ambiente do plantio da soja alterada geneticamente para resistir a determinados inseticidas e pragas, caso fosse viabilizada no país. A empresa ignorou o pedido, segundo Valle, mas mesmo assim a própria CTN-Bio autorizou o plantio.

Senador Bernardo Cabral, Ministro Antônio de Pádua Ribeiro e o ex-Senador Jarbas Passarinho durante o evento.

O professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e assessor do MST, Sebastião Pinheiro, saudou a iniciativa do STJ afirmando que se há 40 anos fosse realizado um seminário como o que foi promovido para discutir biodiversidade, teria sido possível evitar um "holocausto na agricultura brasileira", por conta da comercialização e uso indiscriminado de agrotóxicos. "Precisamos discutir para saber qual é o valor principal: a vida ou os negócios?", questionou. Ele citou como exemplo da falta de ética das empresas a comercialização, recentemente, de toneladas de milho tratadas com um poderoso defensivo agrícola, que foram transformadas posteriormente em farinha para alimentar crianças.

Justiça e Biodiversidade

David Sheppard, juiz da Corte Ambiental Auckland, da Nova Zelândia, apresentou algumas decisões judiciais daquela corte sobre utilização dos recursos ambientais, como, por exemplo, a autorização para a criação de *campings* próximos a áreas de preservação – tudo por meio da imposição de restrições à utilização do meio-ambiente, muito discutidas entre juristas e as partes dos acordos. "Os tribunais, para fazer valer as leis ambientais, devem interpretá-las de acordo com os tratados internacionais para a preservação da biodiversidade", comentou.

Senadora Marina Silva, autora do projeto sobre a biodiversidade

O professor da PUC-SP, Nelson Nery Júnior, lembrou que o homem deve ser o centro da discussão sobre a biodiversidade. "Não existe meio-ambiente sem o homem, que é o centro dessa discussão", afirmou. Nery Júnior falou sobre como a Constituição brasileira aborda as questões ambientais: "Em seu artigo 225, nossa Constituição regula, de forma pormenorizada, as questões da proteção do meio-ambiente. É uma das poucas constituições da época moderna que apresenta esta matéria com tanto destaque", afirmou.

Ao falar sobre as diferenças entre as regiões brasileiras, que representam a própria biodiversidade, com seu pluralismo, o professor alertou sobre a importância da participação de todos na preservação dos recursos, afirmando que todos têm a responsabilidade de proteger o meio-ambiente, não só um ou outro órgão. "O artigo 225 deixa bem claro que esse é um dever de todos", alertou.

Adalberto Carim Antônio, juiz do Tribunal de Justiça do Amazonas, afirmou que esse é o momento para que a Justiça brasileira acorde para as questões ambientais. "Os amazonenses estão atentos à questão da biopirataria, que ocorre impunemente", lembrou o magistrado, que completou: "Cabe à Justiça julgar questões como vazamento de óleo no mar, morte de famílias por contaminação com césio 37, entre outros exemplos, com sensibilidade, evitando que a lei se torne morta".

Ministro do Desenvolvimento, Celso Lafer

"Todos devem lutar para que não seja apenas um sonho ter a natureza preservada e a Constituição respeitada", concluiu Ubiracy Araújo, procurador-geral do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama.

O coordenador-geral da Justiça Federal, ministro Fontes de Alencar, fez um balanço do seminário elencando os pioneiros na área da biodiversidade. Nomes como o do cientista Oswaldo Cruz, do antropólogo Roquete-Pinto e do historiador Bernardino de Souza, autor do livro "O pau-brasil na história nacional", foram lembrados.

Ao encerrar o Seminário, o presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, determinou que todo o material produzido durante os painéis seja publicado e posteriormente encaminhado para a comunidade de estudiosos da biodiversidade. Pádua Ribeiro destacou a importância da atuação dos juristas, em decisões conjuntas com a sociedade, na preservação do meio-ambiente, bem como a participação dos setores representativos da sociedade e da comunidade científica, dos sem-terra, índios, estudantes e especialistas.

Pitanguy ensina que cirurgia plástica é uma arte

Sensibilidade. Este é o atributo que fez do cirurgião plástico Ivo Pitanguy um artista renomado. As centenas de pessoas que compareceram ao auditório do Superior Tribunal de Justiça para a abertura da III Semana de Saúde comprovaram que beleza não está somente associada a uma estética fria. "É preciso harmonia de espírito na busca de uma identidade como ser humano".

A exposição de Pitanguy não foi uma retórica técnica para médicos especializados na área. Foi, antes, uma lição de que a beleza é plural e simétrica e só adquire sentido em pessoas que estão bem consigo mesmas. Como bem acentuou o presidente do STJ, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, na palestra de abertura: "Ser belo é a necessidade de se sentir bem sem a necessidade de ser o outro".

Pitanguy também assinalou que um dos papéis do cirurgião plástico é ajudar o indivíduo a trilhar com mais tranqüilidade o caminho da velhice. O ser humano precisa ser aceito em sociedade e está disposto a muito para isso. Esta é uma das leituras possíveis da palestra, já que a exposição de Pitanguy foi eminentemente artística e contou muito com a sensibilidade do público para ser compreendida. O cirurgião remontou a Platão e Aristóteles para conceituar o belo e apresentou quadros e pinturas famosas para ilustrar seu pensamento.

Dr. Ivo Pitanguy, Dr. Bonfim Abrahão Tobias e Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

Para o amigo de infância e ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Hélio Doyle, a exposição foi nota 10. "Sensacional", resume o ministro, que não chegou a ficar surpreso, porque Pitanguy costuma ser sempre muito bom. "Ele sempre era excelente no que se dispunha a fazer", disse.

Ao final da exposição, o presidente Pádua Ribeiro entregou ao cirurgião, como lembrança, uma medalha com símbolos do STJ, distinção que se faz apenas às grandes personalidades brasileiras e internacionais", disse Pádua. Estiveram presentes os ministros Costa Leite, Fontes de Alencar, Costa Lima, José de Jesus e José Dantas.

Medicina preventiva é o enfoque principal

Sisinho, símbolo da Semana de Saúde

Pelo terceiro ano consecutivo o Superior Tribunal de Justiça promoveu a III Semana de Saúde, que foi inaugurada com uma palestra do renomado cirurgião plástico Ivo Pitanguy no auditório externo.

A III Semana de Saúde do STJ promoveu diversas atividades práticas diárias, além de palestras e mesas-redondas. Temas como "O climatério e hormonioterapia", "Como não ter doenças do coração", "Depressão", "Programa interdisciplinar com a odontologia da gestante e do bebê", "Alimentação natural", e "Obesidade" foram abordados por especialistas convidados para o evento coordenado pelo Secretário de Serviços Integrados de Saúde do STJ, Dr. Bonfim Abrahão Tobias.

Durante os quatro dias do evento foram promovidas atividades práticas com ensinamentos básicos sobre técnicas de relaxamento, vídeos sobre alcoolismo e estresse, discussão sobre dietas milagrosas e produtos – vantagens, riscos e recomendações. A Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude do Distrito Federal também participou, promovendo dança de salão para os servidores.

Os servidores tiveram a oportunidade, durante o evento, de conferir se a saúde estava em dia. Os profissionais da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde fizeram o controle da pressão arterial, medição de glicose/colesterol, medida de pressão ocular, avaliação da composição corporal: aferição do percentual de gordura. E os filhos dos servidores maiores de cinco anos e menores de 18 também tiveram a oportunidade de fazer a aplicação de flúor.

Os participantes ainda puderam conferir nos estandes material didático sobre opções terapêuticas, saúde da mulher, doenças da atualidade, doenças tropicais/infecciosas, nutrição, saúde da criança, primeiros-socorros, saúde do homem, drogas, atividade física, saúde bucal, PRÓ-SER, terceira idade, saber, segurança e saúde, laboratórios e plástica reparadora.

Para realizar o evento, o STJ obteve o apoio da Foplac, Sesi, Sesc, Casa Militar, Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude/DF, HRAN – Unidade de Queimados, Jonhson's Baby, Laboratório Aché, Kolynos, Colgate e Oral-B.

Uma parceria que dá certo

Capacitação. Essa é a palavra-chave para que os servidores do Superior Tribunal de Justiça possam desenvolver seu trabalho com o máximo de eficiência e com total aproveitamento dos recursos tecnológicos que a Administração disponibiliza para tal.

O levantamento das necessidades nessa área surgiu de um trabalho desenvolvido pela Secretaria de Informática, buscando avaliar a qualidade dos serviços prestados junto aos clientes da unidade. Como resultado, a identificação de carência de treinamento do pessoal da Casa em vários aplicativos, principalmente naqueles mais básicos e de uso mais freqüente. Dessa constatação nasceu uma parceria que tem dado excelentes resultados: as secretarias de Informática – SIN e de Recursos Humanos – SRH juntas no objetivo de aperfeiçoar o material humano e melhor aproveitar o parque tecnológico do STJ.

Enquanto a SIN se responsabiliza pela análise e identificação dos problemas, a SRH, por intermédio da Subsecretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos – SDRH, responde pela contratação da empresa para prestar o serviço, a organização das turmas, enfim, pela capacitação em si. E o trabalho conjunto não fica só por aí. A SDRH analisa os resultados obtidos, de modo a detectar as maiores dificuldades demonstradas nos cursos e as sugestões dos alunos, relatando-as à Informática que, por sua vez, participou da elaboração do programa dos cursos, voltado para a realidade do Tribunal, e na seleção da empresa, avaliando-lhe o perfil.

Hoje, os servidores têm à disposição cursos de Windows, Word, Excel e de Lotus Notes, a ferramenta que está sendo implantada para substituir o correio eletrônico atualmente em uso. A chefe da Seção de Treinamento Técnico-Operacional da SDRH, Silvana Fernandes, alerta os interessados que fiquem atentos ao cronograma dos cursos: "A grande maioria das turmas ocorreu no primeiro semestre, e a previsão é que se encerrem em setembro".

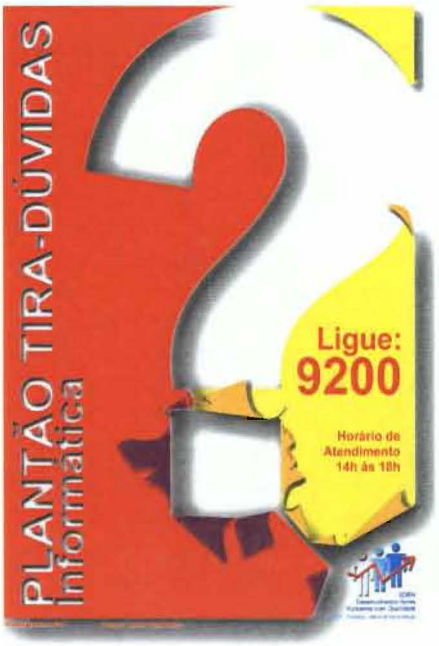
Tira-dúvidas

Um serviço de extrema utilidade, mas que poucas pessoas têm conhecimento, é o plantão tira-dúvidas que a SDRH disponibiliza pelo telefone 319-9200 a qualquer usuário de dentro do STJ. Das 14 às 18h, dois técnicos da Fundação Instituto de Administração, da Universidade de São Paulo – Guilherme Salles e Jorge Neves -, ficam à disposição para responder às muitas dúvidas sobre a utilização dos aplicativos ou equipamentos de informática.

A reclamação recordista no setor é de travamento do micro, mas até mesmo operações mais complicadas ou mais simples, como exibir barras de ferramentas e gravação em disquete ou do disquete para algum outro diretório, são resolvidas pelo setor.

A empresa é a mesma que faz o treinamento dos servidores. E vem realizando – por meio de contato telefônico com o pessoal que já foi treinado – uma avaliação dos resultados obtidos com a capacitação, para saber se o curso melhorou seu desempenho no serviço e sanou suas deficiências.

Outra novidade da Seção é o MICROINFORMATIVO – um *folder* em que determinado tópico, normalmente escolhido em sala de aula, é explicado passo a passo. Estejam atentos aos dois primeiros: *Adicionando atalhos no Windows98* e *Windows98 - localizando atalhos*. O próximo é *Mala Direta*.



Dicas de Português

Regina Célia Amaral

O ser humano pode não concordar em muita coisa, mas as dúvidas em português parecem alcançar a unanimidade – uma verdadeira proeza! E, como já vimos, na nossa língua essa peculiaridade é regra: o verbo sempre fica em harmonia com seu sujeito, em número e grau. Para que não surjam complicações nesse "relacionamento", esmiuçaremos o tema.

Voltemos, pois, aos sujeitos compostos, para concluir esta parte. Se ligado por ***com***, *verbo no plural (feijão com arroz são a base da nossa alimentação); se ligado por* ***como***, *verbo no plural ou concordando com o elemento mais próximo. Complica um pouquinho quando os elementos vêm ligados por* ***ou***. *Mas não tema, nem trema, observe: se houver* ***idéia de exclusão***, *fica no singular; os núcleos representando* ***pessoas diferentes ou havendo idéia de retificação***, *concorda com o núcleo mais próximo; se, no entanto, a idéia* ***não for de exclusão***, *verbo no plural. Quando o sujeito é formado de* ***infinitivos***, *verbo no singular. Isso se não forem* ***antônimos ou estiverem determinados***, *neste caso fica no plural (vencer e conquistar é a nossa meta, mas (o) rir e (o) chorar são inevitáveis).*

Nas vezes em que o sujeito é formado pelas expressões ***a maioria de, parte de, uma porção de, o resto de*** *ou* ***grande número de***, *seguido de um substantivo ou nome no plural, o verbo tanto pode ficar no singular ou no plural. Já com* ***um (a) dos (as) que*** *vai depender do que se pretende enfatizar: se for o* ***conjunto de elementos***, *o verbo fica no plural;* ***se um dos elementos***, *no singular. Mesmo levando-se em conta que* ***mais de um*** *pressupõe pelo menos dois, com essa expressão o verbo fica no singular – a não ser que haja* ***repetição ou reciprocidade***, *aí vai para o plural (mais de uma pessoa perdeu o emprego; mais de um desempregado se agrediram pela vaga). É triste, mas é a realidade – duplamente falando!*

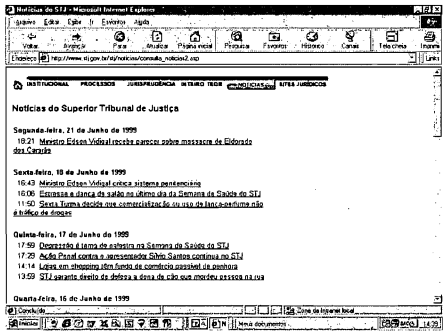
Com um tema tão vasto, ainda tornaremos a vê-lo mais adiante. Até lá!

Endereço eletrônico é sucesso absoluto

O endereço eletrônico da Assessoria de Imprensa do Superior Tribunal de Justiça é um sucesso. Apesar de originalmente destinado a jornalistas, magistrados, estudantes, advogados, bem como pessoas interessadas nas decisões do Tribunal formam a quase totalidade da clientela do serviço.

Disponibilizado em outubro do ano passado ao público em caráter definitivo, somente a partir de dezembro o serviço ganhou impulso, quando passou a ser divulgado em nossa seção "Notícias", do *site* do STJ. De lá para cá, inúmeras mensagens são recebidas diariamente pelo setor. Críticas, elogios, sugestões, informações, dúvidas. Vários são os assuntos abordados pelos interessados. Cada uma dessas mensagens é respondida, mesmo quando não se referem à imprensa – neste caso, após a resposta, são encaminhadas ao setor competente.

Os recordistas são pedidos de informação quanto à data da publicação e ao inteiro teor do acórdão de decisões veiculadas na grande imprensa ou em nossos *releases* – matérias jornalísticas que disponibilizamos no *site*. A maioria desses pedidos – algo em torno de 75% – é de advogados, que, no entanto, não são os nossos únicos clientes. Um estudante universitário, por exemplo, nos pediu uma informação bem diferente das habituais: queria saber qual a utilização dada à informática pelo Tribunal para os fins jurídicos e legais.



Mas nem só de pedidos se alimenta o endereço. Muitos são os elogios que chegam, não apenas dirigidos ao nosso setor, mas também a ministros da Casa, por decisões, posse, e à Administração do STJ, pelos serviços disponibilizados ao público – como o sistema Push e o Inteiro Teor dos Acórdãos. O presidente Antônio de Pádua Ribeiro recebeu mensagens parabenizando-o pelo lançamento do sistema Push. A notícia sobre o recurso especial dos acusados pela morte do índio Galdino motivou o envio de mais de 50 e-mail, manifestando que a fé na Justiça havia sido restabelecida e elogiando a decisão da Quinta Turma de submetê-los a júri popular.

Não escapamos de eventuais "puxões de orelha", como o de um juiz que questionou os termos usados nas nossas matérias, que fogem ao jargão jurídico, sugerindo a troca pelas expressões corretas. Assim como as demais mensagens, essa também recebeu especial atenção, e a resposta nos redimiu um pouco – afinal, o que para as pessoas da área jurídica é um deslize, para outras é uma necessidade: a tradução de uma linguagem a eles desconhecida, difícil.

É o STJ utilizando a informática em prol da Justiça, tornando-a mais célere e transparente, democratizando a informação.

ANIVERSARIANTES DO MÊS

Ministro José Augusto Delgado, Ivis Glória Lopes Guimarães Pádua Ribeiro,Hamilton da Silva Cruz, Lúcia Andreya Chaves Moraes, Manoel Mendes Macedo, Marcus Aurélio Dias de Paiva, Vera Lucia Hitomi Nakano, Heron Paulo Spinola Soares, Maria do Socorro Simões da Cunha Noronha, Wagner Silva Meira, Maria de Lourdes da Costa e Silva, Wladimir Corrêa Aby Haçam, Caetano Laurentino Pereira, Flausina de Santana Fernandes, Maria de Fátima Soares Lopes de Carvalho, Hugo Chudyson Araujo Freire, Sandya Tânia Miranda Portilho, Sebastião Venâncio Barbosa, Marcelo dos Santos Silva, Maria Aparecida Ferreira Guimarães, Vanda Lúcia de Lima, Ivon Borges Farias de Almeida, Jônatas de Castro Souza, Valdivino Dias Machado, Raimundo Medeiros Barros Júnior, Robia Gontyjo Sanchez, Luciana Luzia Prado Cardoso, Thiago André Pierobom de Ávila, Rogério Levy Boquady, Nelson Luiz Elias, Márcia Elizabeth de Oliveira Guimarães, João bispo dos Anjos, Manoel Claudomiro da Costa, Dalete Bastos de Melo Maia, Mirana Lúcia Dantas Ramos, Sidney Lopes de Oliveira, Rosilda reis de Andrade, Isabel Cristina da Silva, Vlado Rodrigues dos Santos, Marcia Tonaco Alexandre, Luiz Cláudio Soares de Almeida, Antônio Carlos Matias de Siqueira, Valtair Machado Correa, Maria das Dores Oliveira Martins, Arilene de Oliveira Freire, Letícia Ferreira da Cunha, Ronaldo Lima da Silva, Zenaide Maria da Silva, Roberto de Almeida Ferrer, Juan Laudney Leite, Dinoilto Pereira Macêdo, Marion Pupp Degrazia, Juceli Araújo Silva, Maria da Consolação Silva, Marcos Antônio Ribeiro da Silva, Wilvâni Batista de Sousa, Eurípedes Moreira da Silva, Francisco Abner de Souza, Míriam Vilela de Castro, Beatriz de Oliveira Torres, Cristina Lúcia Côbo Arrais Hodon, Antônio Américo Ilha Peixoto, Karla Bezerra Correia Arêdes, Vera Lúcia França da Silva, Antônio Ayrton Soares, Antônio Macedo de Farias, Maria Alice de Medeiros Silva, Maria Josete Wanderley de Farias, Eth Cordeiro de Aguiar, Antonio Carlos de Aquino Custódio, Antônio Silvonei Luiz Bernardes, Antônio de Oliveira, Maria Geralda Teixeira de Carvalho Beviláqua, Lúcia Helena Canfield Pereira, Célia Lopes de Siqueira, Nilson Barbosa Santos, Raimunda Pereira Passos da silva, Lina Betânia Bahia de Menezes, Francisco Alves Leite, Nilcien Cyreno Pinheiro Neta, Maria Selma Rosa Santos, Tácita Symonne Martins Guimarães Soares, Antônio Carlos Sobrinho dos Reis, Raimundo Félix Albuquerque, Magali Borato Viana, Maria das Graças Oliveira, Sebastiana do Carmo Paulo da Silva, Plínio Ribeiro Maciel, Amélia Francisca de Souza Ferreira, Antônio Pádua de Figueirêdo, Deborah Vicentini Vieira de Mello, Luzia Borges da Costa, Marli Ferreira Gomes do Monte, João Ricardo Morais Fonseca, Hércules Antônio Wagner, Alonso Dias Pinheiro Neto, Maria Amélia Barbosa de Queiroz, Ivonete da Silva Santos, Maria de Lourdes Souza Pereira, Isaac Souza Freitas, Maria Marta de Souza Escobar, Alda Costa de Arruda, Maria Zita de Souza Leite, Gracy de Aquino Couceiro, Luiz de Jesus Ferreira da Silva, Jânia Santos Mota, Danielle Machado da Cunha, Marcus de Souza Borges, José Claúdio dos Santos Bittencourt, Tâmara de Azevedo Severo Alves Dias, João José do Nascimento Filho, Maria Magdala de Mesquita Nogueira Fleury, Cláudia Meireles Ferreira Viana, José Ricardo Cardoso, Sérgio Soares da Silva, Silvéria Fonseca Barros, Eunice de Alencar Mendes, Ana Vitória Fernandes, João Alves de Araújo, Dalcy Gonçalves Cabeceira Lopes, Vânia Cristina Telles de Oliveira, Ana Célia Sales Damasceno, Paulo da Costa Gadelha Filho, Pedro André de Souza, Hilda Fumico Hiraici Uramoto, Emival Ataídes Ramos, Marina Freitas, Ivone Maria Lima Duque Estrada, Walter Borges da Silva, Edimilson Dias Ferreira, João Batista Lopes, Joanita Alcantara Lacerda, João Roberto Machado Rodrigues, Charles Renaud Frazão de Moraes, Maria de Lourdes Calado Bomfim, Márcia Araujo Ribeiro Sant´anna, Marlini Aguiar Oliveira Franca, Luiz Alberto Barbosa de Lima, Maria Aparecida do Espírito Santo, Paulo de Tarso Feitosa Carvalhêdo, Eurípides Ferreira Campos, João Eli de Magalhães, Nivan Borges dos Santos, Edson Siqueira, Nilcéa Behrends, Gilberto Silveira da Silva, Aparecida Helena Oliveira Miranda, Edimar Lisboa das Chagas, Antônio Amilcar Benevides de Freitas, Tatiane Barbosa da Silva, Jesiel Freitas da Silva, Denise Sankievicz, Paulo Roberto Lacerda Mendes, Ana Delfina Paiva Graça, Cleice Celeste da Silva Consone, Eloísio Magalhães Silva, Ana Paula Barbosa Goes de Araujo, Claúdio Braga Zacharias, Maria das Graças Bezerra Moreira, Joel Pedro Vieira Matos e Maria Bernadete Serapião Galetti Menezes.

PERFIL

Um poeta de causas sociais

A sensibilidade e a preocupação com as questões sociais unem-se na poesia de José Roseno da Silva, supervisor de vigilância do Superior Tribunal de Justiça. Roseno, que trabalha no Tribunal há nove anos, lançou seu primeiro livro *Visões de um poeta*, em abril do ano passado.

A vocação para a poesia, segundo José Roseno, o acompanha desde os 8 anos, idade com que veio acompanhando sua mãe, Maria Izabel, da cidade de João Pinheiro (MG) para Brasília. "Minha mãe sempre lia para mim os 'repentes', espécie de leitura de cordel com rimas, e eu, gostando muito, ouvia atentamente", relembra com carinho Roseno, que cita um dos que mais gosta: "É de vera senhora, escute o que vou falar./ Quero que me diga quem ensinou Cristo a rezar./ Foi Santa Maria eterna ajoelhada no altar".

José Roseno da Silva, autor do livro ***Visões de um poeta***

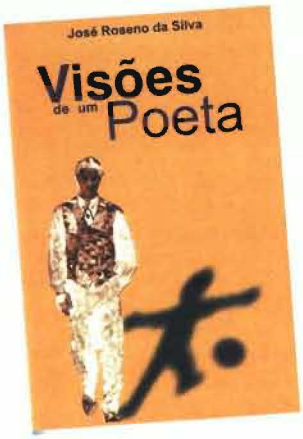
Mas a realização do grande sonho de José Roseno, que antes de trabalhar no STJ foi engraxate, lavador de carros e vendedor, demorou. "Desde criança gostava muito de ler – lia tudo que encontrava pela frente. Porém, sendo de família humilde, pois minha mãe trabalhava como doméstica e com muita dificuldade nos mantinha, o sonho de poder escrever e chegar a lançar um livro era algo muito distante para mim", relata Roseno. O apoio que o poeta precisava chegou por meio de um gesto de amizade. "No aniversário da Dra. Glória, que é madrinha de minha filha Jéssica, enviei-lhe uma poesia. Ela gostou muito do texto e resolveu me apoiar. Com isso, consegui editar meu primeiro livro, que hoje está em várias bancas, já com a primeira edição esgotada e a segunda a caminho", conta Roseno, que entusiasmado afirma: "No dia do lançamento do *Visões de um poeta* senti-me o homem mais feliz do mundo!"

Temas como o descaso com idosos, crianças abandonadas e outros problemas sociais povoam as poesias de José Roseno. "Certa vez, após conversar com um menino de rua na Rodoviária, fiquei muito tocado e fiz a poesia *Eu e a Sociedade*". A juventude e suas dificuldades é o tema do próximo livro do escritor: "Já estou redigindo meu segundo livro, que desta vez não será de poesias, e, sim, um relato verídico – *A Quadrilha Mirim de Brasília* – onde vou contar a estória de um grupo de jovens que viviam aqui no Plano Piloto, sem condições de progredir na vida. E, num determinado momento, conseguiram apoio na antiga casa Melo Matos, hoje desativada. Muitos desses rapazes e moças hoje são pais e mães de família com uma vida totalmente diferente da anterior, graças ao apoio que tiveram. Uma lição para todos nós".

Confira uma das poesias do livro *Visões de um Poeta:*

ESCURIDÃO E LUZ

Eu, que ando em total escuridão,
Procuro você para ser minha penumbra,
E assim aliviar a minha alma e o coração.
Sem a tua luz a guiar-me, nada me deslumbra.
Você faz parte do meu eu, minha meia luz.
Dias opacos ficam mais límpidos sob o teu olhar.
Noites escuras clareiam – e de repente tudo reluz.
A menina dos teus olhos, os faróis dos dias-breus.
Coincidência ou não, você é a luz dos olhos meus.



Visões de um poeta
José Roseno da Silva
Editora Brasília Jurídica

PORTE PAGO
DR/BSB
PRT/BSB/06/068/95

Informe-se

Boletim Informativo do STJ - Ano III - Nº 5 Brasília, agosto/setembro/99

Presidente da Suprema Corte da Rússia visita STJ

O presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Federação Russa, Viatcheslav Mikhailovitch Lebedev, em visita oficial ao Brasil, foi recebido pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, quando na oportunidade conheceu as instalações do Tribunal e pôde assistir a uma sessão de julgamento e uma exposição sobre a estrutura, funcionamento e os vários serviços prestados pelo Tribunal. Pádua Ribeiro destacou as semelhanças entre as duas democracias, regidas pelos mesmos princípios básicos e que atuam para alcançar objetivos parecidos. Pág. 3

NESTA EDIÇÃO

Pádua Ribeiro discute a reforma do Judiciário
pág. 2

Garcia Vieira é o novo diretor da Revista
pág. 4

Informática lança o Lince 2000
pág. 9

Presidente do STJ discute reforma com Zulaiê Cobra

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, recebeu no último dia 19, a relatora da reforma do Judiciário, deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP). A parlamentar veio discutir com o ministro alguns pontos da reforma, em tramitação na Câmara dos Deputados, e ouviu algumas sugestões, como a defesa da criação do Conselho Nacional da Magistratura, órgão que teria poderes de controle administrativo sobre os tribunais, e a criação de juizados itinerantes para democratizar o acesso da população à Justiça.

O ministro defendeu a criação do conselho, mas está preocupado com a possível inclusão de membros não originários da magistratura na composição do órgão. Zulaiê Cobra ainda está estudando o tema e não quis antecipar qual desfecho pretende dar para o caso. De acordo com Pádua Ribeiro, "a conversa foi um primeiro contato e novos encontros deverão ser promovidos". Ele considerou a audiência bastante produtiva. "Falamos sobre aspectos gerais da reforma", afirmou.

O ministro acredita que a relatora vai encontrar uma boa solução para definir no projeto que vai alterar o texto constitucional, as competências do Supremo Tribunal Federal e do próprio STJ. "A questão ainda é um pouco nebulosa e precisa ser resolvida nesta reforma", comentou o ministro. Numa primeira versão do projeto da reforma, o STF seria transformado em Corte Constitucional, transferindo a competência para decidir sobre casos de extradição, por exemplo, para o Superior Tribunal de Justiça.

Deputada Zulaiê Cobra e ministro Pádua Ribeiro

Presidente recebe ministro da Justiça

O presidente do STJ, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, recebeu também a visita do ministro da Justiça, jurista José Carlos Dias.

José Carlos Dias disse ter sido uma conversa muito proveitosa, que deixou evidente a necessidade de Judiciário e Executivo trabalharem unidos e de forma integrada, não só na questão específica da reforma do Judiciário, mas na busca da dinamização da Justiça, que se pretende seja rápida, pronta, bem-feita e barata.

Pádua Ribeiro lembrou que, desde sua posse, vem insistindo na tese de que a crise do Judiciário não é mais que um aspecto da crise global do Estado. Para o presidente do STJ, os Poderes da República, que funcionam no sistema de vasos intercomunicantes, devem atuar sempre de maneira independente e sob a fiscalização da sociedade.

OAB

O presidente do STJ, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, recebeu também em agosto a visita do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo de Castro, e na oportunidade discutiram a Reforma do Judiciário, que está tramitando na Câmara dos Deputados.

Reginaldo de Castro afirmou que o encontro serviu para discutir com o presidente do STJ os pontos de convergência e as divergências de entendimento entre a OAB e o STJ.

Reginaldo declarou que a OAB pretende modificar a forma de recrutamento dos magistrados, modernizando os concursos. Acrescentou que os advogados concordam com a criação da súmula vinculante, mas apenas para as causas repetitivas, a exemplo dos processos que têm por objeto pacotes econômicos ou benefícios previdenciários.

Expediente

Boletim Informativo do Superior Tribunal de Justiça - Publicação mensal
Edição: Gabinete da Presidência
Assessoria de Imprensa

Endereço: SAFS Q. 06 Lote 01
Ed. Ministros I - Sala 305
70.095-900 - Brasília - DF
E-mail: Imprensa@stj.gov.br
Telefone: (061) 319-6531/6537
Fax: (061) 319-6538

Assessor-Chefe: Viriato Gaspar
Assessores: Cecília Barroso, Deuza Lopes e Olímpio Cruz Neto

Jornalista responsável: Deuza Lopes - MTB 1.578

Redação:
Catarina França, Deuza Lopes, Elaine Rocha, Olímpio Cruz Neto, Regina Célia Amaral, Rosângela Oliveira, Viriato Gaspar e Simone Aragão
Estagiários:
Luciana Barbosa

Revisão: Regina Célia Amaral

Projeto gráfico e diagramação:
Taís Villela
Núcleo de Programação Visual/STJ

Fotografia: Gustavo Lima

Impressão:
Seção de Reprografia e Encadernação

Presidente da Suprema Corte da Rússia visita STJ

O vice-presidente da República, Marco Maciel ladeado pelo presidente do STJ, ministro Pádua Ribeiro, ministro Vicente Leal, e comitiva de juristas da Rússia

O presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Federação da Rússia, Viatcheslav Mikhailovitch Lebedev, em visita ao Brasil conheceu o Superior Tribunal de Justiça.

Recebidos pelo presidente do STJ, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Lebedev e sua comitiva conheceram as instalações do Tribunal e puderam assistir a uma sessão de julgamento e uma exposição sobre o funcionamento da Corte, bem como os vários serviços oferecidos pela instituição aos advogados e à sociedade.

Ao saudar os visitantes, Pádua Ribeiro agradeceu a forma cortês e afetuosa com que foi recebido na Rússia, no ano passado, pelo presidente Lebedev e por altos integrantes do Judiciário e dos outros Poderes daquela nação. O presidente do STJ destacou as semelhanças entre as duas democracias, regidas pelos mesmos princípios básicos e que atuam para alcançar objetivos parecidos. Pádua Ribeiro disse que, "na Rússia, como no Brasil, os juízes são independentes e devem obediência apenas à lei".

O presidente do STJ fez votos de que, em breve, a Suprema Corte da Rússia, o STJ e o Conselho da Justiça Federal assinem um protocolo de colaboração profissional entre as duas Justiças, contribuindo, assim, para o estreitamento de relações e para o aperfeiçoamento da dura tarefa do Poder Judiciário nos dois países.

Em sua visita ao Brasil, o presidente da Corte Constitucional da Rússia e comitiva, estiveram no dia 25, com o vice-presidente da República, Marco Maciel, que ofereceu almoço em sua residência oficial, o Palácio do Jaburu.

Na manhã do mesmo dia, Lebedev, acompanhado do ministro Antônio de Pádua Ribeiro, foi recebido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), e pelo vice-presidente do Senado Federal, Geraldo Melo (PSDB-RN). Lebedev cumpriu agenda oficial em Brasília nos dias 24, 25 e 26, seguindo viagem para uma visita à colônia de imigrantes russos que vivem no Paraná.

Agenda dos Ministros

Presidente do STJ recebe homenagem em Rondônia

O Presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, foi homenageado, em Porto Velho, Rondônia, pelo Tribunal de Justiça daquele Estado. Pádua Ribeiro recebeu o Colar do Mérito Judiciário, a comenda mais elevada do Poder Judiciário rondonense, pelos relevantes serviços prestados à causa da Justiça no Brasil.

A solenidade contou com a presença do governador do Estado, José de Abreu Bianco, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Silvernani Santos, bem como de todos os desembargadores do TJ/RO.

Ministro José Delgado participa de seminário

O ministro José Delgado proferiu palestra no último dia 26 no Seminário Ações e Soluções Tributárias, sobre o tema "CTN e a Jurisprudência do STJ", enfocando os aspectos da compensação tributária, imunidade tributária e repetição de indébito, no Centro de Convenções, em São Paulo, numa promoção da Agência Brasileira de Eventos e Estudos Jurídicos - Abeej. O seminário contou com a presença de profissionais especializados e magistrados.

Presidente do STJ recebe juiz da Corte de Direitos Humanos

O ministro Antônio de Pádua Ribeiro, presidente do Superior Tribunal de Justiça, recebeu em audiência o professor Antônio Augusto Cançado Trindade, juiz vice-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No encontro, ficou definido que o STJ deverá realizar, no próximo mês, juntamente com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, um seminário sobre o tema "A Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Brasil", com apoio do Ministério das Relações Exteriores, da Caixa Econômica Federal e da Escola Nacional da Magistratura.

O seminário está previsto para os dias 7 e 8 de outubro, no auditório do STJ.

Uma dupla de sucesso

Os ministros Luiz Vicente Cernicchiaro e Demócrito Ramos Reinaldo se despediram do Superior Tribunal de Justiça com a certeza de que bem desempenharam seus papéis jurídicos.

Presidente da Comissão de Reforma do Código Penal e da Lei das

Ministro Vicente Cernicchiaro

Contravenções Penais, Cernicchiaro foi habilidoso em conscientizar os parlamentares da urgência em aprovar novas leis que se adequassem à realidade brasileira. Paulista de Quatá, o ministro presidia a Terceira Seção, além de compor a Sexta Turma do STJ, e deixa saudades depois de dez anos na Casa. Sua principal característica era a ênfase com que defendia a aplicação das medidas alternativas para presidiários de pouca periculosidade. Ele pregava que o sistema carcerário poderia melhorar e caberia ao Poder Judiciário fazer a sua parte. Doutor em Direito Penal e Criminologia, Cernicchiaro é considerado, hoje, um dos maiores penalistas do Brasil, ainda que não exerça mais a função de ministro. Apesar do reconhecimento na área de Direito Penal, o ministro tem outro doutorado, em que defendeu teses de outros ramos do Direito.

Um pouco mais reservado, mas também talentoso, o ministro Demócrito Reinaldo relatou importantes causas no exercício de suas atividades. Duas delas foram as que abordaram a privatização da Vale do Rio Doce e a habilitação de empresas de telefonia celular no consórcio da Banda B. Destacava-se pela fidelidade à lei e pela atenção às minúcias dos processos relatados.

Natural de Alagoa do Monteiro, na Paraíba, o ministro Demócrito foi membro da Primeira Turma, que julga matérias relacionadas ao Direito Público. No início da carreira, foi vereador pela cidade de Sumé e, antes de chegar à Promotoria Pública e depois ao cargo de Juiz de Direito em Pernambuco, exerceu a advocacia para presos pobres naquele

Ministro Demócrito Reinaldo

Estado, chegando a ocupar o cargo de governador por alguns dias - 15 e 16 de maio e de 20 a 21 de setembro de 1990, ano em que presidiu o Tribunal de Justiça pernambucano, de onde saiu no ano seguinte para ocupar esta Corte. Permaneceu no STJ por oito anos.

Ministro Garcia Vieira é o novo diretor da Revista

O Pleno do Superior Tribunal de Justiça elegeu e empossou o ministro Garcia Vieira no cargo de novo diretor da Revista para o biênio 1999/2001, em substituição ao ministro Edson Vidigal.

Na mesma ocasião foram eleitos os ministros Humberto Gomes de Barros e Ruy Rosado de Aguiar como membros efetivo e suplente, respectivamente, do Conselho da Justiça Federal para o mesmo biênio. Gomes de Barros substituirá o ministro Demócrito Reinaldo.

Ministro Garcia Vieira

STJ julga 60 mil processos no 1º semestre

Em seu discurso de reabertura dos trabalhos do STJ, no último dia 2 de agosto, o ministro Antônio de Pádua Ribeiro destacou o esforço que o Tribunal tem feito para prestar bons serviços à sociedade, mesmo tendo ficado desfalcado de seis ministros no primeiro semestre deste ano. Nesse período, os 27 ministros trabalharam dobrado, conseguindo bater um recorde em números de julgados, que atingiu a marca de quase 60 mil processos.

No recesso de julho, a Presidência do Tribunal também quebrou um recorde: 417 decisões foram proferidas pelo ministro Pádua Ribeiro e pelo vice-presidente Costa Leite. "Tais números atestam a seriedade, a proficiência e a fidelidade com que o STJ desincumbe-se da sua missão, mostrando também a eficácia da Lei 9.756, de 1998, que implementou diversas medidas administrativas para aumentar a qualidade dos serviços", destacou.

ENTREVISTA

Avaliando méritos

Em novembro vai acontecer a 3ª fase do concurso público para Procurador da República. Dos cinco mil candidatos inscritos na primeira fase, restaram apenas 83 para concorrer ao total de vagas. "A grande parte dos concorrentes tem um nível muito baixo", assinala o ministro José Arnaldo da Fonseca, que elabora as provas há 14 anos, especialmente nas áreas de Direito Tributário e Econômico. O ministro conta aos leitores do *Informe-se* um pouco da sua participação como membro da banca examinadora.

Informe-se – Quais as causas para o insucesso dos concorrentes neste tipo de concurso?
Arnaldo da Fonseca – Isto ocorre porque os cursos jurídicos são deficientes e mal estruturados, os professores são mal-remunerados e, muitas vezes, não se reciclam. A este quadro, soma-se a necessidade de o aluno, não raro, ter que trabalhar e não ter tempo suficiente para estudar para as provas.

Informe-se – O que há de errado com os cursos de Direito?
José Arnaldo – A estrutura dos cursos não guarda conformidade com os tempos atuais, além do que boa parte das disciplinas nunca vai ser utilizada pelos alunos na prática forense. Não sei se é para elastecer o curso, mas creio que quatro anos seriam suficientes para o aluno ter uma boa base jurídica.

Informe-se – Qual a solução para as supostas falhas dos cursos de Direito?
José Arnaldo – É importante que as classes representativas dos advogados sensibilizem o Ministério da Educação para reverter a situação. O provão do MEC não basta. Apenas constata uma realidade. Não sei se diante dessas constatações vai-se fazer alguma coisa. Mas tem de se fazer alguma coisa, pois em quatorze anos que sou membro da banca nunca se preencheram todas as vagas. Sugiro que incluíssem como disciplina obrigatória o Direito Econômico. Ele sempre esteve intrincado com o Direito do Trabalho, Previdenciário, Comercial e do Consumidor, mas com a evolução do país está se destacando muito e ganhando vida própria.

Informe-se - Não seriam as provas muito difíceis?
José Arnaldo – Talvez o concurso de procurador seja um dos mais difíceis do Brasil. Mas tem que ser assim porque a profissão exige muito. Lembro-me que, quando ingressei na Procuradoria da República, com dois ou três meses peguei um caso complicadíssimo, de um suicídio de um juiz federal aqui em Brasília, que se impressionou com servidor da vara em que atuava e deu considerável desfalque. E olha que eu tinha doze anos de prática forense.

Ministro José Arnaldo da Fonseca

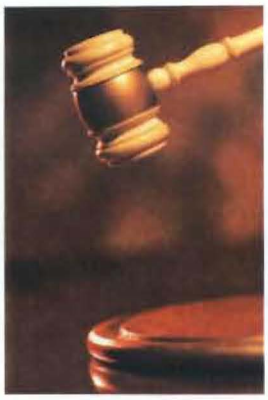
Informe-se – Como é formada a comissão que realiza as provas?
José Arnaldo – É composta pelo procurador-geral da República, um subprocurador, um jurista e um membro da Ordem dos Advogados do Brasil.

Informe-se – Como é a abordagem das provas?
José Arnaldo – A gente procura assuntos mais atuais, como a fusão de empresas, por exemplo. Enfocamos também a vivência dos tribunais e os pontos polêmicos da doutrina, não sendo este um requisito da prova objetiva, já que não pode haver dúvida na marcação da folha de respostas. No campo econômico, exploramos muito os chamados direitos difusos, em que a titularidade da ação, em maior parte é do Ministério Público.

Informe-se – Ainda vale a pena fazer concurso público, com salários tão baixos?
José Arnaldo – Creio que o concurso é uma forma de democratizar o ingresso no serviço público. Penso até que muitas funções comissionadas deveriam ser convertidas em cargos permanentes, para que pessoas mais humildes tivessem acesso aos quadros públicos. Mas do jeito que está, alguns concursos não são tão atrativos.

Informe-se – O senhor nunca pensou em lecionar. Qual a vantagem em realizar as provas?
José Arnaldo – Não tenho tempo para dar aulas e a contraprestação pecuniária é irrelevante. Mas lecionar é gratificante porque nos obriga, de certa forma, a nos reciclar. Realizando as provas, também tenho que me reciclar, especialmente em áreas que não atuo aqui no Tribunal. Aqui eu trabalho com matérias previdenciárias, penais, relativas ao funcionalismo público e militar. Lá, me dedico basicamente ao direito econômico e tributário.

Polêmica marca os 172 anos do ensino jurídico no Brasil



Os cursos jurídicos no Brasil completaram 172 anos de instalação no último dia 11 de agosto. Em 1827, o país acabara de conquistar sua independência e de ganhar sua primeira Constituição, surgindo, então, a necessidade de organizar-se juridicamente.

Os cursos superiores eram poucos e centralizados no Rio ou em Salvador. De Direito não havia nenhum. Em todo o país não existia sequer uma universidade. No entanto, logo após a Independência, em 1823, o Visconde de São Leopoldo, formado em Direito pela Universidade de Coimbra - Portugal, apresentou à Assembléia Constituinte uma proposta para que fosse criada uma universidade em São Paulo.

A proposição foi aceita, sendo criadas duas universidades: uma na capital paulista, para atender os estudantes do Sul, e outra em Olinda-PE, para atender os do Norte. Assim, em 1827, foram instalados dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais nessas cidades, sendo o primeiro em São Paulo, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. A instalação permitiu aos estudantes brasileiros que fizessem o curso no próprio país. Até então, para se cursar Direito ou Diplomacia tinha que ir para o exterior, principalmente Coimbra.

Os cursos de Direito eram ministrados em cinco anos, e o currículo das disciplinas era composto por Direito Natural Público, Análise da Constituição do Império, Direito das Gentes e Diplomacia, Direito Civil, Direito Criminal, Teoria do Processo Criminal, Direito Mercantil e Marítimo, Economia Política, Teoria e Prática do Processo e Direito Público Eclesiástico. Este último, uma peculiaridade dos cursos mantidos pelo Império, uma vez que a religião católica era oficial, vinculando a Igreja ao Estado. Com a proclamação da República, a disciplina saiu do currículo.

A lei que criou os cursos jurídicos no Brasil estabelecia que os estudantes interessados em se matricular na faculdade deveriam ter, no mínimo, 15 anos completos e comprovar aprovação na Língua Francesa, Gramática Latina, Retórica, Geometria e Filosofia Racional e Moral. O título conferido aos formandos seria o de bacharel.

Hoje, após 172 anos de instalação, a comemoração já não é tão entusiasmada como antes. A multiplicação das faculdades de Direito tem gerado polêmica em relação à qualidade do ensino oferecido. Segundo dados da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, nos últimos cinco anos foram criados 133 cursos de Direito e apenas 43 foram aprovados pela instituição.

Para controlar o desempenho destas faculdades e impulsionar melhorias no ensino, o Ministério da Educação lançou o Provão – Exame Nacional de Cursos. Em relação aos cursos jurídicos, a OAB também desempenha importante papel. Cabe à instituição a obrigação legal de se manifestar em todo projeto de criação e de reconhecimento desses cursos. Com isso, o que se espera é formar profissionais que satisfaçam a qualidade exigida pelo mercado de trabalho.

"Operação Pendura"

Adentrar um restaurante chique, bem trajado, beber e comer o que existe de melhor e mais caro no cardápio. E, depois, simplesmente fazer um discurso agradecendo o bom atendimento e a cortesia. Assim se dava a prática do famoso "pendura", para comemorar a criação dos primeiros cursos de Direito no Brasil.

Desde que se instituiu do "calote" – não pagar a conta em restaurantes –, estudantes de Direito vêm repetindo este ato, fazendo dele uma verdadeira tradição. A justificativa gira em torno de se exercitar o alto grau de persuasão do advogado, convencendo o proprietário do restaurante a não cobrar a conta.

Neste sentido, quem tem algumas experiências é o ministro Humberto Gomes de Barros, quando estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e membro do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira – CACO, em 1961.

O ministro teve uma grande frustração no seu primeiro "pendura". O dono do restaurante *Bon Gourmet*, o delegado Noronha Filho, antes mesmo do tradicional discurso, se antecipou ao grupo de alunos e disse que o almoço seria uma cortesia, porque calote ele não iria levar.

A decepção foi geral – "Como o senhor percebeu que éramos estudantes de Direito?" – era a pergunta comum a todos. "Simplesmente, porque meus clientes são freqüentadores de restaurantes requintados e todos sabem que *whisky* é apenas aperitivo. Não se usa este tipo de bebida para acompanhar as refeições, como vocês fizeram" – foi a resposta.

Empenhados em conseguir êxito na "operação pendura", como o próprio ministro Gomes de Barros denominou, os estudantes fizeram uma segunda tentativa.

A estratégia consistia em dividir a turma em grupos, mais ou menos de dez alunos para cada restaurante. Todos recebiam orientações do colega Rogério, acostumado a freqüentar lugares mais refinados, sobre como deveria se comportar um cavalheiro, um homem de negócios, em ambientes de requinte, lembra o ministro. Dessa vez, não se esqueceram de perguntar que tipo de bebida deveria acompanhar a refeição.

Prontos para executar o plano, o restaurante escolhido foi o *Le Bec Fin*. Encenou-se, então, um almoço de comemoração pelo fechamento de um grande negócio, por empresários bem-sucedidos.

Tudo transcorreu conforme o combinado. Ao final do almoço, um dos colegas discursou, agradecendo e informando ao proprietário que a despesa seria pendurada na conta do Reitor da Universidade, Dr. Pedro Calmon. Como não existia nenhuma conta neste nome, consumava-se, enfim, o "calote". O proprietário do restaurante resistiu, mas, ao final, rendeu-se ao poder de persuasão dos futuros advogados. Para os estudantes, uma "prova de fogo" vencida!

Roma-Brasília debate a globalização

O Superior Tribunal de Justiça foi palco do XVI Seminário Roma- Brasília. A edição deste ano foi aberta pelo presidente do Tribunal, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, que defendeu a busca de uma estratégia de globalização sem políticas de exclusão social. Estiveram presentes à abertura, o governador do Distrito Federal Joaquim Roriz, representantes do Sindaco de Roma e da Universidade de Roma, ministros do STJ, desembargadores e juízes.

Governador Joaquim Roriz, Presidente Antônio de Pádua Ribeiro e o professor Pierangelo Catalano

O seminário, tradicional evento jurídico, atrai advogados e estudantes de vários estados brasileiros, além de reunir especialistas em Direito da Itália, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Segundo Pádua Ribeiro, o seminário tem evidenciado a existência de um elo entre juristas, professores italianos e brasileiros reunidos no propósito de encontrar soluções para as questões das sociedades dos nossos dias.

Este ano, o tema discutido foi *"A integração jurídica da América Latina e o fenômeno da globalização"*. O primeiro, dos mais de 28 palestrantes, foi o ministro do STJ Sálvio de Figueiredo, que defendeu a adoção de uma nova seleção para o ingresso na carreira de magistrado, sugeriu a criação de uma escola responsável pela realização de debates que resultem em políticas para a melhoria do Poder Judiciário brasileiro. Além disso, pregou a utilização da televisão, para a discussão das leis com a sociedade, e da Internet, como meio para realização de cursos.

Participaram, ainda no primeiro dia, o professor Pierangelo Catalano (Universidade de Roma), o embaixador Samuel Guimarães (do Instituto de Pesquisa e Relações Internacionais), além de professores das universidades de Brasília, Gama Filho/RJ, Federal e PUC do Rio de Janeiro. O juiz do TR F - 1ª Região, Carlos Mathias, ressaltou a importância da presença de duas brilhantes vozes femininas do campo jurídico no evento: da ministra do STJ, Eliana Calmon, e da professora da Universidade de São Paulo, Maristela Basso, que fez a palestra "As fontes do Direito do Mercosul".

Ministro Sálvio de Figueiredo

O segundo dia do encontro contou, na parte da manhã, com palestras do ministro do STF Moreira Alves, abordando o tema *"A integração jurídica da América Latina e a Constituição Federal"*. Logo após, o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo de Castro, expôs sobre *"Globalização e interesses nacionais"*.

À tarde, nomes como o da jurista Maria do Rosário Botareli, representante do Sindaco de Roma, destacou a importância da união cooperativa entre as nações e a necessidade de se discutir estratégias para os problemas que afetam as nações menos desenvolvidas. Outro palestrante foi o professor da Universidade de São Paulo, Álvaro Vilaça Azevedo, que discursou sobre *"União Estável: influência romana nos sistemas jurídicos, em especial nos latino-americanos"*. Azevedo defendeu a adequação das leis aos dias atuais.

O evento ainda teve a presença do professor do Instituto Rio Branco, Celso de Tarso Pereira, que falou da democracia e da liberalização econômica como formas de integração entre os países do Mercosul; do Dr. Caputo Bastos, presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB e dos professores Alberto Dalla Via, da Universidade de Buenos Aires, Carlos Fernando Mathias de Souza, da Universidade de Brasília, e Roberto Ruiz Dias Labrano, da Faculdade de Direito e Ciências Sociais deAssunção, Paraguai.

No terceiro e último dia do Seminário, proferiram palestras Antônio Celso Alves Pereira, reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que falou sobre *"Aspectos Críticos do Direito de Integração"*; Luiz Alvaro Richino Dutra, da Universidade de Montevidéu, *"As cidades e a formação do Direito Positivo Comunitário"*; João Grandino Rodas, professor da Universidade de São Paulo, *"Solução de controvérsias no Mercosul: a primeira arbitragem"*; e Jorge Fontoura, do Uniceub, com o tema *"Direito de integração e globalização: um novo tempo no Direito internacional"*.

O XVI Seminário Roma-Brasília foi encerrado no sábado, dia 21 de agosto, pelos ministros Hélio Mosimann e Fontes de Alencar. O evento foi realizado com o apoio do Governo do Distrito Federal, Universidade de Brasília, Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), OAB, Associação dos Estudos Latino-Americanos, Universidade Católica de Brasília, Universidade de São Paulo e Consiglio Nacionalle delle Ricerche.

Assessoria Parlamentar: a imagem do STJ no Legislativo

Divulgar a imagem do Superior Tribunal de Justiça no Poder Legislativo – essa é a importante tarefa desempenhada pela Assessoria de Articulação Parlamentar do Tribunal – Aspar.

Funcionando há vários anos como membro da Assessoria de Relações Públicas do STJ, foi na atual gestão do ministro Antônio de Pádua Ribeiro, presidente da Casa, que a Aspar tornou-se autônoma, passando a trabalhar como uma assessoria ligada à Presidência do Tribunal. "Está comprovada a importância de se formar em cada órgão uma área de articulação parlamentar. O Supremo Tribunal Federal terá a sua este ano, pela primeira vez", destaca Armando Rollemberg, assessor-chefe da Aspar do STJ.

Para Rollemberg e sua equipe, a Aspar é a própria imagem do STJ no Legislativo. Ela se relaciona de forma institucional com o poder, independente de partidos, promovendo encontros entre os ministros do Tribunal e parlamentares para discutir projetos e até apresentar propostas para a agilização dos trabalhos do Judiciário.

No momento, o Legislativo vem discutindo a reforma do Poder Judiciário, em tramitação na Câmara dos Deputados. Além disso, uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI foi instalada no Senado Federal, para investigar denúncias envolvendo magistrados.

Sempre presente, acompanhando cada detalhe, discutindo e defendendo os interesses do STJ e do Judiciário em geral, está a Assessoria Parlamentar, que também tem a grande responsabilidade de manter os ministros e servidores do Tribunal informados sobre o andamento das duas ações que, sem dúvida, irão influir diretamente no desenvolvimento dos trabalhos em todas as instâncias do Judiciário.

Para se ter uma idéia, cada ministro recebeu todas as propostas dos deputados e os sub-relatórios da reforma, divididos em volumes organizados pela própria Aspar. "Muitos ministros nos procuram para obter informações sobre determinados projetos e leis. Nós pesquisamos o assunto questionado nas Casas legislativas e repassamos o material que conseguimos. Além disso, acompanhamos permanentemente todos os projetos, decretos e propostas de emenda à Constituição relacionados ao Judiciário. Alguns exemplos que podemos destacar são: a Lei de Responsabilidade Fiscal, a reforma administrativa, a lei que fixou o teto salarial para juízes, entre outras", lembra Rollemberg.

A equipe da Assessoria Parlamentar promove a harmonia entre o STJ e o Congresso

A aprovação do Orçamento Anual, segundo os servidores que trabalham na Aspar, é o momento de maior movimentação da assessoria, que tem a árdua tarefa de mostrar aos parlamentares o destino das verbas solicitadas e sua relevância para o bom funcionamento do Tribunal. "Procuramos apresentar aos senadores e deputados a importância de cada verba. No ano passado, entre a proposta original e a final, conseguimos que os parlamentares destinassem ao STJ mais um milhão e 800 mil reais, o que comprova que estamos no caminho certo", relata orgulhoso o assessor-chefe.

A Aspar do STJ também auxilia os tribunais regionais federais na elaboração de suas propostas orçamentárias. Segundo Jeferson Paranhos, da equipe, "podemos dizer que o interesse dos TRFs é o reconhecimento do nosso trabalho na votação do Orçamento Anual do STJ".

E, no Poder Legislativo, os parlamentares já aprovaram a existência dessa "ponte" entre os dois poderes. Segundo dados da Aspar, só no primeiro semestre deste ano, mais de 200 pedidos de informações processuais e correspondências foram enviadas do Congresso para a assessoria no STJ, o que é mais uma prova concreta de que o canal entre o Tribunal e o Legislativo funciona e bem, promovendo a harmonia e a troca de informações entre os poderes.

Pádua Ribeiro normatiza pagamento de precatórios na Justiça Federal

O ministro Antônio de Pádua Ribeiro, presidente do Superior Tribunal de Justiça, baixou uma Resolução que será aplicada na Justiça Federal de todo o País, uniformizando o procedimento para pagamento dos precatórios. Os precatórios são as somas que a Fazenda Pública é condenada a pagar, quando perde uma questão judicial.

Pádua Ribeiro editou a Resolução 211, aprovada pelo Conselho da Justiça Federal, para evitar divergência entre as Varas Federais de todo o País, nos trâmites para pagamento das dívidas judiciais.

Na Resolução, o presidente estabelece que, nos pagamentos de valor superior a dez mil reais, os cálculos deverão ser obrigatoriamente submetidos à análise do Ministério Público Federal, para que apresente parecer sobre a questão.

As importâncias liberadas pelas Presidências dos Tribunais deverão ser depositadas obrigatoriamente em estabelecimento oficial, só podendo ser retiradas pelos advogados legalmente habilitados para esse fim.

STJ lança programa de desenvolvimento gerencial

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, lançou o Programa de Desenvolvimento Gerencial, no último dia 16, que pretende dar maior agilidade e eficácia e aprimorar a qualidade dos serviços prestados ao público pelo STJ.

O ministro falou sobre os esforços do Tribunal para melhorar a qualificação dos seus servidores, que ele já considera de alto nível. Para tanto, destacou os investimentos que têm sido feitos em treinamento para atualização e reciclagem de conhecimentos e aquisição de novas habilidades. Essa preocupação, segundo o ministro, justifica-se devido às velozes e profundas mudanças ambientais que interferem no funcionamento das organizações públicas e privadas em todo o mundo e exigem qualidade e rapidez.

Além da prestação de serviços adequados, destacou também a necessidade de aplicar melhor o dinheiro público, que é cada vez mais escasso. Esse programa gera eficiência e redução de custos, disse.

Psicólogo Ruy de Alencar Mattos Neto e ministro Pádua Ribeiro

Na oportunidade, o psicólogo Ruy de Alencar Mattos Neto proferiu a palestra "O Gestor e a Excelência Institucional". O palestrante apontou o que considera os três principais desafios do dia-a-dia para o gestor público. Primeiramente, o desafio da cidadania, em função do cidadão ter ficado mais exigente com relação ao serviço público, sobretudo após a criação do Código de Defesa do Consumidor. Em segundo lugar, o da tecnologia, que para ser respondido exige-se qualidade e rapidez. Por último, a humanização do ambiente de trabalho. Para que isso ocorra é preciso administrar a rotina de modo a ter prazer com ela, o que tem a ver com o ambiente de trabalho.

O palestrante enfocou, ainda, a importância do trabalho em equipe e da democratização das instituições. Para que isso aconteça, salientou, é importante a substituição da estrutura da pirâmide burocrático-hierárquica, onde o poder é excessivamente verticalizado, pela de rede, na qual as decisões são cada vez mais atribuídas à base, o que já é uma forte tendência na administração moderna.

Lince 2000: agilidade no trâmite de documentos internos

Economia e facilidades no uso diário – essas são as principais qualidades do Lince 2000, a versão atualizada do sistema de acompanhamento de processos e documentos administrativos, lançado pela Secretaria de Informática (SIN) do Superior Tribunal de Justiça no dia 4 de agosto.

Segundo os analistas que desenvolveram o novo Lince, após a mudança dos sistemas utilizados pelo Tribunal do Windows 3.11 para a versão 98, o sistema tornou-se ultrapassado rapidamente. "O Lince começou a apresentar problemas de performance na recuperação de informações e consultas que demoravam muito tempo para serem concluídas". O desenvolvimento de um sistema mais ágil e fácil de ser utilizado tornou-se uma necessidade.

O Lince 2000 é muito semelhante ao correio eletrônico dos servidores do STJ, tendo caixa de entrada (recebimento) e de saída (remessa), o que vai facilitar, em muito, sua utilização. Além disso, os usuários não precisam se preocupar com os dados armazenados no antigo sistema, pois tudo foi adaptado à nova estrutura de dados.

Durante a palestra que apresentou o novo Lince, o secretário de Informática do STJ, Jorge Pessoa Loureiro, afirmou que "o usuário poderá localizar facilmente qualquer documento que esteja tramitando no STJ ou até mesmo que já tenha sido arquivado", inclusive com detalhes como número da pasta e do armário onde foi guardado. Loureiro também destacou que "o Lince 2000 vem, entre outras coisas, combater os possíveis problemas que o 'bug do milênio' poderia causar à versão anterior do sistema".

Secretário Loureiro durante apresentação do Lince 2000

Economia e Push

Economizar recursos também foi uma das preocupações dos analistas da SIN. A plataforma utilizada anteriormente foi substituída por outra, mais moderna e de menor custo para o STJ.

A nova versão acolheu uma das importantes sugestões dos servidores: um mesmo usuário, desde que autorizado, poderá acessar os documentos de mais de uma unidade. Este recurso é útil para quem tramita documentos de toda uma secretaria.

Além de todas as vantagens mencionadas, assim como no Sistema de Consultas ao Andamento Processual do STJ, também será implementado ao Lince 2000 o "Push", que permitirá aos seus usuários o acompanhamento de toda a movimentação dos processos administrativos no STJ - o que significa mais uma facilidade na localização dos documentos.

O Lince 2000 foi implantado definitivamente no dia 6 de setembro. Todos os servidores que utilizam o sistema devem ser cadastrados novamente.

STJ comemora o Dia dos Pais

Prêmios, palestras, homenagens e muitos sorrisos. Assim foi a sexta-feira 13 do Superior Tribunal de Justiça, em que os convidados, especialmente os homens, foram chamados a refletir sobre a tarefa de ser pai. O evento, organizado pela Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas e pela Secretaria de Recursos Humanos, foi montado ao ar livre e contou com a participação do músico, da própria Casa, Armínio Nogueira e sua filha Taiana, que testemunharam em palco um pouco do que deve ser uma relação pai e filho: uma perfeita harmonia.

Palestra do professor Fábio Coelho (abaixo) agrada autoridades e servidores do STJ

O presidente do STJ, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, pai de quatro filhos, abriu a cerimônia invocando a importância do Dia dos Pais, que para ele não se limita apenas ao segundo domingo de agosto. "É todos os dias do ano", acentuando a máxima de quem deseja ser homenageado sempre. Mas o escolhido mesmo para discorrer sobre a experiência paterna foi o ministro Costa Leite, que, além de também ser pai de quatro filhos, considera-se pai de dois netos. "Ser pai é participar do mistério da criação divina", disse: "Sua função é guiar os filhos por uma travessia".

A tarefa de chamar os pais à reflexão coube ao professor Fábio Coelho, um artista com mais de 20 anos de experiência na área de treinamento e desenvolvimento em Recursos Humanos. Após séculos de supremacia masculina em praticamente todas as esferas sociais, restaria ao homem, no próximo século, desvendar seu papel como pai. "Os modelos autoritários que se refletem da cama à Câmara, de que manda quem pode e obedece quem tem juízo já não serve mais", acentuou. O homem teria, assim, que descobrir novas formas de se posicionar frente ao sexo oposto, criar novas relações de trabalho e preencher o vazio dos filhos, causados pelas transformações da vida moderna.

A conclusão da palestra, como bem coloca o funcionário da 5ª Turma, Evilásio Cordeiro da Silva, pai de dois filhos, é de que a presença de um pai é insubstituível. Na sua opinião, é muito importante a presença paterna para impor limites aos filhos, principalmente frente a uma avalanche de programas da mídia, que dita às pessoas novas formas de comportamento. "Mas, o principal papel no próximo século é colocar a família nos trilhos", diz.

Dicas de Português

Regina Célia Amaral

Em uma coisa vocês devem estar em total acordo: não agüentam mais ouvir falar em concordância. Não se desesperem; esta coluna não tem a pretensão de virar "A hora do pesadelo XXX". Portanto, mantenham a calma; o assunto já está acabando!!

Adequar adjetivo, numeral, artigo ou pronome ao substantivo a que se refere em gênero e número. Isto é concordância nominal. Até aí tudo bem. Atenção em alguns casos. O adjetivo após dois ou mais substantivos é um deles: concorda com o mais próximo se referir-se apenas a ele (**A casa e o cavalo manco**), *fica no plural se aludir a todos (***Amor e respeito filiais***). Quanto ao gênero, sendo todos do mesmo, mantém-se a flexão (***Camisa e calça brancas***); se de diferentes, vai para o masculino (***Pai e mãe tristes***). Com o adjetivo na função de predicativo do sujeito ou do objeto ocorre a mesma coisa. No entanto, concorda com o mais próximo sempre que os substantivos forem sinônimos (***O furor e a raiva humana***), alinharem-se em gradação (***Uma palavra, uma atitude valiosa***) ou vierem antes dos substantivos – desde que não sejam nomes próprios, pois neste caso fica no plural (***Belas rosas e cravos/Os grandes Gil e Caetano***). Substantivo no plural pode vir seguido de dois ou mais adjetivos no singular desde que estes refiram-se a partes daquele substantivo (***Times brasileiro e argentino***).*

Cuidados *– Atenção às dúvidas: nunca ache que você está "quites" com as contas; pode descobrir que ainda falta o que pagar; pois quite (=desobrigado) varia em número (***Estão quites/Estou quite***). Igual cautela ao achar alguém leso: como varia em gênero e número, usá-lo invariável exprime tripla ofensa: à pessoa, à língua e a si próprio, que pode aparentar tal qualidade (***Menina lesa***). Só, se igual a sozinho, varia em número; se a somente, não muda (***Só eu vi que estamos sós***). Também são invariáveis a sós, salvo (=exceto) e alerta. Meio não varia se for advérbio modificando adjetivo (***Cor meio feia***); se for adjetivo mudando substantivo varia (***meia hora***). Cautela máxima com o sujeito do verbo ser: se não vier determinado, o adjetivo na função do predicativo permanece neutro (***Entrada é proibido***). No entanto, será regular quando o substantivo, na função de sujeito, vier determinado (***A entrada é proibida***).*

Essa é para as mulheres: meninas, por favor, *nunca digam "muito obrigado", por mais gratas que estejam. O sexo enganosamente frágil deve dizer "obrigada", "eu mesma", "eu própria". Já podem agradecer aos céus: o assunto acabou. Esperamos que as dúvidas também.*

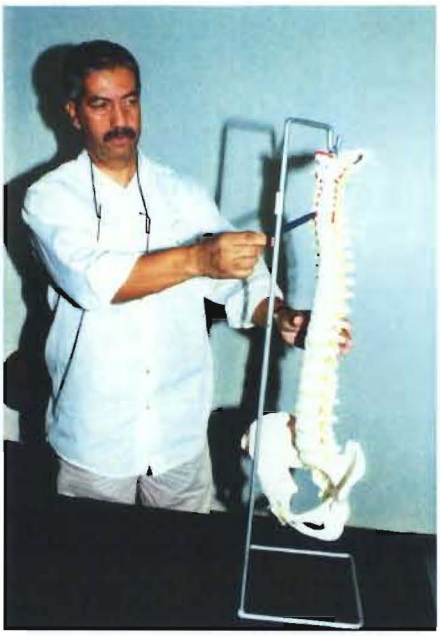
Prevenção é a chave

A tríade postura errada, vida sedentária e estresse é a principal causa dos problemas de coluna que, a cada dia, atingem mais pessoas. A cifose (postura corcunda), lordose (peito muito para frente e nádegas para trás) e a escoliose (postura voltada para um lado) são causadas, principalmente, pelo desequilíbrio muscular e a postura errada somados à falta de atividade física.

A correria do dia-a-dia, o trabalho em frente ao micro por muitas horas, a falta de tempo para os exercícios, tudo isso contribui para que, no futuro, o que era um simples incômodo se torne um problema mais sério. No ano passado, no Superior Tribunal de Justiça, cerca de quatro mil atendimentos foram realizados pela Seção de Assistência Fisioterápica, o que significa um aumento de 50%, em relação a 1997, quando o serviço foi disponibilizado. "Desse total, cerca de 70% são servidores com queixas de dor na coluna. A maioria prefere o atendimento daqui, pois, além de ser gratuito, está no local de trabalho, sendo mais fácil o acesso", destaca Gentil Domingues, chefe da Seção.

Segundo o fisioterapeuta, os principais problemas apresentados pelos servidores que procuram o serviço são: a lombalgia, dores na coluna, que afetam, principalmente, os funcionários que carregam muitos processos por dia ou ficam várias horas na mesma posição trabalhando com o computador; o entorse de tornozelo, que afeta, em sua maioria, quem usa salto muito alto ou quem não dispensa o jogo de bola no final de semana, e o torcicolo, quando o paciente tem dificuldades para movimentar o pescoço para o lado.

Atualmente, o serviço oferece, além da fisioterapia clássica, com aparelhos, o tratamento em grupo, carinhosamente chamado de "Escolinha da Postura", oportunidade em que os servidores podem tirar suas dúvidas e ser orientados sobre como prevenir e, se necessário, combater os problemas de coluna. "O atendimento em grupo é realizado todas as segundas e quartas, às 17h, com uma programação que inclui um vídeo com as posturas corretas e a necessidade de se praticar esporte e combater o estresse, e, no segundo encontro, o trabalho com ginástica de alongamento e fortalecimento muscular. Ao final, distribuímos um manual explicativo para que os servidores fixem as orientações recebidas. Os resultados desse trabalho têm sido bastante gratificantes. Em média, de um grupo de oito pessoas que participam dessas reuniões, 50% conseguem deixar o tratamento clássico (aparelhos e remédios)", relata o fisioterapeuta.



Domingues mostra os problemas da coluna

Para os casos mais sérios, que necessitam de uma orientação individual, a Fisioterapia utiliza a Reeducação Postural Global – RPG. "Ainda não podemos oferecer esse serviço a muitos pacientes, pois a demanda é grande e temos hoje dois fisioterapeutas atuando para atender todo o Tribunal", afirma Domingues.

ANIVERSARIANTES DO MÊS AGOSTO

01 - Sandra Isis dos Santos, Valéria Rita Conti da Costa, Ana Maria Dias Gomes, João Luiz Machado Simões; 02 - Vânia Maria Soares Rocha, Antônio Almada Albuquerque, Fernanda Dias Xavier, Paulo Roberto Lenzi, Jorge Ramos da Silva, Eduardo Aragão Matheus;03 - Andréa Carla Marques Bortolato; 04 - Waldomiro Pereira dos Santos, Sérgio de Lima Borges, Genilton de Carlos Pereira Leite, Fernando Celso Derzié Luz, Márcia Pereira Capelletto, Gil Luiz de Rezende, Carla Maria Braga e Souza Lima, Eleni Pereira de Oliveira; 05 - Ademir Divino de Moraes, Isabelle Spina Pitel, Cláudio dos Santos Rigueira; 06 - Paulo de Almeida Aguiar, Maria de Jesus Morais Spínola, Mauro Magarelli Filho, Roberto Ferreira Alves; 07 - Otino Bernardes Ferreira; 08 - Airton Coelho da Silva, Luiz Alberto da Silva Medeiros, Adriana Silva Mota,Joás de Santana Soares, Antônio Carlos de Medeiros, João Amâncio Barbosa; 09 - Adelia Cecília Menezes Naves, Márcia Ivanira Mesquita Dias, José de Assis Republicano, Maura de Faria Medeiros Tavares, Rita de Cássia Santos Gomes, Antônio Carlos de Souza Lima, Deusdeth Jardim da Silva, Elody Salazar Pereira de Oliveira Filha, José Teixeira Moura, Raimundo Garcia da Silva; 10 - Ivan Gomes Bonifácio, Suelene Rosa da Silva, Helton Marques de Oliveira, Odette de Souza Leite; 11 - Humberto Luis Alves de Souza, Christianne Lisboa Cordeiro, Vany Xavier Duarte, Karla Cristina Vargas, Simone Pinheiro Machado de Souza Fonsêca, Daniel Augusto Soares Winovski, Orlandi Alves de Melo; 12 - Marcela Brant de Moraes e Silva Alvarenga, Jaqueline Fernandes dos Santos, Maria Chirlei França Vale;13 - Genésio Aparecido de Melo, José Sérgio, Maria Luisa do Nascimento, Fátima Cristina dos Santos Silva do Planalto, Tânia Fonsêca Correia Vieira, Vanda Maria Fontenele Mourão; 14 - Clarindo Luiz de Souza Flauzina, João Francisco Costa Lima, Sabrina Maria Alves, Rosildo da Cruz Silva; 15 - Joel Ribeiro Sampaio de Arruda Câmara, Hamilton Ferreira de Souza, Francisco de Oliveira Vaz, Robson Lopes da Gama, Maria da Glória Résio Torres, Fabiana do Prado Bruck, Jacinto José Vieira, Joseli Alves Gondin; 16 - Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins, Mauro Cinosi, Maria Raimunda Mendes da Veiga; 17 - Lusia Araújo Silveira, Humberto José Pereira Batista, Nádia Simas Souza, Sandra Ribeiro de Moraes Leite, Sandro Reis, Sinésio Campos de Faria; 18 - Miguel Ângelo Barros da Silva, Clea Cabral, Adailton Ribeiro Silveira, Sandro de Morais Vieira, Jane Geralda Pinto Borges Corrêa, Sônia Maria Vitório Pereira, Selma Maria Costa Póvoa Araújo, Arézia Lessa Cabral, João Vicente da Silva, Ana Leila de Souza Gomes; 19 - Deusvaldo Fontes de Araújo, Nivaldino de Oliveira Soares, André Ricardo Lapetina Chiaratto; 20 - Salete Farias de Oliveira Soares, Maria de Fátima de Oliveira Braz, Eliza Maria Batista, Maria Amélia Bernardes Szzerwinsk Jurgeaitis, Dalva Krull Palma; 21 - Patrícia Helena Falquer Ribeiro, Carlos Alberto Ferreira Brandão, Eliana de Oliveira Santos, Rita de Cássia Alves Moreira, Maria Márcia e Silva Barbosa, Ana Lúcia Torres Soares Cavalcante, Williams Rodrigues Rocha; 22 - Selma Bandeira de Souza Winovski; 23 - Najla Bastos de Melo, Isabel Cristina de Souza da Silva, Hilmara Bastos Paredes, Manoel Leão de Matos Neto; 24 - Gleice Pires de Souza, Vânia Gonçalves Miranda, Stael Silveira Alves, Anamaria de Farias Teixeira Bueno, Kátia Gomes de Oliveira, Natália Maria Pinheiro Chaves, Bartolomeu Moreira Gualberto, Marlene Cosme da Silva, Tatiana de Azevedo Baena; 25 - Jussara Pontes da Cruz, Edson Queiroz Rocha, Paulo Roberto Ramos da Silva, Volney Alves Feitosa Silva; 26 - Jandira Siqueira Rodrigues de Moura, Helivan Rezende Campos, Maria do Socorro Leal de Castro, Francisco Carlos Alves Diniz , Margareth Araújo Carvalho, Silvana Machado Peres, 27 - Leila Maria Pedrosa Roggia; 28 - Livia Maria Santos Ribeiro, Ana Celeste Pereira Franco, Fernando Herculano do Nascimento; 29 - Robson Ferreira Rosa, Neila Alves Martins, José Ricardo Rodrigues da Silva; 30 - Ministro Felix Fischer, Rosalvo Pereira dos Santos, Sebastiana Alves de Oliveira, Gualberto Antônio Negredo, Suely Amaral Santos de Oliveira, Evaldo Padilha Bonfim, Ana Cristina Reis Krahl, Aristides Avelino Dionizio, Neide Pereira Machado, Marcos Antônio Belém Pontes; 31 - Eliana dos Santos Medeiros, Raimundo Nonato Furtado Santos e Márcio Barbosa Luciano.

PERFIL

Amanhã será um lindo dia!...

De uma vida errante pelos bares da vida para a de cantor evangélico. Da tirania das drogas para a liberdade nos braços de Jesus. É assim que Celso Pereira da Silva, ascensorista e cantor do Superior Tribunal de Justiça desde 1992, define a própria existência.

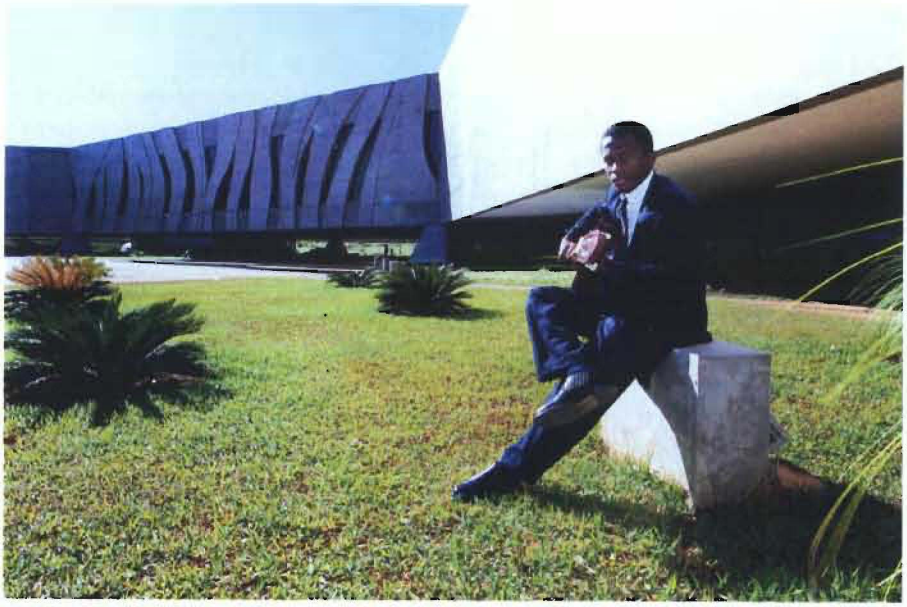
Mas os "altos e baixos" da vida começaram mais cedo na vida de Celso. Nascido há 28 anos em Tocantinópolis, hoje estado de Tocantins, e filho mais velho de uma família de 8 irmãos, perdeu o pai quando tinha apenas 8 anos. Aos 14, já estava no Pará, garimpando durante o dia e tocando em bailes à noite para ajudar a mãe. "Nunca chegamos a tirar um quilo de ouro", diz, com a simplicidade de quem já descobriu que a verdadeira riqueza não está embaixo da terra, mas muito acima dela, lá no Alto. No entanto, muitos carnavais se passaram até perceber isso.

Além da vida boêmia que levava como guitarrista da banda de rock "Os morenos", Celso consumia e vendia drogas para "os amigos". Poderia ser preso a qualquer momento, o que realmente aconteceu. Ironicamente, não por causa do tráfico. Estava com um amigo quando sofreu um assalto. Como só andava armado, reagiu, dando tiros no chão, depois de ser avisado pelo "amigo" que o revólver dos assaltantes era de brinquedo. Dois fugiram e o terceiro teve que "deixar" a calça, o cinto e o relógio para Celso. Quando a polícia chegou e viu a situação, levou-os para a delegacia. "Com a calça do outro na mão, não tive como me explicar", defende-se. Sendo primário e de bons antecedentes, saiu da prisão após 3 dias. A vida de drogas e a droga de vida continuou. Seu destino de bandido estava selado, então?

Talvez, se Alguém Lá em cima não tivesse outros planos.

A salvação, segundo ele, começaria a ocorrer em 1992, quando veio trabalhar no STJ. Foi aqui que conheceu o irmão que o levaria para tocar na Igreja, em 1994. Lá, Celso se comoveu profundamente com a música "Drogas matam" e abandona o vício. Após um ano na Igreja, surge a idéia de gravar. "Começou a inspiração divina para compor, o que eu nunca tinha feito", revela.

A música "Aceita Jesus" seria o ponto de partida. Dois anos depois, apesar das dificuldades financeiras, grava a primeira fita em Uberlândia. Resolveu não produzir o CD, por causa de erros técnicos. Já vendeu mais de 400 fitas, sendo 80 só no STJ. Entre os admiradores do trabalho de Celso, está o ministro José de Jesus, que tem a fita do cantor. As músicas "Tribunal" (letra abaixo) e "Volte", feita para um amigo que abandonou a Igreja, estão entre os sucessos. Como se não bastasse, acaba de assinar contrato para a gravação do segundo disco, que deverá ser lançado em novembro.



Celso Pereira da Silva compôs uma música em homenagem ao Tribunal

Casado, pai de dois filhos, Celso não precisa esquecer o passado para sentir esperança. Sabido, aprendeu com as dificuldades. Consciente, quer contar suas experiências no garimpo, com as drogas, na Igreja e na música para que outros não precisem percorrer o caminho cheio de espinhos pelos quais passou: "Sempre há saída. Deus é a saída", afirma, convicto e feliz.

Quem quiser uma cópia da fita, é só ligar para o ramal 7479 e fazer a solicitação.

Tribunal

Eu louvo ao Senhor todo dia
Não importa qual seja o lugar
Na estrada ou no carro
Ou mesmo dentro
Do grande Tribunal (Bis)
Eu louvo ao Senhor todo dia

Vamos todos meus irmãos
Para o meu Senhor marchar
Ele é a paz
E o caminho
A verdade e o amor
Eu louvo ao Senhor todo dia

PORTE PAGO
DR/BSB
PRT/BSB/06/068/95

Informe-se

Boletim Informativo do STJ - Ano III - Nº 6 Brasília, outubro/novembro/99

STJ empossa dois novos ministros

O Pleno do Superior Tribunal de Justiça empossou no último dia 27 de outubro dois novos ministros. Fátima Nancy Andrighi e Domingos Franciulli Netto, provenientes dos tribunais de Justiça do Distrito Federal e de São Paulo, respectivamente, foram nomeados para as vagas deixadas pelas aposentadorias dos ministros Luiz Vicente Cernicchiaro e Demócrito Reinaldo. Ambos comporão a 1ª Seção e 2ª Turma de julgamentos do STJ. *Pág. 3*

NESTA EDIÇÃO

Tribunal Penal Internacional em discussão
pág. 5

Assinado acordo sobre direitos humanos
págs. 6 e 7

Servidores recebem medalha
pág. 8

Presidente do STJ recebe baronesa do Conselho Britânico

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, recebeu a visita da baronesa Helena Kennedy, do Conselho Britânico.

Na oportunidade, o presidente do STJ ressaltou a importância do intercâmbio entre as cortes internacionais de justiça, citando a recente visita ao Brasil do presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Federação da Rússia, Viatcheslav Mikhailovitch Lebedev.

Pádua Ribeiro fez uma rápida explanação sobre a competência e funcionamento do Tribunal, bem como do Judiciário brasileiro.

Na rápida visita, a baronesa Helena Kennedy teve a oportunidade de conhecer as instalações da Corte, a exemplo do Pleno e do Museu.

Ministro Pádua Ribeiro e Baronesa Helena Kennedy no Pleno

Magistrados poloneses visitam o Tribunal

Presidente Pádua Ribeiro e Ministros da Casa recebem Presidente da Suprema Corte polonesa e comitiva

O presidente da Suprema Corte polonesa, Lech Gardocki, e uma comitiva de magistrados daquele país estiveram em visita oficial ao Brasil a convite do Superior Tribunal de Justiça.

Os poloneses ficaram impressionados com a arquitetura de Brasília e elogiaram o programa elaborado pelo Cerimonial do STJ, que incluiu visitas aos estados do Paraná e Rio de Janeiro com agenda variada.

Além de muita informação sobre a Justiça e o nosso país, Gardocki também levou na bagagem a promessa do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, de acelerar a votação de um projeto de isenção de impostos para produtos do comércio Brasil–Polônia, que está tramitando no Congresso Nacional.

Os poloneses, acompanhados pelo presidente do STJ, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, também se encontraram com o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, que explicou aos visitantes do Congresso Nacional: "Há muito mais significado em chegar aqui acompanhado pelo ministro presidente do STJ".

ACM comparou a importância do presidente da Suprema Corte da Polônia para o Judiciário de seu país com o papel ocupado por Pádua Ribeiro na Justiça do Brasil. Ajudado pelo presidente do STJ, o senador falou um pouco mais sobre a nossa Constituição. Ainda sobre o assunto, Pádua Ribeiro esclareceu que nossa Carta Magna é bem mais detalhista que a polonesa.

Todos concordaram com Gardock quando o magistrado polonês reforçou a idéia de que, apesar das diferenças, a Justiça é peça fundamental para a democracia em qualquer país do mundo.

Expediente

Boletim Informativo do Superior Tribunal de Justiça - Publicação mensal
Edição: Gabinete da Presidência
Assessoria de Imprensa

Endereço: SAFS Q. 06 Lote 01
Ed. Ministros I - Sala 305
70.095-900 - Brasília - DF
E-mail: imprensa@stj.gov.br
Telefone: (061) 319-6531/6537
Fax: (061) 319-6538

Assessor-Chefe: Viriato Gaspar
Assessores: Cecília Barroso, Deuza Lopes, Elaine Rocha, Joziel Brito e Simone Aragão.

Jornalista responsável: Deuza Lopes - MTB 1.578

Redação:
Catarina França, Deuza Lopes, Elaine Rocha, Joalcy Santos, Regina Célia Amaral, Rosângela Oliveira e Simone Aragão.
Estagiários:
Luciana Barbosa

Revisão: Regina Célia Amaral

Projeto gráfico e diagramação:
Taís Villela
Núcleo de Programação Visual/STJ

Fotografia: Élvio Gasparotto, Rodolfo Stuckert e Gustavo Lima

Impressão:
Seção de Reprografia e Encadernação

Dois novos ministros são empossados

No último dia 27, Fátima Nancy Andrighi e Domingos Franciulli Netto tomaram posse no Superior Tribunal de Justiça, nas vagas deixadas pelas aposentadorias dos ministros Luiz Vicente Cernicchiaro e Demócrito Ramos Reinaldo, ocorridas em agosto deste ano.

O Presidente Pádua Ribeiro, ladeado pelos recém-empossados Ministra Fátima Nancy Andrighi e Ministro Domingos Franciulli Netto

Aprovados por unanimidade na sabatina da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 29 de setembro e referendados pelo Plenário do Senado Federal no último dia 5, os dois vieram compor o STJ pelas vagas destinadas a desembargadores.

Segunda mulher a compor o Superior Tribunal de Justiça, Fátima Nancy Andrighi começou na Magistratura em seu estado natal, o Rio Grande do Sul, de onde saiu para concorrer ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, no primeiro concurso para juiz substituto daquele tribunal. É professora de Direito Processual Civil do curso de pós-graduação do Centro Universitário de Brasília – UniCeub e da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF; disciplina que leciona também nas Escolas Superiores da Magistratura do DF e de Advocacia da OAB. Secretária das Comissões de Reforma do Código de Processo Penal e de Reforma do Código de Processo Civil, tendo colaborado no trabalho de reforma do código processual civil de Moçambique, a ministra é grande defensora dos juizados especiais cíveis e criminais e de formas alternativas de solução de conflito. Foi eleita em lista tríplice para o STJ por duas vezes – a primeira foi no primeiro semestre deste ano, para a vaga do ministro Bueno de Souza.

Paulistano, Domingos Franciulli Netto começou sua carreira na magistratura em 1967, como juiz substituto em Marília (SP), chegando a desembargador do Tribunal de Justiça paulista em 1983, por merecimento, após passar pelas diversas etapas da magistratura. No magistério, lecionou Direito Civil, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP) e nas Faculdades Metropolitanas Unidas, e Direito Processual Civil, na Faculdade de Direito de Pinhal. Até ser empossado no STJ, o novo ministro atuava como membro do Conselho Supervisor dos Juizados Especiais de Pequenas Causas e conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo. Também pela segunda vez, integrou lista tríplice para o STJ – a primeira foi em 1996.

Sabatina

"Em todos os meus anos de magistratura, continuo com o idealismo dos primeiros dias". Com essa afirmação a ministra Fátima Nancy Andrighi, então desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, iniciou sua exposição na sabatina da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, ressaltando que "a função do juiz no mundo globalizado é a de pacificador social". Durante a sabatina, a desembargadora destacou ter três grandes preocupações: o excesso de processos que não permite ao juiz maior atenção a cada caso; a formação dos magistrados e a importância de se incentivar formas alternativas de solução dos conflitos.

"A Justiça deve ir aonde o povo ansiosamente a espera", afirmou Domingos Franciulli Netto, à época desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, iniciando sua exposição na CCJ, onde fez um levantamento sobre a crise do Judiciário, destacando as indenizações milionárias concedidas pela Justiça. Na ocasião, o ministro ressaltou o relatório final da deputada Zulaiê Cobra, na Comissão Especial sobre a Reforma do Judiciário, considerando o trabalho um grande avanço. Mas, no seu entender, não vai resolver, ainda, o problema da prestação jurisdicional, "que necessitaria de uma reforma mais ampla, em que se diminuísse o número de recursos".

Presidente do STJ visita Cortes Internacionais

Atendendo a convite, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, visitou, em outubro, as Cortes do Reino Unido da Grã-Bretanha, Irlanda do Norte, Escócia e França. O Ministro esteve, também nos Estados Unidos, para conhecer o sistema e a regulação dos mercados financeiros americanos.

No Reino Unido e na Irlanda do Norte, Pádua Ribeiro cumpriu longa agenda de encontros e audiências. Durante a visita, teve uma audiência com o Lord Irvine of Lairg, Lord Chancellor, autoridade máxima do Judiciário, em seu gabinete no Houses of Parliament. O Lord Chancellor é indicado pelo Primeiro-Ministro britânico e na qualidade de Presidente da Câmara dos Lordes, conduz todos os trabalhos da Comissão Judiciária e é responsável pela seleção dos juizes das principais cortes nos sistemas inglês, escocês e norte-irlandês.

Ministro Pádua Ribeiro em audiência com o Lord Chancellor, Lorde Irvine of Lairg

Audiência com o Primeiro-Presidente da Corte de Cassação da França, M. Guy Canivet e Drª Ivis Glória

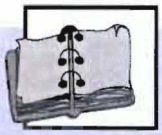
Em prosseguimento ao compromisso oficial, o presidente do STJ teve audiência com o Lord Chief Justice, Lord Bingham of Cornhill, presidente da Corte de Apelação da Inglaterra e País de Gales. O ministro conheceu o funcionamento das Cortes de Apelação e assistiu a alguns julgamentos, além de visitar o famoso prédio das Cortes Reais de Justiça, construção do século XIX, inaugurado pela Rainha Vitória.Pádua Ribeiro foi ao Home Office – Ministério do Interior- onde foi recebido por Anna Howard , John Glaze e Simon Hewett, da Unidade da Ação Contra Drogas e conheceu o programa inglês de combate ao consumo e ao tráfico de entorpecentes. Posteriormente, o ministro visitou a Law Society, equivalente à Ordem dos Advogados do Brasil.

Finalizando a passagem pela Grã-Bretanha e Irlanda, Pádua Ribeiro participou de um almoço com o embaixador Sérgio Silva do Amaral, na Embaixada brasileira.

Na Escócia, o ministro manteve audiência com Lord Cullen, o Lord Justice Clerck, e visitou as instalações do Parlamento e das Supremas Cortes daquele país. Encontrou-se, ainda, com o Advogado Geral da Escócia, Lord Hardie, e com professores da Faculdade de Direito da Universidade de Edimburgo.

França

Na última etapa da visita, o presidente do STJ esteve em audiência com o primeiro-presidente da Corte de Cassação da França, M. Guy Canivet, com quem trocaram informações sobre a estrutura e o funcionamento dos judiciários francês e brasileiro, bem como sobre as principais medidas para um judiciário mais acessível, célere e eficiente. Finalizando a visita, o Ministro visitou a Escola de Magistratura da França que está completando 40 anos de criação.



Agenda dos Ministros

Presidente do STJ preside seminário sobre juizados especiais

O presidente do STJ, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, presidiu o Seminário sobre os Juizados Especiais, promovido pelo TRF da 5ª Região, Recife (PE). Estiveram no evento o vice-presidente da República, Marco Maciel, o vice-presidente do STJ, ministro Costa Leite, o Coordenador-Geral da Justiça Federal, ministro Hélio Mosimann, o ministro Fontes de Alencar, presidente da comissão que elaborou o anteprojeto de criação dos juizados especiais na Justiça Federal, e os ministros Ruy Rosado de Aguiar, Humberto Gomes de Barros, Peçanha Martins, José Augusto Delgado, Gilson Dipp, Sálvio de Figueiredo, Hamilton Carvalhido , Jorge Scartezzini, Francisco Falcão e Fátima Nancy Andrighy, do Superior Tribunal de Justiça.

Ministro Menezes Direito fala sobre Direito Constitucional

O ministro Carlos Alberto Menezes Direito foi conferencista no Seminário de Direito Constitucional realizado em homenagem ao Sesquicentenário de Ruy Barbosa, que aconteceu no auditório da Escola de Magistratura do Rio de Janeiro. O ministro discorreu sobre o tema "Novas Perspectivas do Mandado de Segurança". *Participou também do II Congresso Brasiliense de Direito Constitucional, no dia 29, quando falou sobre* "Constituição de 1998: balanço e perspectivas. As reformas constitucionais".

Seminário Ruy Barbosa é encerrado pela ministra Eliana Calmon

Eliana Calmon participou de reunião no Instituto dos Advogados de São Paulo, no dia 29/10 sobre "**Reflexões sobre o Poder Judiciário**". *O seminário Ruy Barbosa, realizado nos dias 3 e 4, em Salvador, abriu o mês de novembro da ministra e discutiu vários assuntos da atualidade, tais como, biopirataria, união de homossexuais e meio-ambiente. Ela encerrou o evento falando sobre* "As gerações dos Direitos". *No dia 20, a ministra falou sobre* "A violência e a Justiça com Olhar de Gênero" *no encontro Mulheres no Exercício de Funções Públicas, em Curitiba.*

Tribunal Penal Internacional em debate

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, e o embaixador Luiz Felipe Seixas Corrêa, secretário-geral das Relações Exteriores, abriram em setembro o Seminário Internacional sobre o Tribunal Penal Internacional e a Constituição Brasileira, no auditório do STJ. Ao todo, foram 1.250 inscritos, entre magistrados, estudantes, advogados e operadores do Direito no Brasil e exterior.

Em seu discurso de abertura, o presidente do STJ disse que os participantes do seminário não eram apenas espectadores, mas construtores de um fato marcante para a história dos povos. "Somente com um órgão dessa natureza, capaz de solucionar controvérsias existentes entre Estados, com imparcialidade e sem considerar a imunidade dos indivíduos acusados, poderá ser proporcionada justiça a todos os povos", afirmou Pádua Ribeiro.

Os ministros Pádua Ribeiro e Hélio Mosimann, do STJ. Dr. José Gregori, Dr. Gilberto Sabóia, Dr. Ivan Canabrava, Drª Celina Assumpção e Dr. Seixas Corrêa ...

A conferência de abertura do evento, a cargo do embaixador Gilberto Vergne Sabóia, discorreu sobre a criação do Tribunal Penal Internacional, que objetiva lançar perspectivas de efetiva punição de responsáveis pela prática de genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e agressão.

Refugiados de guerra

A criação de mecanismos para o controle de crimes de guerra, contra a humanidade, entre outros, dominaram a primeira parte dos debates.

Segundo René Kosirnik, diretor adjunto para Direito Internacional e Comunicação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, atualmente existem cerca de 22 milhões de pessoas em todo o mundo sob o atendimento do Alto Comissariado da ONU. Essas pessoas em sua maioria são provenientes das recentes guerras da Bósnia, Kosovo, Timor Leste, entre outros. Do total, 13 milhões são compostos de refugiados e os demais são resultantes de conflitos internos e externos.

O representante da Organização das Nações Unidas, Hansjorg W. Strohmeyer, ressaltou que as normas internacionais estão sendo desrespeitadas pelos países em conflito. E cerca de 30 milhões de pessoas já foram deslocadas em decorrência dessas guerras. Strohmeyer acredita que, com a implantação do Tribunal Penal, os mandantes dos crimes têm que saber que não encontrarão apoio em outros países, como ocorre atualmente.

... abriram primeiro dia de debate sobre o TPI para auditório lotado

Palestrantes defendem criação do TPI

O Tribunal Penal Internacional é uma vitória para aqueles que acreditam na Justiça Internacional. Com essa afirmação o embaixador João Clemente Baena Soares, abriu sua palestra no Seminário.

Em seguida, falou o professor da Universidade de São Paulo, Guido Fernando Silva Soares. Ele iniciou sua palestra questionando o que os participantes estariam fazendo o Seminário Internacional e concluiu afirmando: estamos fazendo o que deveria fazer o Conselho da República, dando uma opinião sobre a necessidade da participação do Brasil no tratado internacional. Afirmou, ainda, que o STJ tem se notabilizado pela defesa dos direitos humanos.

O painel, presidido pelo deputado federal Antônio Carlos Pannunzio, teve como tema Imunidades de Jurisdição e Foro por Prerrogativas de Função. Participaram também o secretário-executivo da ILANUD, Oscar Vilhena Vieira, e o professor da Universidade de Brasília, Ronaldo Rebello de Britto Poletti.

Ministro Costa Leite encerra seminário

"Foi um profundo e célere exercício de reflexão orientado pelas melhores inteligências no assunto". Com essas palavras, o vice–presidente do STJ, ministro Costa Leite, encerrou o Seminário sobre o Tribunal Penal Internacional e a Constituição Brasileira que aconteceu no auditório do STJ entre os dias 29 de setembro e 1º de outubro.

Na última exposição, o juiz da Corte Internacional de Justiça, Haia–Holanda, Francisco Rezek enfatizou a importância de o Brasil ocupar posição ativa com relação à questão do Tribunal. Defendeu ainda a possibilidade de se adequar nossa Constituição às novas necessidades do cenário internacional.

As professoras Cláudia Perrone Moisés, da USP, e Flávia Piovesan, da PUC–SP, também participaram do painel tratando do Princípio da Complementaridade e Soberania.

STJ e Secretaria de Direitos Humanos na luta pelo respeito às pessoas

Acordo de Cooperação entre os dois Poderes pretende desenvolver opções para a proteção dos Direitos Humanos

"Somos a flecha que apontará para um futuro melhor com a internacionalização dos direitos humanos". Com essas palavras, o vice–presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Costa Leite, abriu o *workshop* "A Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Brasil", realizado nos dias 7 e 8 de outubro, no auditório do Tribunal.

O objetivo do evento era debater a respeito do funcionamento e implicações jurídicas do Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos, do qual o Brasil faz parte desde que adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, de 1948.

Secretário de Direitos Humanos, Dr. José Gregori (dir), Vice-Presidente da República, Marco Maciel, e o Vice-Presidente do STJ, Ministro Costa Leite.

O encontro contou com a participação de ministros do STJ, presidentes de Tribunais de Justiça de todo o país, juristas com reconhecimento internacional, além de integrantes do Ministério Público, secretários de Segurança Pública de diversos estados, diplomatas e profissionais ligados à área.

Os debates chegaram em boa hora, pois o Brasil já pode ser condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) desde que reconheceu sua competência em dezembro do ano passado. Com isso, cerca de 45 processos brasileiros que envolvem violações graves como o massacre da Candelária, no Rio de Janeiro, de Carandiru, em São Paulo, e de Eldorado dos Carajás, no Pará, passaram a merecer atenção especial por parte da Corte.

Parceria entre Poderes

O ministro da Justiça, José Carlos Dias, presente à abertura, elogiou a iniciativa: "Acho admirável que esta grande parceria (STJ - Ministério da Justiça) se instale, demonstrando a todo o continente americano a presença do Judiciário e do Executivo construindo, juntos, a independência e harmonia de Poderes". O Legislativo também não ficou de fora da discussão. Apesar de não poder comparecer, o ex-deputado Hélio Bicudo foi representado pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Nilmário Miranda, do PT de Minas Gerais.

Miranda afirmou que nunca existiu respeito aos direitos humanos no Brasil, lembrando o genocídio praticado contra os índios pelos portugueses, a escravização de negros africanos e as torturas praticadas durante as duas ditaduras deste século. Defendeu a criação do Tribunal Penal Internacional, que, segundo ele, irá concretizar os estatutos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Etério Ramos Galvão, concordou e aproveitou para criticar: "As discussões sobre proteção dos direitos humanos só esquentaram nos últimos anos porque a elite passou a ser incomodada dentro de suas muralhas. Antes eram só os filhos do povo. Quem se arriscaria por eles?", questionou. Ele acredita que o respeito aos direitos humanos só será possível com o retorno à ética e à espiritualidade.

Ao falar sobre o programa nacional de combate à violência contra a pessoa, o secretário de Estado de Direitos Humanos, José Gregori, afirmou que depois de aderir a diversos tratados e organismos internacionais que geram, promovem e fiscalizam a proteção dos direitos humanos, o Brasil deve lutar para a implantação mais rápida possível do Tribunal Penal Internacional, que facilitará a resolução de problemas como narcotráfico, crime organizado e discriminação racial.

Tratados X Constituição

"É necessário que o juiz brasileiro veja nos tratados internacionais normas imperativas, principalmente no que se refere à liberdade humana", defendeu o ministro Vicente Leal, do Superior Tribunal de Justiça.

A opinião foi compartilhada pela juíza Sylvia Helena Steiner, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, ao criticar a formação privatista dos magistrados, que acaba gerando dificuldades para lidar com direitos individuais, quando o Judiciário é o principal guardião dessas garantias.

Para o senador Hugo Napoleão, a Constituição consagra princípios importantes de direitos humanos, mas as leis demoram demais a serem implementadas.

Além de explicar as funções consultiva e contenciosa e mencionar a jurisprudência sobre assuntos que vão desde a liberdade de expressão à responsabilidade individual num crime internacional, o presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Antônio Augusto Cançado Trindade afirmou que vai lutar para que o cidadão tenha cada vez mais acesso direto à instituição. "Se o indivíduo é a vítima da violência e é ele quem vai receber a reparação, porque deveria haver intermediários na hora de explicar o caso à Corte?", questionou. Ninguém pareceu discordar.

Senador Hugo Napoleão e o Ministro Vicente Leal

Senador Hugo Napoleão, Dra. Flávia Piovesan, Juíza Sylvia Steiner, Dep. Nilmário Miranda, des. Márcio Bonilha, des. Oto Sponholz, Dr. Marco Antônio Teixeira e des. Etério Galvão Filho debateram no 2º dia

"O Brasil chega ao século XXI dotado de mecanismos jurídicos para proteger os direitos humanos e promover a construção de uma sociedade mais justa e fraterna". A conclusão foi do embaixador Luís Felipe Seixas Correa, secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores. O embaixador alertou, no entanto, que o respeito aos direitos humanos no Brasil não depende apenas da criação e aplicação de leis, mas da melhoria nas condições sociais, principais causadoras de conflitos e atentados contra as pessoas.

O vice-presidente da República, Marco Maciel, participou do encerramento do encontro, testemunhando a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e o STJ. O objetivo é desenvolver diversas ações conjuntas na tentativa de evitar condenações do Brasil pelos tribunais internacionais.

O *workshop*, aberto ao público e com fornecimento de certificados de participação, foi uma realização conjunta do STJ/Conselho da Justiça Federal e da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, com o apoio da Organização dos Estados Americanos, Ministério das Relações Exteriores e Escola Nacional da Magistratura.

STJ comemora Dia do Servidor

Durante a semana de 25 a 29 de outubro, o Superior Tribunal de Justiça comemorou o Dia do Servidor Público. Dando início às festividades, o presidente do STJ, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, homenageou os funcionários da Casa e do Conselho da Justiça Federal, a exemplo do ano passado, com a entrega da Medalha do Mérito do Servidor Judiciário.

Ao presentear os servidores indicados pelos colegas de trabalho, Pádua Ribeiro destacou que a medalha, instituída em sua gestão, "é o reconhecimento do Tribunal pela competência, seriedade, dedicação e sentimento de humanidade com que os servidores executam as suas tarefas em prol da coletividade". Ao todo, foram homenageados 71 funcionários do STJ e 16 do CJF (veja listagem).

Ministro Pádua Ribeiro entrega medalha a Antonio Sampaio Rocha

Praça do Servidor

Além da entrega da Medalha do Mérito Judiciário, os funcionários puderam assistir a várias apresentações artísticas, entre elas, o Coro Feminino de Brasília e a Banda Marcial do Corpo de Bombeiros Militar do DF.

Mas o grande presente do STJ aos seus servidores foi a Praça do Servidor, inaugurada pelo presidente do Tribunal, no dia 25. A Praça é um espaço onde, quinzenalmente, os próprios servidores e artistas de modo geral poderão apresentar seus talentos em *happy hours*, ou seja, momentos descontração no próprio trabalho.

E a idéia da Praça do Servidor foi realmente aprovada. Um grande número de servidores foi ao local, no térreo do Edifício da Administração, no dia 29, quando a banda "Rock na Corte", que tem alguns integrantes da Casa, e outros artistas apresentaram-se no primeiro *happy hour* do STJ.

Ministro Presidente Antônio de Pádua Ribeiro e Ministro Hélio Mosimann, Coordenador do CJF, descerram a placa da Praça do Servidor.

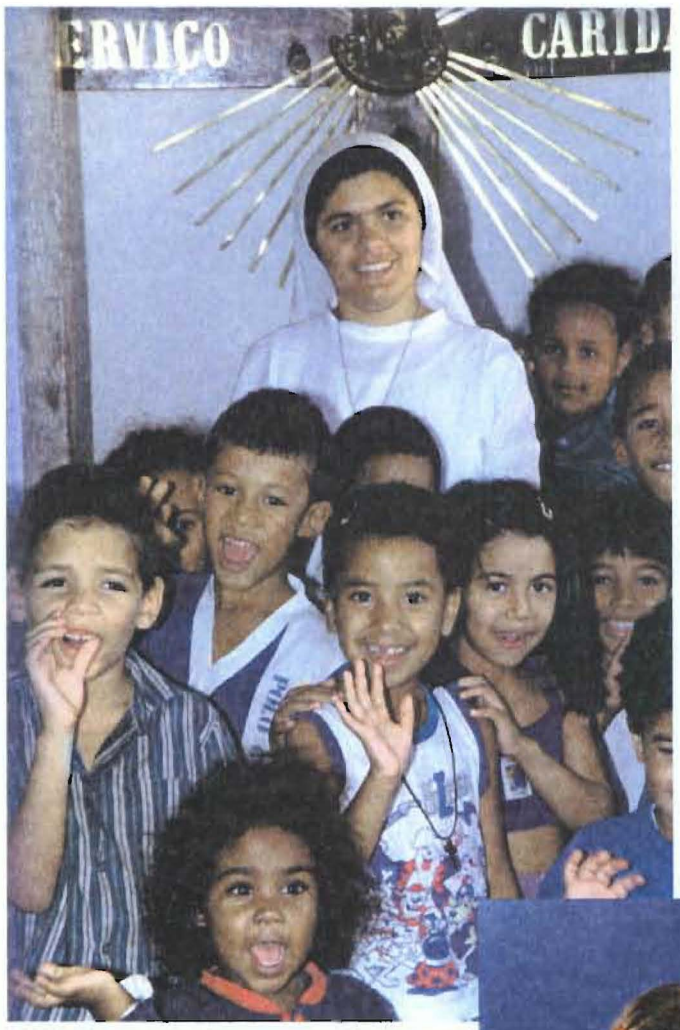
Servidores do STJ

Alberto Ramos da Silva
Ana Maria Manera
Anderson dos Santos Almeida
André Anderson de Oliveira Barbosa
Antônio Pádua de Figueiredo
Antônio Sampaio Rocha
Antônio Serafim de Oliveira
Arilene de Oliveira Freire
Carlos José dos Santos
Carlos Ribamar de Castro Ferreira
Celso Rodrigues da Costa
Christiane da Silva Cavalcante Navarro
Cícero Celso de Souza
Corina Francisca Lima e Silva
Cristina Garcia Guerra Barbosa
Deisemar Moraes Rauber
Deusvaldo Fontes de Araújo
Divina Aparecida de Mendonça Torres
Edivaldo Alves de Melo
Edson Alves dos Santos
Edson Tsuboi
Elaine de Almeida Rocha
Eliane Rezende Medeiros Ventura
Ernani Luiz Oliveira Freitas
Evaldo Neves Nogueira
Evilásio Cordeiro da Silva
Expedito Lopes
Gil Luiz de Rezende
Heleno Francisco de Menezes
Jacinto José Vieira
Jadir da Fonseca Camargos
José Ângelo de Matos
José Luiz Cunha Abreu
José Mendes Filho
José Pereira dos Santos
Jozilene de Souza Fonseca
Júlio Cezar Voga da Silva
Kátia Regina Barbosa Cundari de Araújo
Lilian Sadako Ogassawara Taira
Lúcia Helena Canfield Pereira
Lúcia Maria Silva Tramm
Luiz Carlos de Menezes
Márcia Ivanira Mesquita Dias
Marconio Macedo Diniz
Marcos Costa Cezário
Maria Cleide Neves Meira
Maria de Fátima Chagas Gomes Nery
Maria de Fátima Guedes
Maria do Socorro Medeiros Ramos
Maria Helena Pereira
Maria Lorêdo da Silva Filha
Marilzi do Rocio Capelini Kirchner
Marlon Dourado
Milton Costa de Arruda
Míriam Dalva Lima Martins
Odilon de Souza e Silva
Otino Bernardes Ferreira
Paulo Cezar da Silva
Paulo Humberto Oliveira Silva
Paulo Rodrigues da Silveira
Raimundo Neto de Miranda
Rodrigo Luís Duarte Campos
Roilson Tavares de Araújo
Rosalina Márcia Gomes
Sandra Maria Vilela de Souza
Sílvio Gabriel da Silva
Sônia Guimarães da Silva Damasceno
Tereza Maria de Carvalho Braga
Terezinha Ferreira Araújo das Graças
Tiago Saddi Domingues
Vilma Pereira de Araújo Lima

Servidores do CJF

José Anderson da Silva Reis
Hercílio Luiz Tavares Júnior
Angélica da Mota Ayres Rodrigues
Sandra Maria dos Santos Silva
Deyst Deyter Ferreira de Carvalho Caldas
Irani Ferreira de Souza
José Milton Severino Botelho
Jonas Lima dos Santos
Denise Guimarães Tângari
Imavanda Bezerra de Sousa
Maria do Socorro Sousa Barbosa
Raimunda Mendes de Sá
Paulo Martins Inocêncio
Luiz Carlos Silva Alves
Maria das Graças Barreto de Mato
Maria Selma Torres da Silva

Natal da Criança Esperança



Crianças da Creche Materno Infantil da Sagrada Face de Jesus Cristo e da Favela Onoyama receberão brinquedos na confraternização de Natal dos servidores do Tribunal, no dia 16 de dezembro

Brasília é uma cidade de contrastes. A sede do Poder Central é vizinha à miséria. Preocupados com esta dura realidade, os servidores do STJ resolveram dar o exemplo neste natal e fazer uma comemoração bem diferente daquelas importadas dos gélidos países nórdicos. A idéia é aproximar as estruturas frias de concreto da Capital da República e a população, que habita ao redor.

Com esta visão e inspirada no espírito da campanha Criança Esperança, a Drª Ivis Glória Lopes Guimarães Pádua Ribeiro teve a iniciativa, juntamente com os demais servidores, de fazer a alegria de centenas de crianças carentes do Distrito Federal e Entorno com uma festa de confraternização que será realizada nas instalações do prédio do STJ, no dia 16 de dezembro, com patrocínio da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB e dos próprios servidores.

Neste sentido, já foi lançada em novembro, uma campanha para arrecadar brinquedos que serão distribuídos, durante o evento, para esses meninos e meninas que, juntamente com os filhos presépio vivo.

Uma das instituições beneficiadas pelo gesto de solidariedade é a Creche Materno Infantil da Sagrada Face de Jesus Cristo, localizada no Parque Mingone II, em Luziânia, que abriga 90 crianças. São meninos, filhos de pais com enfermidades graves, mães solteiras e órfãos. Algumas refeições completas, roupas, calçados, material escolar, orientação e cuidados com a higiene e saúde. Também há atividades pedagógicas e de convívio social. Muitos dos serviços são prestados por voluntários com conhecimentos nas áreas de pedagogia, enfermagem, medicina e odontologia.

Para a coordenadora da campanha, Drª Ivis Glória Lopes Guimarães de Pádua Ribeiro, a idéia, é humanizar as toneladas de concreto armado que formam as instalações do prédio e escondem iniciativas de cidadania e solidariedade, desconhecidas do público em geral. "Outros órgãos deveriam seguir esse exemplo", concluiu Ivis Glória.

Foto símbolo da Campanha de Arrecadação de Brinquedos

Onoyama

A favela Onoyama, na cidade–satélite de Taguatinga, também será beneficiada. É lá onde moram as outras crianças que irão conhecer um pouco mais do STJ. A Sociedade de Divulgação Espírita Auta de Souza é a responsável pelos menores, mas também desenvolve trabalhos com moradores de Samambaia, Ceilândia e da comunidade do Areal. A sociedade realiza uma atividade similar à da creche Sagrada Face, mas dá assistência ainda às mães solteiras, cuidando das jovens desde a gravidez até o sexto mês de vida do bebê, quando são recolocadas em um emprego com a ajuda da instituição.

As doações para a campanha podem ser feitas nas Coordenadorias de Turmas e Seções e Secretarias do STJ. Qualquer pessoa pode fazer sua contribuição com brinquedos. Valores financeiros só serão aceitos mediante doação direta às instituições para o custeio de suas atividades.

STJ e BB firmam acordo para projeto de qualidade

A Qualidade na prestação dos serviços à sociedade brasileira continua sendo prioridade no Superior Tribunal de Justiça. No dia 29 de setembro, o presidente da Corte, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, recebeu representantes do Grupo de Qualidade do Banco do Brasil. Na oportunidade, o STJ firmou contrato de parceira técnica com o Banco para o desenvolvimento do Programa de Qualidade do Tribunal baseado na Norma ISO 9002.

Ao falar da importância da parceira, Pádua Ribeiro lembrou uma das maiores preocupações de sua gestão – a qualidade e a celeridade dos trabalhos judiciários. O ministro destacou ações desenvolvidas com esse objetivo, como a implantação do Diário da Justiça eletrônico e o acordo da Rede de Alta Velocidade, assinado no início do ano com os Tribunais Regionais Federais, Ministério da Fazenda, Advocacia-Geral da União, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Caixa Econômica Federal e Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

O diretor da Unidade de Negócios do Banco do Brasil com o Governo, Ricardo Alves da Conceição, ressaltou o crescimento do Banco desde a implantação do seu programa de qualidade. Conceição destacou que o contrato é o primeiro de parceria técnica da instituição na área de qualidade.

Ministro Pádua Ribeiro(c) ladeado pelo Diretor-Geral, Miguel A. de Campos, Dr. Ricardo Alves da Conceição e assessores

O acordo firmado dará continuidade ao trabalho iniciado pelo Núcleo de Qualidade do STJ em março deste ano. O Grupo pretende implantar a Norma ISO 9002 nas atividades de autuação, classificação e distribuição de processos originários, realizadas pela Secretaria Judiciária. Com esse objetivo, inclusive, foi formada uma equipe de multiplicadores nas áreas de Administração e Finanças, Informática, Recursos Humanos, Assessoria Técnica e Judiciária.

Dicas de Português

Regina Célia Amaral

Nós falamos tanto em gênero na última edição, que resolvemos fazer gênero com o assunto.

Comecemos pelo óbvio, no caso: o substantivo pode ser masculino e feminino. Normalmente, o feminino é marcado pela terminação **a**, e o masculino pela ausência dela – infelizmente, a nossa língua não é das mais obedientes. É aí que entram as exceções e as diversas terminações das palavras que determinam sua flexão – ou a falta dela.

Fazem feminino em **a** as palavras terminadas em **or** (credor/credora), **es** (freguês/ freguesa), **z** (juiz/juíza), e **e** (presidente/presidenta). Terminação em **ão** flexiona com **oa**, **ona** e **ã**. Muitos femininos são marcados pelos sufixos **isa** (poeta/poetisa), **esa** (cônsul/ consulesa) e **essa** (conde/condessa). Essas formações, contudo, não têm uma rigorosa regularidade e muitas palavras flexionam de forma variada (judeu/judia; czar/czarina; pardal/pardaloca, pardaleja).

Alguns precisam do artigo para definir o gênero – são os comuns-de-dois (o/a pianista, o/a viajante); outros precisam dos adjetivos macho ou fêmea para distingui-los, são os epicenos: até hoje não vimos uma jacaroa, um borboleto ou um onço, não é mesmo? Mas, pasme!, javali e cupim, não são epicenos – suas fêmeas são gironda e arará, respectivamente.

Há aqueles, como a testemunha, a criança, o cônjuge, que não apresentam distinção entre os gêneros: são os sobrecomuns; outros são exclusivamente masculinos ou femininos (a guaraná, a alface, a aguardente). Mas cuidado: muitos usam alguns substantivos invariáveis quando, na verdade, existe, sim, o seu feminino. Por isso, não se atreva a chamar aquela mulher que vive a lhe passar a perna de **patife**; se não der para manter a compostura e evitar xingá-la, chame-a de patifa – pode não ser educado nem bonito, mas é o correto. Outro caso é **hóspede**: mesmo que você acabe parecendo um péssimo anfitrião, o certo é tratar bem a sua hóspeda.

Atenção! Mula não é epiceno, é feminino de mulo. O feminino de folião não é foliã, e, sim, foliona. Para concluir, deixamos umas flexões curiosas e pouco comuns de presente (de grego) para vocês: pigmeu/ pigméia, faisão/faisoa, rajá/rani, sandeu(=tolo)/sandia, papa/papisa, melro/mélroa, beirão/beiroa.

E não esqueçam: na dúvida, pesquisem . Afinal, dicionário foi feito para isso mesmo!

ANIVERSARIANTES DO MÊS OUTUBRO

01 – André Veras Guimarães, José Carlos Rodrigues Silva, Antonio Araújo Costa, ***Ministro Gilson Langaro Dipp****, Victória Regina Tigre Maia, Juscelino Vieira Cruz, Ana Cristina Carneiro Madeira, Sirley Aparecida Barbosa dos Santos, Renato Nery Lima Carvalho, Janaina Vieira Fraga Castro,*

02 - Paulo Sérgio Silva Sampaio, Elves Pereira Ramos, José Roberto Queiroga Ferreira,

03 – Carlos Henrique Vieira Teixeira, Francisco Pinheiro Maués, Terezinha de Jesus Araujo Sousa, Anita Essinger Toledo, Ana Santana Ferreira Evangelista, Mariana Pinheiro Galvão, José Pereira dos Santos, Eduardo Alves Batista, Raimundo Avelino Sobrinho, Marta Lúcia da Silva Nunes, Marta Maria Costa Coury,

04 – César Roberto Pinto Maciel, ***Ministro Jacy Garcia Vieira****, Silvia de Jesus Coelho, Osiel do Tocantins Brandão,*

05 - Glauce Tabet, Alexandre Barbosa da Conceição, Samuel Siqueira, Cidele de Cássia Martins,

06 – Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria, Marco Aurélio Batista, Paulo Germano Rodrigues, Maria do Monte Carmelo Oliveira,

07 – Patrícia Pereira Freire, Ana Maria Mendonça Ferreira de Souza, Cláudia Maria Lopes Dantas, Franklin Bernardo da Silva,

08 – Paulo Roberto dos Santos, Altair Roberto de Lima, Acrismélia Xavier Bezerra, Hivaldo Conceição de Azevedo,

09 – Hilmar Castelo Branco Rapôso Filho, Vilma Pereira de Araújo Lima, Washington Ribeiro Cardoso, Aldemir Soares Mangabeira Júnior,

10 - Wagna Pereira Santos, Vânia Gomes dos Santos Moreira, Cláudia Maria da Silva, Ricardo Dantas Pereira, Vagner Francisco Leite de Oliveira, Maria Eunice Bezerra, Marizete Ribeiro de Souza Santos, Arnaldo Ferreira Lima, Perpétua Fortes Sampaio Vaz, Soeni Maria Leite, Evanildo dos Santos, Francisco Dailton Soares,

11 – ***Ministro Ari Pargendler,*** *Carlos Pires de Lima , Cláudio Ribeiro Cavalcante, Ney Menezes Oliveira Filho, Maivê Eliane Domingues Massera, Luís Otávio Gouveia, José Gomes da Silva,*

12 – Flávio Carlos Snel de Oliveira, Pedro Aldo de Oliveira Bezerra, Gisele de Guimarães Souto e Mota, Renato Dantas de Holanda Cavalcanti, Elton Fabian Vieira da Silva, Odimary Araujo Costa Reis Silva, Anderson Aguiar Drumond, Eronildes Alcântara Lima Almeida, Liana Maria Fonseca Ferreira Paz Rebua, Vicente de Paula Pereira Batista,

13 – Lauro Rocha Reis, Edivaldo Alves de Melo, Edilene Andrade Pires Ribeiro, Israel Alves da Silva, Itaura Alves de Oliveira, Umberto Ribeiro de Azevedo Júnior, Dagoberto Pinto,

14 - Maria Beatriz Moura de Sá França, Alberto Pereira Almeida, Edson Alves Lacerda,

15 – Maria da Glória Santos Martins, Aroldo da Silva Ramos, Juarez Santos de Lima, Luís Antonio Ferreira Silva,

16 – Geraldina Leite Pereira da Silva, Wanderley Carlos de Freitas, Almerindo Honorato de Amorim, Maria Miriam Saturnino de Paiva, Massami Honda,

17 – Márcia Aparecida de Cerqueira, Newton Petit Lobão, Renata de Lima Carneiro, Márcia Goulart Milán Yamaguti, Maria Leonor Menezes Ribeiro, Cléstenes Araújo Antunes, Rita de Cássio Frazão, Rita Maria Curvina Luz,

18 - Judite Barros Matos, Lara Botelho Neiva da Cunha, Inez Regina da Cunha Reis, Caroline Claves Barreto, ***Ministro Hélio de Melo Mossimann,*** *Maria Matilde de Souza, Nélio Carlos de Araújo Santos, Leonardo da Silva Oliveira, Lúcia Maria da Silva Tramm, Luís Sérgio Borges Machado,*

19 - Pedro Freitas Viana, Áurea Martins de Souza Ferreira,

20 – Josefa Vilma dos Santos, Célio Pereira de Souza, Rita de Cássia Gomes da Costa dos Santos,

21 – Maria Deuza Lopes de Oliveira, Débora Regina Silva Souza, Romildo Luiz Langamer, Cláudia Monica Sant'anna Basso, Maria Fernanda Leite Born, João Alves Barbosa, Ivan Marques Simões, Beatriz Cunha Pereira, Beatriz Gomes de Oliveira, Názara Oliveira Sales,

22 – Roberto de Morais, Dayse Ramos de Oliveira, Edmilson Lima Moura Filho, João Batista Ferreira da Silva, Rossele Silveira Curado, ***Ministro Antônio de Pádua Ribeiro,*** *Rosalina Márcia Gomes, Elenival Assunção do Nascimento, Carlos Alberto da Cruz Santos, Regina Célia Rocha, Goretti Gomes da Silva, João Batista Gonçalves da Silva, Maria Rodrigues da Silva, Hélio Gonçalves da Silva,*

23 – Maria do Socorro Brasil da Silva, Benedito José da Silva, Maria Alves Satas, Luiz Carlos Santos de Alencar, Ailton Menezes, André Luiz Nogueira Faria,

24 – Frederico Carlos Cordeiro Simões, Valéria Rodrigues Soares, Nádia Cristina de Campos e Silva Perrú, Valéria de Fátima Melo, Sinésio Taumaturgo Matos Filho,

25 – Joziel Brito de Barros,

26 – Simone Freitas de Almeida, Geraldo Lemos Filho, André Luiz Noleto Pinto, Tânia Maria de Oliveira, Rosalvo Delfino do Nascimento Filho,

27 – Juliana Ferreira de Souza, Júlio Cézar Voga da Silva, Leonardo Ribeiro Guimarães Monteiro,

28 – Dinah Neves Pereira, ***Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho,*** *Sandra Nascimento de Abreu, Gilberto Fernandes Martins, Scheila Márcia de Aguilar Schelb,*

29 – Orêmio César de Mello, Leila de Souza Resende, Iris Aparecida Marques Braga, Karla Andréa Meira Morgado,

30 – Maria Auxiliadora Ramalho da Rocha Soato, Bárdia Tupy Vieira Fonseca, Joselito de Souza Prado, Maria Mônica Valério da Costa Leite, Lídia Maria Leite da Costa de Faria, Divina Maria de Souza Fontenele, Delmo Guedes Souza, Inês Goreti de Araújo Dias, Ana Maria Vieira de Souza, Artur Manoel de Carvalho Nunes,

31 – José Borel da Motta, Maria Aparecida Caixeta de Bezerra.

SIS lança grupo de controle alimentar

A Seção de Assistência Nutricional do Superior Tribunal de Justiça lançou, no mês de setembro, o primeiro Grupo de Controle de Peso e Educação Alimentar, composto por 32 servidores da Corte. Ao iniciar a primeira reunião do grupo, o secretário de Serviços Integrados de Saúde do Tribunal, Bonfim Abrahão Tobias, falou sobre os perigos da obesidade, que pode elevar a pressão arterial e, em determinados casos, até causar o infarto.

Com base em um questionário respondido por cada participante, o chefe da Seção de Assistência Nutricional, Aldemir Soares Mangabeira Júnior, elaborou um manual individualizado com recomendações básicas, que vão desde a alimentação diária (café da manhã, almoço, lanches e jantar), conselhos sobre os alimentos que devam ser preferidos ou evitados até a importância da prática diária de exercícios. "Nossa intenção é oferecer aos participantes, durante os quatro meses previstos para duração do grupo, cardápios exeqüíveis às possibilidades e ritmo de vida de cada um, onde sejam relevados fatores costumeiramente desprezados. Atuar diferenciadamente com aqueles que tenham maior necessidade de perda de peso ou controle de composição sangüínea e de outra com os que estejam com leve sobrepeso", destaca o nutricionista.

As reuniões do grupo são realizadas quinzenalmente. Em todos os encontros, os participantes passam pelo exame de bioimpedância. Cada servidor sobe à balança especial informando apenas a altura e, em poucos segundos, fica sabendo seu peso real e as quantidades de massa magra (músculo), massa gorda (a temida gordura) e água do seu corpo. "A avaliação física com o aparelho de bioimpedância permite que, a cada encontro, seja monitorada a composição corporal para que a dieta caminhe de forma efetiva às necessidades calóricas de cada um e se evite o temível efeito sanfona, caracterizado pela queda do peso seguida de aumento em maior intensidade que o do início da dieta", explica Mangabeira Júnior.

A respeito da criação do Grupo de Controle de Peso, o nutricionista destacou a necessidade do trabalho, constatada em consultório, lembrando também que o trabalho em grupo é um fator de motivação para todos os participantes. "Entendemos que o ajuste da alimentação envolve o que se compra no supermercado, a vida social que se leva e obviamente o estado emocional. Já a perda de peso envolve ainda o ritmo de vida e a disposição para prática de alguma atividade física. Não há proposta milagrosa, como a maioria gostaria que houvesse, mas nos dispomos a oferecer o apoio e a orientação para o alcance do objetivo".

PERFIL

Do STJ para o Brasil

Propiciar divertimento às pessoas que gostam de música sertaneja é o principal objetivo de José Gomes da Silva, o Rodrigo, da dupla sertaneja Renato e Rodrigo, que lançou a menos de um mês o primeiro CD da carreira: "Selva de Pedra", que também é o nome da primeira canção, em homenagem a Brasília.

Levar ao público um repertório diversificado é uma constante preocupação do cantor, que considera fundamental apresentar aos fãs os mais diversos temas. Para que o ato de ouvir suas músicas se transforme em um exercício gostoso de entretenimento, ele procurou elaborar um trabalho de qualidade com canções que falam da cidade querida, do amor bem ou mal-sucedido, e tratam com humor o abandono da mulher amada. Todas elas com arranjos variados que vão do rasqueado, que é um ritmo animado, ao pagode caipira, do bolero ao arrasta-pé.

Desde a adolescência, este mineiro de Unaí, filho de lavradores, o Gomes, como é conhecido no STJ, tocava e cantava em festas de amigos. As músicas eram do repertório das duplas Liu e Léu, Lourenço e Lourival, Pedro Bento e Zé da Estrada, Gino e Geno e do Trio Parada Dura.

Ao vir para Brasília em 1975, a necessidade de encontrar uma profissão o manteve um pouco afastado das canções. O primeiro emprego foi como cobrador de ônibus. Também foi instrutor de auto-escola e motorista oficial do Governo do Distrito Federal. Em 1983, prestou concurso para o cargo de agente de segurança judiciária, passando a integrar o quadro de funcionários do extinto Tribunal Federal de Recursos em junho de 1985. No STJ, já trabalhou em gabinetes, foi chefe da Seção de Transporte, quando ficou mais conhecido, e hoje é chefe da Seção de Administração de Edifícios IV.

Rodrigo, libriano, casado há 22 anos e pai de duas filhas, não tinha pretensão de gravar. No entanto, em 1994, um amigo o convidou para, juntos, formarem uma dupla sertaneja, mas ele não aceitou. Curiosamente este mesmo amigo o apresentou ao compositor Joliver de Sousa Brasileiro, o Renato. Estavam em sua casa, na Ceilândia, tomando café e cantando modas de viola, o que se transformou numa agradável rotina nos finais de semana. Renato sugeriu que formassem uma dupla e, em agosto de 1998, decidiram produzir um CD experimental com apenas 4 músicas. Ao procurarem os estúdios perceberam que já havia repertório suficiente para um disco completo e decidiram arriscar.

Renato e Rodrigo lançaram o CD "Selva de Pedra"

A necessidade de um tecladista ou de uma banda para acompanhar a dupla em suas apresentações é o motivo pelo qual, apesar da procura, os shows estão sendo pouco divulgados. "Tivemos que cancelar várias apresentações por falta de acompanhamento", explica Rodrigo.

A dupla já está tocando na Rádio Planalto AM, em toda a programação. Já participou dos programas de rádio "Juarez Vieira", na Planalto; "Na trilha da Verdade" na rádio Atividade; no programa do Sílvio Linhares na rádio OK FM; do Ricardo Noronha na OK FM, e "A Hora do Fã" na rádio Nacional da Amazônia, que tem alcance em todo o Brasil e que foi o responsável pelas cartas de fãs vindas de Rondônia, de Salinas – MG e de Alta Floresta do Oeste e Altamira no Pará.

Em outubro, a convite da Choparia Spazio, no Pistão Sul em Taguatinga, a dupla fez uma apresentação especial no primeiro "Encontro de Corações", que contou com a presença de 200 convidados. Segundo Salomão Hamu, lotado na Subsecretaria de Projetos, que assistiu ao show, "a dupla é boa e precisa ser divulgada". Além de shows, a dupla faz apresentações em festas particulares.

OPINIÃO DOS FÃS

"As músicas são excelentes, mexem com a gente. As minhas preferidas são 'Selva de Pedra', que é linda, e 'Outro Cara'."
Kátia Maria Ribeiro de Oliveira, auxiliar de limpeza no STJ.

"Gostei muito do CD, principalmente das músicas 'Selva de Pedra', 'Doce Remédio' e 'Voltei pra te amar'."
Andréa Soares, auxiliar de limpeza no STJ.

"Fui o primeiro a comprar o CD aqui no STJ. Eu e minha mulher ouvimos sempre. É muito bom!"
João M. Inácio, lotado no gabinete do min. Aldir Passarinho

Secretaria de Serviços Integrados de Saúde

Suplemento especial do Boletim Informe-se

Programa interdisciplinar com a odontologia da gestante e do bebê

A SIS, por intermédio da Divisão de Assistência Odontológica, Seção de Odontologia Preventiva, lançou, durante a **III Semana de Saúde do STJ,** o **Programa Interdisciplinar com a Odontologia da Gestante e do Bebê** (0 a 4 anos), por meio de informações e orientações quanto às transformações biológicas, físicas, psicológicas e sociais dessa fase da vida.

O programa é ministrado por cirurgiões-dentistas, médicos, psicólogos, nutricionistas e fisioterapeutas, dentre outros profissionais, utilizando módulos e palestras, exames clínicos e ações direcionadas para os fatores determinantes das doenças de cárie e periodontais ou predisponentes, bem como saúde em geral.

A palestra inaugural ocorreu durante a III Semana de Saúde do STJ com o tema "Saúde Integral do Bebê", ministrada pelo pediatra Antônio Márcio Junqueira Lisboa e pela odontopediatra Vanessa Carbonel.

Em agosto tivemos os temas:

"Gestação de Alto Risco. Aspectos clínicos. Fatores desencadeantes. Sistemas de Prevenção", tendo como ministradores o nefrologista Antônio Herculano Rodrigues e a ginecologista Miriam Rodrigues;

"Amamentação e Alimentação", proferida pela pediatra Anita Essinger Toledo;

"Odontologia da Gestante e do Bebê", ministrada pela odontopediatra Leliane Macedo de Souza, chefe da Seção de Odontologia Preventiva, e pela periodontista Madalena da Fonseca Borges, diretora da Divisão de Assistência Odontológica.

Em outubro ocorreu a palestra:

"Depressão Pós-Parto", dia 22, proferida pela equipe de psicólogos da SIS/STJ.

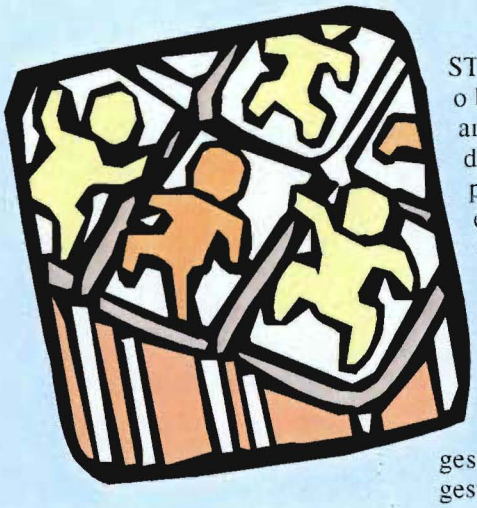
E em continuidade ao programa teremos os seguintes temas, no dia **26/11**:

"Fisioterapia Gestacional", ministrada pelo fisioterapeuta Gentil José Domingues, chefe da Seção de Assistência Fisioterápica – SIS/STJ;

"Importância da Alimentação da Gestante e do Bebê – Esquemas Alimentares", ministrada pelo nutricionista Aldemir Soares Mangabeira Júnior, chefe da Seção de Assistência Nutricional – SIS/STJ.

Todas as palestras se realizarão no Salão de Conferências do Edifício Ministros I, 1° andar, a partir das 17h.

Berçário Informa



Você já conhece o Berçário do STJ? O Berçário existe para que o bebê possa beneficiar-se com a amamentação e com a proximidade da mãe, que, por sua vez, pode manter-se mais tranqüila, evitando o absenteísmo durante o seu expediente de trabalho.

As servidoras grávidas ou que estejam em licença-maternidade e têm interesse em cadastrar seus filhos no Berçário devem enviar, por escrito, informações a respeito da gestação, previsão para parto (se gestantes) e data provável de retorno ao STJ para que sejam cadastradas. O período de adaptação é acompanhado mais de perto pela mãe, sendo solicitada mais vezes a sua presença. Após esse período, as mães comparecem ao Berçário sempre que a criança manifesta fome.

Ao completar um ano (ou de acordo com a necessidade) a criança é desligada do Berçário, para que, dessa forma, sejam liberadas vagas para outras mais novas e que ainda mamam.

Maiores informações pelo ramal 9270.

Aleitamento materno e prevenção de doenças

A importância do contínuo apoio e incentivo ao aleitamento materno é reconhecida a partir de inúmeros aspectos de promoção de saúde para a criança e também para a mulher. Alguns desses aspectos se relacionam à proteção que a prática do aleitamento materno, principalmente exclusivo até o sexto mês de vida, possibilita contra certos tipos de agravos, infecciosos ou não.

Além da proteção contra doenças infecciosas, a amamentação materna protege a criança contra as doenças alérgicas.

As ações de saúde voltadas para a criança menor de 5 anos, que constituem o chamado Programa de Atenção Integral à Saúde da Criança, mostraram uma queda no coeficiente de mortalidade infantil mesmo em áreas menos desenvolvidas.

O aleitamento materno promove a saúde mental em sua dimensão psico-afetiva, permitindo o estreitamento do vínculo mãe-filho, um dos fatores mais importantes para a diminuição da violência e maus tratos contra esse grupo etário.

Sob o ponto de vista econômico, o aleitamento materno reduz gastos com hospitalizações e tratamento, pois transfere para a criança vários anticorpos e substâncias que protegem contra infecções, diminuindo, dessa forma, a ocorrência de diarréia.

O recém-nascido precisa ser amamentado freqüentemente nos primeiros dias. Na prática, isto significa oito a dez vezes em 24 horas; o intervalo entre as mamadas vai mudando nas primeiras semanas e passa a ser de duas a três horas durante o dia e de quatro a cinco horas durante a noite. Dessa forma, não há necessidade de administrar chá ou água enquanto a criança está exclusivamente no leite materno.

Comprometimento com a saúde

Na cura ou na prevenção da doença e na conservação da saúde é necessária a tomada de consciência do paciente para que seja alcançado o objetivo do tratamento. Não há por que a transferência da responsabilidade apenas para o profissional de saúde. É comum o paciente com colesterol alto deixar de fazer dieta porque passa a responsabilidade para o medicamento que usa, comendo livremente, ou seja, sem nenhum remorso.

É importante o envolvimento do paciente. O seu compromisso, a sua aderência ao tratamento para que ele e o profissional de saúde, juntos, possam vencer o mal que o acomete.

A SIS tem em suas dependências várias especialidades, como clínica médica, cardiologia, nefrologia, pneumologia, ginecologia, pediatria, psicologia, assistência social, nutrição, fisioterapia e odontologia. Seus profissionais, todos experientes e bem formados, têm a consciência da responsabilidade e atuam assim, no sentido de promover o bem-estar físico e mental dos seus usuários.

Reativado exame periódico de saúde

A Seção de Exames Periódicos de Saúde informa que foi reativado o exame periódico para todos os servidores. No momento, estão sendo convocados os servidores com mais de 50 anos. Em seguida, o exame será estendido a todos os servidores.

PORTE PAGO
DR/BSB
PRT/BSB/06/068/95

Informe-se

Boletim Informativo do STJ - Ano III - Nº 7 Brasília, dezembro/99

Feliz Natal

O Presidente Pádua Ribeiro, Dra. Ívis Glória e Irmã Ângela, na festa de confraternização do STJ que reuniu mais de 1.300 crianças

Celebração do Natal

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Estamos reunidos neste dia especial, para celebrar a festa magna da cristandade, que nos faz rememorar o nascimento do Filho de Deus. E, sendo este o último Natal em que estarei presidindo o Superior Tribunal de Justiça, julguei oportuno estender as festividades aos filhos dos servidores, buscando dar maior concretude a um objetivo pelo qual tenho lutado nestes dois anos de administração: humanizar o ambiente de trabalho de modo a torná-lo uma extensão da família.

Além do mais, visando dar continuidade à política de estreitamento dos laços entre esta Corte de Justiça e a sociedade, uma política a que também se deu prioridade nesta gestão, estendi as festividades a crianças da comunidade Onoyama e da Creche Materno Infantil da Sagrada Face de Jesus Cristo.

Em momento de tal magnitude, quando o sentimento de fraternidade enche os nossos corações de paz e alegria, que mensagem deveria eu trazer aos nobres Colegas, aos servidores, aos seus familiares e aos ilustres visitantes?

Gostaria de relembrar a mais bela noite da história da humanidade. Há quase dois milênios, nas planícies da Judéia, pastores guardavam os seus rebanhos. O céu sereno e a brisa suave pareciam transmitir abundante paz. O silêncio foi quebrado por um anjo do Senhor que, vindo do alto, proclamou o nascimento do Salvador. Subitamente, a harmonia de um coro celestial encheu aquelas campinas. Eram anjos que, louvando a Deus, assim apregoavam o advento da salvação: "Glória a Deus nas maiores alturas e paz na terra aos homens de boa vontade". Nascera, naquela memorável noite, Jesus, o Filho de Deus, a esperança dos aflitos.

Hoje, ao relembrar aquele acontecimento sem-par, meditemos na essência desta tradição, que é guardada em todos os continentes; uma tradição unificadora de raças, línguas, credos e sentimentos - o Natal. Na verdade, Natal é mais que o espírito de fraternidade, o corre-corre dos *shoppings* e a ornamentação dos nossos lares; é mais que a troca de presentes, o cintilar do pinheirinho e a bondade do Papai Noel. A verdadeira essência do Natal vai além do mundo visível e alcança a eternidade: é o nascimento do Filho de Deus nos corações dos homens; é a presença do Cristo vivo reinando em vidas e trazendo-lhes a esperança de novos tempos.

As barracas de guloseimas confirmaram o sucesso do evento

E agora, quando se aproxima o advento do terceiro milênio da era cristã, os corações vivem dias de expectativa e incerteza e estão cheios de indagações: Haverá paz no terceiro milênio? Seremos libertos, como num passe de mágica, da violência que nos rodeia? Haverá casa e pão para os menos favorecidos? A Justiça conseguirá dar a cada um o seu direito?

Penso que o estabelecimento do novo milênio, daqui a um ano, nenhum benefício trará à humanidade se antes não houver mudança de mentalidade em cada indivíduo. Sim, precisamos voltar à manjedoura e deixar que o sentimento de paz, amor e fraternidade emanado daquele acontecimento sobrenatural encha as nossas almas. Precisamos, principalmente, permitir que Jesus nasça nos nossos corações. Assim encontraremos a felicidade e viveremos novos e abençoados tempos.

Ao concluir, dirijo palavras de agradecimento à minha mulher, Dra. Ívis Glória, pela brilhante iniciativa de promover e organizar, juntamente com a Secretaria do Tribunal, esta tocante confraternização, para cujo êxito não mediu esforços, trabalhando há tempos, durante o dia, até altas horas da noite, movida pela convicção daqueles que amam a Deus e ao próximo. Agradeço, de igual modo, pelo esmero na coordenação do evento, ao Diretor-Geral, Dr. Miguel Augusto de Campos e sua equipe, notadamente a Dra. Jandira Rodrigues, Dra. Josiane Cury, Dr. Waterlôo Santarém, Dr. Kramer Pinto, Dr. Guilherme Valério, Dra.Deusdedit Jardim, Dra. Sonia Jorge e Dr. Célio Dias, bem como a todos os segmentos do Tribunal que se envolveram neste projeto, cujo alvo maior foi proporcionar momentos de felicidade não só aos filhos dos próprios servidores, mas também a crianças da comunidade local.

Manifesto a todos os presentes votos de um Natal cheio de alegria e de um Ano-Novo marcado pela felicidade e realização dos mais caros sonhos. E que Jesus, o Príncipe da Paz, seja uma presença constante nos lares aqui representados, trazendo-lhes a verdadeira paz e tornando real a tão acalentada esperança de dias melhores.

Expediente

Boletim Informativo do Superior Tribunal de Justiça - Publicação mensal
Edição: Gabinete da Presidência
Assessoria de Imprensa

Endereço: SAFS Q. 06 Lote 01
Ed. Ministros I - Sala 305
70.095-900 - Brasília - DF
E-mail: imprensa@stj.gov.br
Telefone: (061) 319-6531/6537
Fax: (061) 319-6538

Assessor-Chefe: Viriato Gaspar
Assessores: Cecília Barroso, Deuza Lopes, Elaine Rocha, Joziel Brito e Simone Aragão.

Jornalista responsável: Deuza Lopes - MTB 1.578

Redação:
Catarina França, Deuza Lopes, Elaine Rocha, Joalcy Santos,Regina Célia Amaral, Rosângela Oliveira, Joziel Brito e Sebastiana Amaral.
Estagiárias:
Luciana Barbosa e Paula Adriana.

Revisão: Regina Célia Amaral

Projeto gráfico e diagramação:
Taís Villela
Núcleo de Programação Visual/STJ

Fotografia: Élvio Gasparotto e Rodolfo Stuckert

Impressão:
Seção de Reprografia e Encadernação

Os atores do grupo Via Sacra ao Vivo de Planaltina, sob a direção de Preto Rezende, emocionaram o público com a encenação do presépio

A chegada de Papai Noel e seus duendes empolgou as crianças que participaram da festa

O Presidente Pádua Ribeiro e a Dra. Ívis Glória, com a neta Yasmine, confraternizaram com as crianças

A meninada assistiu atenta à encenação do nascimento de Jesus

Os três Reis Magos interpretados pelos atores do grupo Via Sacra ao Vivo

A banda dos Dragões da Independência (RCG) encantou a todos com seu eclético repertório e evoluções de rara beleza

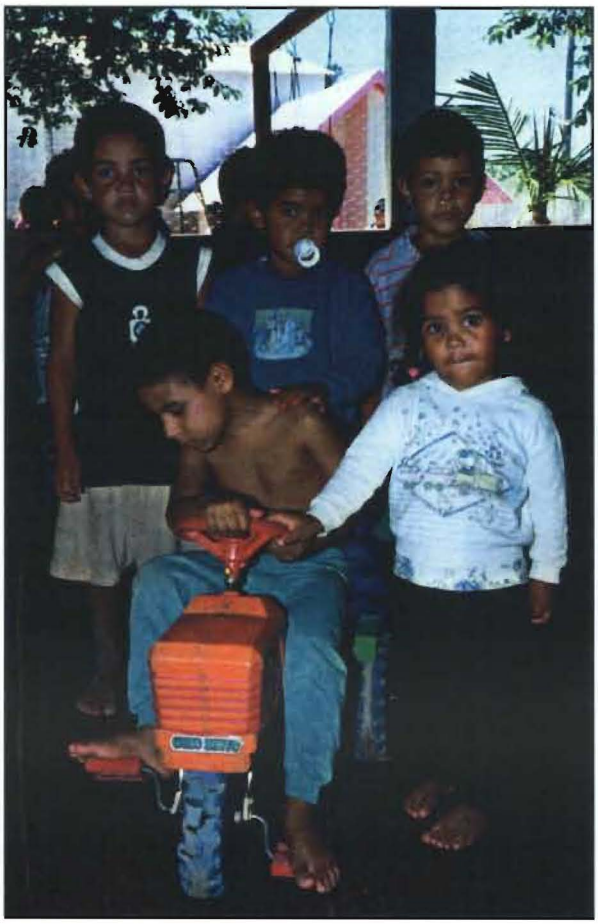
As crianças das creches viveram este ano um Natal bem diferente no STJ

Uma ponta de esperança para os pequeninos

O Natal chegou mais cedo no Superior Tribunal de Justiça. Em um clima de muito amor e fraternidade, o Tribunal realizou, no dia 16 deste mês, sua confraternização que, este ano, contou com a presença especial de centenas de crianças carentes da Creche Materno Infantil da Sagrada Face de Jesus Cristo, de Luziânia, e da comunidade Onoyama, localizada na cidade-satélite de Taguatinga, que junto com os filhos dos servidores participaram de várias atividades recreativas. O evento contou com o patrocínio da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Real e Credisutri.

Presidente Pádua Ribeiro e sua esposa Dra. Ívis Glória rodeados pelas crianças das entidades beneficiadas, servidores e filhos

Seguindo o espírito da Campanha Criança Esperança, os servidores do STJ e do Conselho da Justiça Federal doaram brinquedos que foram distribuídos às crianças. Segundo a coordenadora da campanha, Dra. Ívis Glória Lopes Guimarães de Pádua Ribeiro, o objetivo foi trazer o verdadeiro espírito natalino para o Tribunal. "A idéia foi de humanizar as toneladas de concreto armado que formam as instalações do prédio e, muitas vezes, escondem iniciativas de cidadania e solidariedade, desconhecidas do público em geral", destacou Dra. Ívis Glória.



Crianças da creche Materno Infantil (Luziânia)

Emocionada com a iniciativa do STJ, irmã Ângela Maria Silva, responsável pela Creche Materno Infantil da Sagrada Face de Jesus Cristo, localizada no Parque Mingone II, em Luziânia, lembrou das dificuldades por que passa a creche, que acolhe, na maioria das vezes, crianças com alto grau de desnutrição e até graves doenças, como câncer e paralisia.

A instituição, que funciona em uma pequena casa cedida por um morador da cidade, oferece assistência médica e odontológica a crianças de 0 a 7 anos, além de refeições completas, roupas, calçados, material escolar, orientação e cuidados com a higiene e saúde. "Sobrevivemos com as doações recebidas de pessoas caridosas, a ajuda voluntária das mães das crianças assistidas, quando isto é possível, e com a venda de roupas e calçados doados em um bazar beneficente mantido na creche", destaca irmã Ângela.

A realidade das crianças da comunidade Onoyama, de Taguatinga, confunde-se com a dos menores acolhidos pela creche de Luziânia. Eles também receberam presentes e conheceram o Tribunal. Os pequeninos da Onoyama são assistidos pela Sociedade de Divulgação Espírita Auta de Souza, que além de desenvolver trabalhos com os moradores da região e das comunidades de Samambaia, Ceilândia e Areal, atende as crianças e dá assistência às mães solteiras, cuidando das jovens desde a gravidez até o sexto mês de vida do bebê. A instituição também ajuda as mães no reingresso ao mercado de trabalho.

As doações financeiras às duas entidades podem ser feitas diretamente com seus coordenadores. A Sociedade Espírita Auta de Souza fica na Área Especial 17, Setor D Sul, em Taguatinga, e atende pelo telefone 562-7028. E a Creche Sagrada Face de Jesus Cristo está localizada na Rua 34, quadra 89, lote "A", Parque Mingone II, telefone (61) 623-2767. "Entrem em contato conosco e que Deus os abençoe por esse gesto de amor e caridade", finaliza Irmã Ângela Silva.

Um Natal diferente

O Presidente Pádua Ribeiro e Dra. Ívis Glória com a sua neta Yasmine recebem o Papai Noel (Dr. Miguel Augusto), que chegou de helicóptero acompanhado de seus três duendes (Maria Mikaela, Danilo Tadeu e Ana Milena)

Brinquedos, pipoca, pula-pula, algodão doce, tudo isso misturado com um forte espírito de solidariedade, marcaram a confraternização de Natal do Superior Tribunal de Justiça.

A Corte recebeu mais de 1.300 crianças, dentre filhos de servidores e menores carentes da Creche Sagrada Face de Jesus Cristo, de Luziânia, e da comunidade de Onoyama, de Taguatinga. Todos divertiram-se bastante entre jogos e brincadeiras infantis.

Ao receber as crianças, o ministro Antônio de Pádua Ribeiro, presidente do Tribunal, falou do espírito natalino e destacou a importância de fortalecer o contato da Justiça com a sociedade. "O Natal é realmente uma festa que deve partir do coração de cada pessoa. Devemos sempre procurar concretizar a doutrina cristã: Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo".

Um dos destaques do evento foi a chegada do Papai Noel, esperado ansiosamente por todos. Auxiliado por três filhos de servidores, o "Bom Velhinho" chegou para a alegria da criançada, distribuindo os mais de mil brinquedos doados pelos servidores e também por moradores de Brasília.

O grupo Via Sacra ao Vivo encenou a peça "O boi e o burro no caminho de Belém"

Outro grande momento da confraternização foi o Presépio representado por atores do Grupo Via Sacra ao Vivo de Planaltina, dirigidos por Preto Rezende. O grupo encena há dez anos a peça que é uma adaptação do conto "O boi e o burro no caminho de Belém", de Maria Clara Machado.

A festa também contou com as apresentações da Banda de Música dos Dragões da Independência (RCG), do Coro Infantil Do-Ré-Mi da Escola de Música de Brasília, de números de mágica e *shows* de servidores do STJ e do Conselho da Justiça Federal.